



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

**Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estudos
Africanos**



Paula Andrade Fernandes Ribeiro

Orientador: Professor Doutor Paulo Castro Seixas

Lisboa
2013

Índice

Agradecimentos.....	IV
Glossário	V
Resumo	VII
Abstrat	VIII
Introdução.....	1
CAPÍTULO 1- ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1.1 Análise das Abordagens Teóricas Clássicas e Críticas do Desenvolvimento	5
1.1.1 Abordagens Teóricas Clássicas.....	5
1.1.2 Desenvolvimento Alternativo - Novos Conceitos.....	7
1.2 Desenvolvimento Integrado	10
1.3 Desenvolvimento ou não?	11
1.4 A Globalização e o Desenvolvimento dos Pequenos Estados Insulares	13
1.4.1 Caracterização dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento	13
1.4.2 Os Pequenos Estados Insulares num Mundo Globalizado.....	14
1.4.3 Organismos Internacionais	16
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO E OS PRINCIPAIS CONCEITOS....	18
2.1 Técnicas e Métodos de Investigação.....	19
2.2 Dos Conceitos às Variáveis: Construção do Instrumento de Recolha de Dados	22
CAPÍTULO 3- CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO.....	27
3.1 Caracterização de Cabo Verde.....	28
3.1.1 Quadro do Desenvolvimento de Cabo Verde.....	31
3.2 Enquadramento da Ilha do Maio	33
CAPÍTULO 4- DESENVOLVIMENTO DA ILHA DO MAIO NO QUADRO DE DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE: CENÁRIOS E TUTELAS	35
4.1 Cenários de Desenvolvimento da Ilha do Maio no Contexto do Desenvolvimento de Cabo Verde	36
4.1.1 Fatores Internos	36
4.1.2 Recursos Humanos e Setor Social	52
4.1.3 Serviços e Infraestruturas	59
4.1.4 Fatores Externos.....	67
4.1.5 Os Maiores Desafios: Desemprego e Pobreza	70

4.2	Possíveis Cenários / Estratégias para o Desenvolvimento	73
4.3	Tutelas do Desenvolvimento da Ilha do Maio, no Contexto de Cabo Verde	77
4.3.1	Tutela Administrativa – Descentralização e Desconcentração	77
4.3.2	Poder Local e Poder Central no Desenvolvimento da Ilha do Maio	79
4.3.3	Agentes do Desenvolvimento da Ilha do Maio	81
CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS		85
5.1	Conclusão	86
Bibliografia		88
Anexos		98

Aos meus pais

Capa e fotografias da capa: Delson Martins

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Doutor Paulo Castro Seixas, pela paciência infinita, pela dedicação, pelo estímulo, pelo seu espírito crítico ... enfim, pela extraordinária orientação que me deixou profundamente grata.

Aos meus pais por serem o meu guia, a minha inspiração e pelos valores transmitidos. Aos meus irmãos por todo o amor e apoio que me deram desde sempre. Aos meus sobrinhos que são uma das maiores alegrias da minha vida. Às minhas avós, aos meus tios e tias, em especial às minhas tias avós: Tchica, Rondina, Sab e Quilda. A todos os meus familiares e amigos pelo apoio e pela motivação, em especial aos que me ajudaram diretamente neste trabalho: à Jo, ao Delson, ao Paixão (Zé Maria), ao Vi, à Marisa, à Dila, ao Ineuss, à Cisa, à Luísa Tavares, à Katy, à Luísa Langford, ao João Dono, ao Salaia, ao Edson, ao Dery, à Lani e à Maria Correia um muito obrigada.

A todas as pessoas que me forneceram informações sem as quais não conseguiria fazer este trabalho. Agradeço ao Adalberto Varela, à Ana Pons, à Armandina Vieira, ao Carlos Dias, ao Domingos Gonçalves, ao Edson Alves, à Hermínia Ribeiro, ao José Carlos Pina, à Julieta Dono, ao Manuel Mendonça, ao Manuel Ribeiro, à Teresa Tavares e ao Victoriano Reis por me terem concedido a entrevista. A todas as pessoas que deixaram os seus trabalhos de lado para conversar comigo, para responder aos meus *emails* e que me forneceram documentos que se revelaram importantes para a realização deste trabalho e, ainda, a todos aqueles que discutiram os seus pontos de vista comigo voluntariamente, quando souberam do trabalho que estava a fazer, os meus sinceros agradecimentos. Infelizmente dada a extensão da lista não consigo mencionar todos os nomes.

Glossário

ACC	Acordo de Cooperação Cambial
ANMCV	Associação Nacional dos Municípios Caboverdianos
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BAD	Banco do Desenvolvimento Africano ou AfDB - <i>The African Development Bank</i>
BCV	Banco de Cabo Verde
BM	Banco Mundial ou WB- <i>The World Bank</i>
CDD	Comissão para a Descentralização e Desconcentração
CEA	Comissão Económica para a África
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CILSS	Comité Permanente Interestatal de Luta contra a Seca no Sahel
CM	Conselho de Ministros.
CMM	Câmara Municipal do Maio
CRP	Comissão Regional de Parceiros
DECRP	Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza
DGDAL	Direção-Geral da Descentralização e Administração Local
DGIE	Direção Geral de Indústria e Energia
DGP	Direção Geral do Planeamento
DGT	Direção Geral do Turismo
ENAPOR	Empresa Nacional de Administração dos Portos
FAIMO	Frente de Alta Intensidade de Mão de Obra
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FESBEM	Fundo Económico e Social da Boa Vista e Maio
FMI	Fundo Monetário Internacional
GCV	Governo de Cabo Verde
GDL	Gabinete de Desenvolvimento Local
GEP	Gabinete de Estudos e Planeamento
GMDL	Gabinete Municipal de Desenvolvimento Local
GOP	As Grandes Opções do Plano
IBRD	<i>The International Bank for Reconstruction and Development</i>
IDE	Investimento Direto do Estrangeiro
IDH	Índice do Desenvolvimento Humano
IMVF	Instituto Marquês de Valle Flôr
INDP	Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
INE	Instituto Nacional de Estatística
MAAP	Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas
MADRRM	Ministério do Ambiente do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos
MCC	<i>Millennium Challenge Corporation</i>
MDR	Ministério do Desenvolvimento Rural
MECC	Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade
MED	Ministério da Educação e Desporto

MEVRH	Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos
MF	Ministério das Finanças
MFAP	Ministério das Finanças e Administração Pública
MFP	Ministério das Finanças e do Planeamento
MFPDR	Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional
MORABI	Associação de Apoio à Auto-Promoção da Mulher no Desenvolvimento
MPD	Movimento para Democracia
MTFS	Ministério do Trabalho Família e Solidariedade
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ou OECD- <i>The Organisation for Economic Co-operation and Development</i>
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milénio
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTCV	Observatório do Turismo de Cabo Verde
PAICV	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PANA	Plano de Ação Nacional para o Ambiente
PDM	Países de Desenvolvimento Médio
PDM- Maio	Plano Municipal de Desenvolvimento do Maio
PEDT	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo
PEID	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento ou SIDS - <i>Small Island Developing States</i>
PIP	Programa de Investimento Público
PLPR	Programa Nacional de Luta contra a Pobreza no Meio Rural
PMA	País Menos Avançado
PMDL	Plano Municipal de Desenvolvimento Local (da ilha do Maio)
PNA-EPT	Plano Nacional de Ação de Educação para Todos
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNLP	Programa Nacional de Luta contra a Pobreza
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ou UNDP- <i>United Nations Development Programme</i>
QUIBB	Questionário Unificado de Indicadores de Bem-estar
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
RUP	Regiões Ultraperiféricas da União Europeia
SDTIBM	Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio, SA
TACV	Transportes Aéreos de Cabo Verde, SA
UCRE	Unidade de Coordenação da Reforma do Estado
UE	União Europeia
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento
UNECA	<i>United Nations Economic Commission for Africa</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZDTI	Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado
ZEE	Zona Económica Exclusiva

Resumo

Esta dissertação tem como problemática o desenvolvimento em situação insular e como objetivo identificar as perspetivas (cenários) de desenvolvimento da ilha do Maio, no contexto do desenvolvimento de Cabo Verde e o papel que os atores do desenvolvimento desempenham nesta ilha (tutelas).

A significativa melhoria dos indicadores socioeconómicos de Cabo Verde, por um lado, e a persistência de algumas carências, por outro, evidenciam as desigualdades no contexto em estudo. Com base nestes pressupostos, e a partir de uma perspetiva integrada do desenvolvimento e da sua perceção pelos atores, serão analisados os fatores que conduziram à boa performance do país, e, especificamente, o caso da ilha do Maio, evidenciando as suas potencialidades, oportunidades, ameaças e fraquezas.

Baseado num trabalho de campo na ilha do Maio, com entrevistas aos atores fundamentais do desenvolvimento, pretende-se saber se a situação da ilha do Maio contribui para a boa performance de Cabo Verde ou para acentuar as assimetrias existentes. Isto porque, nalgumas ilhas, o progresso é muito mais lento e também pelo facto de a ilha do Maio apresentar algumas potencialidades que poderão contribuir para o desenvolvimento da ilha e do país em geral. Espera-se que os cenários encontrados e a discussão das tutelas possam servir como instrumento de apoio às tomadas de decisão.

Abstract

This dissertation intends to analyse the problems in development of insularity with the finality of identifying the perspective (scenarios) of the Island of Maio in the context of Cape Verde's development and the role played by the actors in the development (guardianship) of this island.

The significant improvement in socioeconomic indicators, on the one hand, and the persistence of some needs, on the other, places the question of inequality in the country as the base for this study. Based on these assumptions, and from an integrated perspective of development and its perception by the actors, we will analyse the factors that led to the country's positive performance, and specifically the case of the Island of Maio by showing its potential, opportunities, threats and weaknesses.

Based on field work carried out on the Island of Maio and interviews with actors involved in development, this analysis intends to find out if the Island of Maio has helped in the good performance of Cape Verde or if it has contributed towards accentuating the existing inequality. The reason is that progress in some islands is much slower than in others and, since the Island of Maio shows some potential, this could help in the development of the Island and of the country in general. It is expected that the scenarios found and the discussion concerning guardianship may serve as a tool to support decision making.

Introdução

Cabo Verde passou a ser considerado um caso de sucesso, em inúmeros relatórios internacionais e nos discursos políticos nacionais, no que diz respeito ao desenvolvimento, especialmente no contexto da África. Embora com poucos recursos naturais e económicos, em 2008 passou a fazer parte da lista dos Países de Desenvolvimento Médio (PDM) e está no bom caminho para cumprir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) até 2015 (GCV/ODM 2009; MF 2010). O país tem alcançado melhorias significativas nos indicadores socioeconómicos nos últimos anos.

Apesar disso, algumas ilhas continuam com muitas dificuldades socioeconómicas. Aliás, o próprio relatório dos ODM (GCV/ODM 2009) frisa que as desigualdades se têm acentuado, apesar de o crescimento económico ter reduzido drasticamente o nível da pobreza em Cabo Verde. O mesmo documento, ainda, revela que o país tem alcançado o progresso, de uma forma geral, em relação aos Objetivos nos prazos fixados, mas acrescenta que estes progressos podem esconder profundas bolsas de pobreza. Isto porque, nalgumas ilhas, o progresso económico é muito mais lento do que no resto do país. Parte do problema é que o forte crescimento económico dos anos mais recentes não tem sido distribuído uniformemente. No fundo, o aumento da riqueza nacional não se tem traduzido em desenvolvimento humano no ritmo desejado, a fim de tornar mais provável a realização dos ODM a esse nível. Conforme é referido no relatório:

O processo de desenvolvimento do país tem mostrado que, não obstante os resultados positivos nos domínios da infra-estruturação, dos avanços nos serviços sociais de base, persistem e, por vezes, agravam as assimetrias regionais e locais. Tal situação faz com que nem todos os cidadãos possam, de igual forma, usufruir dos benefícios do desenvolvimento (GCV/ONU 2009:47).

A ilha do Maio apresenta algumas potencialidades para o desenvolvimento do turismo e da pesca que são considerados dois dos principais setores que podem contribuir para o desenvolvimento de Cabo Verde, em geral. No entanto, pode ser um exemplo da disparidade entre desenvolvimento geral do país e o desenvolvimento local. Pretende-se com esta dissertação realçar quais os fatores que contribuíram e os que podem ainda contribuir para o desenvolvimento da ilha, analisando, de uma forma geral, as potencialidades, oportunidades, ameaças e fraquezas e o impacto dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento, nomeadamente a autarquia, o governo de Cabo Verde e a população no desenvolvimento da ilha do Maio, ou seja, pretende-se saber:

- Até que ponto a ilha do Maio está desenvolvida;
- Quais os setores e os fatores que contribuíram para o seu estado atual;

- Quais são as potencialidades e os obstáculos ao desenvolvimento desta ilha;
- Qual é o impacto dos atores do desenvolvimento no desenvolvimento da ilha do Maio.

A escolha deste tema e desta ilha para a presente pesquisa deve-se ao facto de esta ser a ilha onde nasci e cresci e também ao facto de, ao que tudo indica¹, esta ilha ser vítima de uma má coordenação no âmbito das atribuições e competências e do desempenho dos papéis dos agentes responsáveis pelo seu desenvolvimento. Por exemplo, a Câmara e o Governo, de vez em quando, acusam-se reciprocamente da responsabilidade pelo não desenvolvimento da ilha do Maio. Assiste-se sistematicamente a uma tensão entre poder local e poder central, apesar de a Constituição da República ter estabelecido no artigo 2º nº 2 que o Estado é unitário e respeita na sua organização os princípios da autonomia do poder local (autarquias) e da descentralização democrática, ou seja, não é apenas o Estado central que toma decisões, tendo também as autarquias o poder de as tomar a nível local. Segundo alguns autores como Furtado (2011) e Ortet (2008), esta tensão é mais notória nos casos em que os municípios se encontram ideologicamente em oposição por serem vistos como concorrentes. No caso da ilha do Maio, o poder local tem sido pelo menos nos últimos 10 anos do partido da oposição. Além disso, a própria população maiense² é criticada por desempenhar um mau papel no desenvolvimento da ilha³.

Os principais conceitos desta dissertação são desenvolvimento, cenário, ator/agente e tutela. A pesquisa realizada recorreu a trabalho de campo, utilizando a técnica de entrevista para recolher representações do desenvolvimento da ilha do Maio por parte dos diferentes atores envolvidos, de forma a atingir cenários de desenvolvimento que identifiquem os níveis de responsabilidade/tutela em causa.

Este trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos e um conjunto de anexos. No primeiro capítulo, são apresentados os conceitos e as abordagens teóricas do desenvolvimento. O desenvolvimento é analisado tendo em conta as principais correntes teóricas que se podem relacionar diretamente com a parte prática desta dissertação. Esta análise é feita do ponto de vista da evolução e das críticas relativamente à mesma. Assim, começa-se com as abordagens economicistas, nomeadamente as teorias da modernização e dependência. Também são analisados os novos conceitos do desenvolvimento como Desenvolvimento Comunitário e Local e Desenvolvimento Humano Sustentável, realçando a

¹ Esta ideia foi partilhada pelos participantes e pelos vereadores da Câmara Municipal do Maio durante o II Encontro dos Estudantes da Ilha do Maio em Portugal que se realizou na cidade de Braga em 2010.

² Designação dada às pessoas da ilha do Maio.

³ Esta ideia foi partilhada por alguns participantes no IV Encontro dos Estudantes da Ilha do Maio em Portugal que se realizou na cidade de Coimbra em 2012.

importância do Desenvolvimento Integrado e, por último, conclui-se com uma crítica a todas as correntes e ao próprio conceito de desenvolvimento. Acrescenta-se ainda a este capítulo, o debate sobre o desenvolvimento dos estados insulares, tendo em conta as suas especificidades e as suas limitações e potencialidades no contexto do mundo globalizado. No segundo capítulo, são apresentados e justificados os aspetos metodológicos, nomeadamente as principais técnicas de recolha de informação e de análise. Em relação aos métodos, privilegia-se o método qualitativo nas pesquisas para esta dissertação. No capítulo terceiro, prossegue-se com a contextualização da investigação. O enquadramento tanto de Cabo Verde como da ilha do Maio é feito tendo em conta os seus aspetos históricos, económicos, políticos, sociais e culturais. No capítulo quarto, são apresentados os cenários e as tutelas do desenvolvimento da ilha do Maio no quadro de desenvolvimento de Cabo Verde. Assim, são caracterizados os setores considerados cruciais para o desenvolvimento do país, destacando o papel dos atores que intervêm no desenvolvimento da ilha. No quinto e último capítulo, é apresentada uma conclusão sobre o estado atual do desenvolvimento do Maio, uma síntese dos objetivos propostos inicialmente e os objetivos atingidos.

Pretende-se que o trabalho desenvolvido e as suas recomendações venham a contribuir como uma ferramenta que ajude os agentes responsáveis pelo desenvolvimento da ilha do Maio nas tomadas de decisão no que respeita ao desenvolvimento da mesma.

CAPÍTULO 1- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 Análise das Abordagens Teóricas Clássicas e Críticas do Desenvolvimento

O desenvolvimento é o principal conceito da presente dissertação, pretendendo-se, assim, fazer o enquadramento de algumas teorias e abordagens do desenvolvimento. Tendo em conta a enorme complexidade transdisciplinar e a polémica inerente a este conceito (Amaro 2003), o enquadramento das teorias do desenvolvimento é feito de forma a que se possa relacionar com questões respeitantes ao desenvolvimento da ilha do Maio.

Assim, serão abordadas as teorias clássicas e os paradigmas alternativos, porque, embora o desenvolvimento tenha sido “alvo de diferentes abordagens teóricas com os objectivos da explicitação do conceito e da identificação de estratégias que, uma vez aplicadas, seriam promotoras de processos de mudança” (Brito 2004:23), muitos autores defendem que o desenvolvimento frustrou e falhou o seu objetivo (Amaro 2003; Friedmann 1992; Simon 1997). Por isso, alguns autores têm sugerido o abandono ou renovação desse conceito (Amaro 2003) e outros têm-no rejeitado, defendendo que o desenvolvimento não tem sido coerente na sua teoria e prática (Escobar 1992; Escobar 1995). Assim, as teorias e abordagens de desenvolvimento analisadas nesta dissertação serão: abordagens economicistas, tendo em conta as teorias de modernização e as teorias da dependência; os novos conceitos de desenvolvimento, como Desenvolvimento Comunitário e Local, Desenvolvimento Humano e Sustentável e Desenvolvimento Integrado e, por último, apresenta-se uma perspetiva pós-desenvolvimentista que critica as demais correntes e o próprio conceito do desenvolvimento.

1.1.1 Abordagens Teóricas Clássicas

A Abordagem Economicista

No período pós Segunda Guerra Mundial, por influência das sociedades industriais, o conceito do desenvolvimento esteve associado à inovação tecnológica, ao aumento da produtividade, ao industrialismo, ao enriquecimento a partir de acumulação de capital, ao progresso material, ao consumismo, ao etnocentrismo, ao antropocentrismo, ao urbanismo, ao individualismo e ao racionalismo (Amaro 1992; Amaro 2003; Arndt 1897; Bairoch 1988). Estes factos fizeram com que o desenvolvimento fosse tomado como sinónimo de crescimento económico e de rendimento nacional. No entanto, segundo Amaro (2003) o conceito de desenvolvimento só ganhou o estatuto científico e fundamentado a partir deste período.

As abordagens economicistas distinguiram os países desenvolvidos dos países subdesenvolvidos. Assim, os países subdesenvolvidos apresentavam abundância de fatores produtivos e mão de obra (não qualificada), acentuadamente no setor primário, mas a produção era destinada ao mercado externo e praticamente não havia poupança nem investimento. Consideravam, ainda, por influência das teorias keynesianas, o Estado-Nação

como promotor por excelência do crescimento. Dentro desta abordagem, surgiram as teorias da modernização e as teorias da dependência.

As Teorias da Modernização

Uma das principais preocupações dos teóricos da teoria da modernização era o crescimento económico, por isso, defendiam o aumento da produção a partir da inovação tecnológica. As teorias da modernização apresentam duas vertentes: evolucionista ou etapista e funcionalista. Relativamente à primeira vertente, uma das teorizações mais emblemáticas foi apresentada por Rostow. Este autor defende que o desenvolvimento é alcançado por etapas e que todas as sociedades têm de passar por essas etapas até atingirem o hábito do consumo em massa. Assim, as cinco etapas do desenvolvimento apresentadas por Rostow são: a sociedade tradicional, as pré-condições para o arranque, o arranque, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa (Rostow 1971). Já a vertente funcionalista se focou nos comportamentos, nos valores e nas normas específicas que diferenciavam as sociedades tradicionais das sociedades modernas (So 1990). Esta vertente considera que nos países subdesenvolvidos existem tanto o setor moderno como o setor tradicional, sendo, no entanto, o setor tradicional predominante.

As abordagens modernistas consideraram o setor tradicional um obstáculo ao desenvolvimento, por isso, era fundamental modernizar. Negligenciaram os fatores externos e os conflitos e defenderam uma forte ligação entre os Países do Terceiro Mundo⁴ e o Ocidente, com a convicção de que estes primeiros iriam alcançar os países desenvolvidos e modernizar-se pelos seus méritos (So 1990). Assim, a ajuda externa e intervenção do estado iriam possibilitar o desenvolvimento do setor tradicional.

Relativamente ao paradigma da modernização, pretende-se analisar se os agentes responsáveis pelo desenvolvimento da ilha do Maio têm, de alguma forma, uma perspetiva modernista, apesar da falência desta perspetiva (Amaro 2003; Friedmann 1992; Simon 1997).

As Teorias da Dependência

Em oposição ao paradigma modernista surgiram as teorias da dependência⁵. Segundo estas, o subdesenvolvimento era fomentado pela dependência externa e pela exploração interna (Cadena 2006). Ao contrário das abordagens modernistas que se concentraram numa relação entre o tradicional e o moderno, as teorias da dependência relacionaram o centro com a periferia, defendendo que o contacto entre periferia e centro é prejudicial para

⁴ A partir de 1966 as Nações Unidas adotou a expressão Países em vias de Desenvolvimento, que atualmente têm a designação de Países em Desenvolvimento.

⁵ Em resposta à falência do programa das Nações Unidas para o desenvolvimento da América Latina surgiu, nesta região, a Escola da Dependência (So 1990).

o desenvolvimento da periferia. Por isso, a periferia deveria seguir o seu próprio caminho e não permitir uma “dominação” por parte do centro (países desenvolvidos) (So 1990). Tal como para os teóricos da teoria da modernização, o crescimento económico e a acumulação de riquezas eram importantes também para os teóricos desta corrente, mas, para estes, o desenvolvimento tinha de ser autocentrado. De acordo com as teorias de dependência, os países subdesenvolvidos ficaram por desenvolver porque os recursos eram explorados a baixo custo e os lucros se destinavam aos países desenvolvidos. Esta corrente contrapõe o argumento da escola da modernização que defendia que o setor moderno iria contagiar o setor tradicional e que a ajuda externa permitiria o aceleração do desenvolvimento, defendendo a ideia de uma rutura entre estes (Leys 1996).

Ao contrário das teorias da modernização que, a partir dos anos 50, analisaram o desenvolvimento do ponto de vista dos países ocidentais e dos Estados Unidos da América, os teóricos das teorias da dependência, nos anos 60, fizeram uma análise a partir do ponto de vista dos países do terceiro mundo. Para esta abordagem as formas de dependência existentes eram a colonial, a financeiro-industrial e a tecnológico-industrial (So 1990).

Tendo em conta esta teoria procura-se saber, por exemplo, qual é ponto de vista dos atores do desenvolvimento da ilha do Maio em relação às influências externas.

1.1.2 Desenvolvimento Alternativo - Novos Conceitos

O conceito de desenvolvimento que, no fundo, significava crescimento económico, retratou o desenvolvimento social, as dimensões cultural e política como questões secundárias (Amaro 1992; Arndt 1987). Nem mesmo o surgimento das novas teorias da modernização e das novas teorias da dependência (So 1990) foram capazes de impedir o desenvolvimento desumano e a injustiça estruturais a Leste e Oeste, a Norte e a Sul nos chamados «trinta gloriosos» ou «anos dourados», isto é, os anos a seguir à Segunda Guerra Mundial até aos princípios dos anos 70 (Amaro 2003). Aliás, a este propósito, Seeres (1979) afirma “[...] o crescimento económico pode falhar na resolução das dificuldades e de problemas sociais e políticos; e certos tipos de crescimento podem mesmo estar na origem dessas dificuldades” (Seeres 1979:949).

Assim, na tentativa de resolver os problemas que surgiram no contexto do desenvolvimento associado ao crescimento económico surgiram novas abordagens que introduziram novas práticas alternativas e redefiniram os objetivos do desenvolvimento (Pieterse 1998). Estas novas abordagens deram importância à participação das pessoas nas comunidades locais, de forma a promoverem o bem-estar das suas comunidades, a reduzir a pobreza e a prevenir a degradação do meio ambiente. Ou seja, surgiram abordagens que privilegiavam o desenvolvimento endógeno tendo o homem como um principal fator de desenvolvimento, aproximando assim “...os actores do desenvolvimento dos seus problemas e das

respectivas respostas....” (Amaro 1992:16), de forma a tirar o protagonismo ao estado. Esta perspectiva, territorialista, requeria o envolvimento da população local nos setores sociocultural, económico, ecológico e político e na identificação das suas próprias necessidades para equacionar os seus próprios problemas sendo os recursos locais considerados como potenciais impulsionadores do desenvolvimento (Brito 2004). Estas novas teorias surgiram como alternativas às já existentes com a finalidade de abarcar as questões deixadas de lado anteriormente e de promover a coerência entre as teorias formuladas e a prática.

Desenvolvimento Comunitário e Desenvolvimento Local

O conceito do Desenvolvimento Comunitário fomentado pela Nações Unidas, nos anos 60, foi definido como:

Uma técnica pela qual os habitantes de um país ou região unem os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural das suas colectividades, de associarem essas colectividades à vida da Nação e de lhes permitir que contribuam sem reservas para os progressos do País (Silva 1964:498).

O seu objetivo é, numa primeira fase, propor à própria população analisar as suas necessidades a fim de procurar respostas para os problemas encontrados, abordando as necessidades e as respostas conjuntamente e, numa segunda fase, enquadrar os seus problemas em perspetivas mais amplas, isto é, na perspetiva regional e nacional (Silva 1963; Silva 1964). Esta mesma autora afirma, ainda, que este conceito posto em prática “tem-se mostrado uma técnica eficaz para enfrentar a situação das comunidades não desenvolvidas.” (Silva 1964:499)

Com os mesmos objetivos e da necessidade de afirmação da soberania e da identidade territorial, dentro do contexto mundial cada vez mais globalizado, emergiu o conceito do Desenvolvimento Local. Segundo Amaro (1992), o Desenvolvimento Local surge como um terreno privilegiado das relações diretas e próximas entre a comunidade e os seus problemas; entre a população e o seu “habitat”; entre os atores locais; entre os agentes dos diferentes serviços e organismos presentes localmente (incluindo os da Administração Pública Central e Local); entre as necessidades e as capacidades (ou recursos) locais; entre as capacidades autonómicas (potencialidades endógenas) e os constrangimentos heteronómicos (exógenos); entre as dimensões individual, social e ambiental do Desenvolvimento; entre as diferentes dimensões (económicas, social, cultural, etc) do Desenvolvimento, vividas no concreto e no quotidiano e não em formulações abstratas. Por isso, apresenta potencialidades particularmente interessantes para concretizar o

desenvolvimento de tipo integrado, interdisciplinar, sistemático, solidário, diferenciado, flexível, participado, democrático, mais humano e equacionar os problemas e as respostas.

O Desenvolvimento Comunitário e Local visam o *empowerment* das pessoas, uma abordagem na qual “o ponto de partida é a localidade, porque a sociedade civil é mais prontamente mobilizável em torno de temas locais” (Friedmann 1992:xi). Friedmann (1992) defende uma democracia participativa e participada, com a descentralização como alicerce, de forma que as tomadas de decisão proporcionem o desenvolvimento. Porém, para que isso aconteça, segundo Friedmann, é necessário uma transformação do poder social em poder político e uma política capaz de transformar reivindicações políticas em direitos legítimos. Deste modo, o “*empowerment* é importante para criação de oportunidades [e] promoção das capacidades...” (Pereira 2005:289) através da valorização dos recursos locais, que, por sua vez, consolida o processo do desenvolvimento local.

As teorias do Desenvolvimento Comunitário e Local dão muita importância à participação da comunidade local, mas defendem que é necessário, no momento certo, a intervenção de um “Estado-forte” que funciona como um parceiro (insubstituível) capaz de dar continuidade a esse desenvolvimento (Amaro 1992). Estas abordagens têm tido muita aceitação por parte dos atores sociais porque são as que melhor se adequam à filosofia e ao trabalho das ONGs (Amaro 2003). Também, porque, cada vez mais, é reconhecido o sucesso da participação das comunidades no processo de desenvolvimento (Pieterse 1998).

No que diz respeito a estas teorias, pretende-se identificar qual é o papel da população no desenvolvimento da ilha do Maio e como é partilhada a responsabilidade da participação dos diferentes atores.

Desenvolvimento Humano e Sustentável

A satisfação das necessidades básicas das pessoas fundamentada pela abordagem *basic need* está na base do Desenvolvimento Humano. Este conceito surgiu como um paradigma inovador e humanístico, em que as pessoas são simultaneamente o fim e meio do desenvolvimento (Sousa 2011). No ano de 1990, o PNUD deu uma nova abordagem ao desenvolvimento defendendo que “as pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação” (PNUD 2010:1). O conceito de desenvolvimento humano proposto inicialmente tem sofrido várias adaptações, no entanto, como é afirmado no relatório de 2010 (PNUD 2010), “o desenvolvimento tem que ver, em primeiro lugar e acima de tudo, com as pessoas” (PNUD 2010:1). O IDH já não retrata apenas três dimensões - saúde, educação e rendimento, ou seja, necessidades básicas da vida das pessoas. Para além da longevidade, o conhecimento e o padrão de vida, são também levados em conta os níveis de pobreza, as desigualdades entre os sexos, o grau da participação política, a segurança humana e preservação do meio ambiente.

Neste sentido Brito (2010) sublinha que:

O Desenvolvimento Humano [procura] defender, de forma interligada e interrelacionada, os objectivos do aumento das capacidades humanas, individuais e comunitárias, com princípios de sustentabilidade e atendendo ao longo prazo, sem aumentar os riscos presentes e futuros (Brito 2010:50).

Do exposto acima pode verificar-se que o Desenvolvimento Humano está intimamente ligado ao conceito do Desenvolvimento Sustentável que prima pelo Bem-Estar de todos, tendo em conta também as gerações futuras. Aliás, “o desenvolvimento humano, se não for sustentável, não é verdadeiro desenvolvimento humano” (PNUD 2010:19)

Apesar de o desenvolvimento humano ser o indicador mais apropriado para medir o desenvolvimento (Pieterse 1998) e acabar por ser um dos conceitos do desenvolvimento melhor aceite pelas instituições a nível mundial (Amaro 2003; Pieterse 1998), o crescimento económico continua a ser a principal condição para o alcançar. Aliás, Pieterse (1998) questiona “se o desenvolvimento não é questão de crescimento, então é questão de quê?” (Pieterse 1998:353). Neste âmbito, Sousa (2004) faz uma associação do conceito do Desenvolvimento Humano e Sustentável ao Desenvolvimento Económico. Faz referência à “componente vantagem competitiva” e à realização tecnológica, apresentando assim um conceito que abarca múltiplas dimensões do desenvolvimento - Desenvolvimento Humano Dinâmico Economicamente Sustentável (Sousa 2004;Sousa 2008). De acordo com este autor, só se atinge o desenvolvimento se se tiver em conta todos os critérios referidos anteriormente. O próprio autor salienta que “é sabido que não se torna possível reconduzir, na prática, (...) o desenvolvimento à obtenção de taxas mais elevadas de crescimento do Produto Interno Bruto ou ao conceito do PIB «per capita» renunciando-se a uma concepção de Bem-Estar Social ou de «felicidade» colectiva (...)” (Sousa 2004:25).

Assim é necessário saber se os agentes responsáveis pelo desenvolvimento do Maio estão preocupados com todas essas dimensões do desenvolvimento humano ou se estão dispostos a sacrificar a população, os recursos e ambiente em nome do crescimento económico.

1.2 Desenvolvimento Integrado

Devido à globalização, os aspetos internacionais, mais de que nunca, influenciam o desenvolvimento de um país ou de um local. Por isso, não é possível elaborar a estratégia de desenvolvimento de uma comunidade ou região sem ter em conta as condições globais, porque “os benefícios e os prejuízos do fenómeno da globalização condicionam o desenvolvimento. Considera-se os efeitos positivos e negativos da economia política internacional e do comércio internacional no desenvolvimento dos países” (Sousa 2011:30).

De uma certa forma, são as organizações internacionais de carácter global (como a ONU) que estão a definir os caminhos para o desenvolvimento através das agendas do desenvolvimento global. Aliás, já na década de 70, o paradigma Sistema-Mundo teorizado, principalmente, por Immanuel Wallerstein, influenciado pelo Fernand Braudel, defendeu que o desenvolvimento de um país só seria possível se levasse em conta os aspetos globais (So 1990). A nível nacional, a conceção da sociedade-providência é fundamental para o desenvolvimento, mas o Estado tem um papel fundamental e insubstituível. Este deve funcionar como um parceiro do desenvolvimento junto dos outros que ocupam uma oposição hierárquica inferior (Amaro 1992). Por isso, Amaro (2003) defende que para um desenvolvimento viável é necessário um:

Processo que conjuga as diferentes dimensões da Vida e dos seus percursos de mudanças e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e acção; o ser, o estar, o fazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existências do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão, etc. (Amaro 2003: 59).

Ou seja, é necessário um Desenvolvimento Integrado que articule vários conhecimentos disciplinares e setores de intervenção.

1.3 Desenvolvimento ou não?

O conceito de desenvolvimento foi muito criticado, ao longo do tempo, por não ter sido coerente na teoria e na prática e, nesse sentido, surgiram várias alternativas com o objetivo de corrigir as falhas do desenvolvimento. Mesmo assim, as falhas continuaram, ou, segundo alguns autores, até se agravaram, por isso, os pós-desenvolvimentistas têm defendido o fim do Desenvolvimento (Escobar 1995), por este ser “ilusório”, apenas um sonho, que continua no imaginário de muitos (Escobar 1992; Escobar 1995).

As teorias do pós-desenvolvimento recusam as abordagens clássicas e as abordagens alternativas que surgiram ao longo dos tempos, porque as abordagens alternativas não se distanciaram muito da lógica das abordagens clássicas. Como defende Pieterse (1998) o desenvolvimento alternativo surgiu como um caminho opcional para atingir o desenvolvimento, mas partilha os mesmos objetivos da corrente principal, apenas usando meios diferentes. Os pós-desenvolvimentistas apelam ao fim do desenvolvimento, porque este não chegou à maioria da população mundial, especialmente, à do Terceiro Mundo. Propuseram, também, o fim do modernismo e do etnocentrismo e uma procura de alternativas ao desenvolvimento em vez do desenvolvimento alternativo (Escobar 1992).

Os pós-desenvolvimentistas rejeitam tanto a corrente clássica do desenvolvimento como as alternativas não só pelas suas falhas, mas também pelos seus sucessos, que muitas vezes degradam o meio ambiente e violam os direitos das pessoas (Pieterse 1998; Pieterse 2000), ou seja, têm passado à margem do seu objetivo, que é o Bem-Estar comum de todos, incluindo o da geração futura.

Esta abordagem é considerada, de uma certa forma, uma herança das teorias de dependência (Simon 1997) porque se focaliza no desenvolvimento endógeno e nos motivos do subdesenvolvimento e, tal como as teorias da dependência, frisa a necessidade de autonomia e dependência por parte dos países em desenvolvimento (Escobar 1992; Escobar 1995).

1.4 A Globalização e o Desenvolvimento dos Pequenos Estados Insulares

1.4.1 Caracterização dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

Pequenos estados insulares são grupos de estados identificados a partir de traços físicos, como o meio ambiente natural, a fauna, a flora, as particularidades paisagísticas e a diversidade cultural, sendo qualificados como locais paradisíacos (Brito 2004). As suas próprias características impõem-lhes uma série de constrangimentos que dificultam os seus desenvolvimentos. Macdissi (1998:225-226) refere que sofrem da síndrome dos 3´Ds: a distância, dimensão e dependência, isto é:

1. Encontram-se geograficamente distantes dos principais mercados, o que dificulta o relacionamento com os mercados internacionais;
2. Não possuem dimensão suficiente, em termos de mercado interno, que lhes permita uma dinâmica interna autónoma
3. São muito dependentes das receitas provenientes do exterior e da exportação dos grandes mercados.

Na mesma lógica, Estêvão (2000⁶ cit in Brito 2004:58), faz uma síntese dos problemas característicos destes estados:

- a fragilidade dos ecossistemas e a vulnerabilidade face a catástrofes naturais;
- a inexistência de uma base produtiva sustentada anterior à independência;
- a ausência de um espaço económico regional envolvente, evidenciando dinamismo;
- o aumento dos custos da produção destinada ao consumo, originado pela distância, em relação aos principais centros comerciais internacionais e pela dependência externa;
- a fragilidade da rede de comunicações e a precariedade da rede de transportes;
- o isolamento.

Às fragilidades apresentadas em cima acrescentam-se, ainda, para alguns estados insulares, a reduzida dimensão da população, a escassez dos recursos naturais e ameaças relativas à segurança (Reis 2000).

Estes países enfrentam enormes desafios no que respeita ao desenvolvimento social, económico e preservação do ambiente, sobretudo devido às mudanças climáticas e ao aumento do nível da água do mar. Muitos estão entre os países mais pobres do mundo e têm uma carência de capital humano qualificado, agravado pela fuga de cérebros como consequência de emigração⁷

⁶ ESTÊVÃO, João (2000) Pequenos Estados Insulares, Conferência proferida em 25 de fevereiro de 2000, Lisboa, Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) /Centro de Estudos Africanos (CEA) (Brito 2004:58).

⁷ Informações retiradas da webpage da SIDS- <http://www.sidsnet.org/> acedido em 3 de dezembro de 2012.

Como são muito dependentes das receitas do exterior, as suas economias são caracterizadas por um modelo de desenvolvimento MIRAB- Migration, Remittances, Aid, Bureaucracy (Borges 2001:425; Hein 1998:23). Devido às suas características, o turismo é tido como um dos potenciais pilares para o desenvolvimento económico (Dommen et Lebalé 1998; Vellas 1998), mas o desenvolvimento deste setor, sem uma gestão adequada, acrescenta mais fragilidades, como por exemplo a degradação do meio ambiente, o aumento dos “males sociais”. É de referir, ainda, que o desenvolvimento, por exemplo, do turismo, carece de investimento nas infraestruturas, como meios de transportes e de comunicações que, por seu lado, resultam dispendiosos visto que, na maioria dos casos, têm de ser multiplicados por ilhas⁸.

Em suma, como evidenciado anteriormente, os estados insulares caracterizam-se pelos seguintes aspetos: (a) pouca diversificação do sistema produtivo, (b) fraqueza da capacidade institucional, (c) distância e isolamento económico, (d) grande abertura da economia e (e) forte dependência em relação ao exterior (Estêvão 2001). Por isso, “o fenómeno dos pequenos estados insulares é [...] uma realidade importante e que coloca novos desafios de desenvolvimento” (Estêvão 2001:72). Ainda assim, segundo Pereira e Galán (2009:17) “alguns dos países mais bem sucedidos em termos de desenvolvimento são justamente os Estados insulares que à partida pareciam mais expostos a fatores de risco”.

1.4.2 Os Pequenos Estados Insulares num Mundo Globalizado

Num mundo globalizado de interdependência, a “desarticulação” (Grupo de Lisboa, 1994) parece não trazer vantagens para nenhum país, até porque os efeitos da globalização acabam por afetar todos. Já não existe estratégia puramente nacional. A governação, evidência multi-nível do desenvolvimento, é estruturada ao nível internacional, regional e nacional (Sousa 2011).

Segundo Walters (1999) “o termo «globalização» tornou-se uma palavra-chave da década de 90 na análise de mudança social” (Walters 1999:37), mas este processo não é novo. Muitos autores defendem que na história já houve outros períodos marcados pela globalização. Defendem que a globalização começou no século XV, com a grande expansão europeia (Aguiar 2000; Murteira 2002; Murteira 2003; Walters 1999) e a partir da segunda metade do século XIX até às primeiras duas décadas do século XX, com a intensificação da circulação de capitais designadamente em relação às Américas, viveu-se uma nova era da globalização (Aguiar 2000).

A “globalização dos anos 90” (Walters 1999) teve o seu impulso na década de 1980, com o surgimento dos argumentos contra a intervenção do estado no processo de

⁸ Maioria dos PEID são Estados Arquipelágicos constituídos por ilhas.

desenvolvimento. A intervenção do estado passou a ser considerada contraproducente e, por isso, o mercado passou a substituir o estado e o desenvolvimento passou a ser impulsionado pelas reformas estruturais, a desregulamentação, a liberalização e a privatização.

Para vários autores, o que torna a atual globalização diferente ou “superior” (Aguiar 2000:59) das duas anteriores é o facto de esta possibilitar uma rede de mobilidades, desenvolvimento das novas tecnologias, nomeadamente, as telecomunicações, maior integração das redes de circulação de produtos e das redes de circulação de capitais de uma forma acelerada (Aguiar 2000; Grupo de Lisboa 1999; Lopes 2000; Muteira 2003; Soete 2001)

De uma forma mais ou menos sintetizada McGREW⁹ (1992) citado por Grupo de Lisboa (1994:47)., defende que:

A globalização refere-se à multiplicidade de ligações e interconexões entre os Estados e as sociedades que caracterizam o presente sistema mundial. Descreve o processo pelo qual os acontecimentos, decisões e actividades levadas a cabo numa parte do mundo acarretam consequências significativas para os indivíduos e comunidades em zonas distantes do globo. A globalização compreende dois fenómenos distintos: alcance (ou extensão) e intensidade (ou profundidade). Por um lado, define um conjunto de processos que abrangem a maioria do globo e que actuam mundialmente; o conceito tem, por isso, uma conotação espacial. Por outro lado, está também implícita uma intensificação dos níveis de interacção, interconjugação ou interdependência entre os Estados e sociedades que constituem a comunidade mundial. Consequentemente, paralelamente à extensão surge a profundidade dos processos globais. (...) [...] a globalização não significa que o mundo está a ficar mais unido politicamente, mais interdependente no campo económico ou mais homogéneo culturalmente. A globalização é bastante desigual no seu alcance e altamente diferenciada nas suas consequências.

Esta definição demonstra que a globalização acarreta “benefícios e prejuízos” que podem condicionar o desenvolvimento (Sousa 2011:30). Se, por um lado, a globalização é pressentida como uma oportunidade a explorar, por outro lado “coloca desafios [...] translocais, transnacionais e mesmos locais sustentáveis” (Seixas 2000:42). Estes desafios parecem ter uma importância acentuada para uma pequena economia dependente do exterior. Os pequenos estados insulares podem ter pouca autonomia económica para competir com o mundo global, mas estão extremamente expostos ao choque externo

⁹ Anthony G., LEWIS, Paul.1992. Globalisation and the Nations States, Polity Press, Cambridge.

(Pereira e Gabán 2009), por isso, não podem ficar à margem do mundo global “marcado pela crescente interdependência económica entre as sociedades, pela diminuição da autonomia dos Estados-Nação e pelo crescimento do peso das transnacionais nas decisões de investimento, nas trocas comerciais e na transferência de tecnologia” (Reis 2000:67).

A globalização pode criar fraturas nas sociedades, abrir clivagens, acentuar desigualdades (Barbosa, Barreto e Espada 2001:374), mas também pode constituir-se como “um acelerador do crescimento [...] um factor favorável do progresso [da] sociedade” (Aguiar 2000:82).

Sendo a globalização “um processo social através do qual diminuem os constrangimentos geográficos sobre os processos sociais e culturais” (Waters 1999:3), e se é um processo que não tem retrocesso, que veio para ficar (Stiglitz 2002), se calhar, faz todo o sentido os estados insulares tentarem tirar os benefícios que ela propõe, de forma a diminuir os seus próprios constrangimentos. Até porque, como refere a Commonwealth Secretariat (1997) “os países em desenvolvimento que embarcaram na política de reformas para abrir as suas economias para o mercado doméstico e internacional tiveram vantagem sobre aqueles que não fizeram” (Commonwealth Secretariat 1997:32).

1.4.3 Organismos Internacionais

Os constrangimentos vividos pelos pequenos estados insulares são, atualmente, retratados tendo em conta as orientações a implementar ao nível nacional, regional e internacional. As Organizações Internacionais, nomeadamente a ONU (através de agências especializadas tais como a UNESCO, o PNUD, o Fórum para os Estados Insulares, a UNCTAD), a União Europeia e o Banco Mundial têm dado alguma atenção à realidade dos estados insulares.

As fragilidades ambientais e as vulnerabilidades ecológicas destes territórios constituem as grandes preocupações para estes estados e para a comunidade internacional. Até porque algumas fragilidades, tais como desastres naturais ambientais, resultantes das mudanças climáticas, são consequência dos atos globais e fazem-se sentir ao nível mundial. Deste modo, surgiram várias iniciativas de forma a ajudar na resolução destes problemas. Dentro das iniciativas destaca-se a criação de uma aliança dos pequenos estados, OASIS- Alliance of Small Island States- e a construção do índice de vulnerabilidade¹⁰ que permitiu ordenar os países mais e menos expostos de acordo com o nível da sua vulnerabilidade, fragilidade e falta de resistência face a forças externas¹¹ (Briguglio 1995). Nesta sequência, da Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada nas ilhas de Barbados

¹⁰ Construção do índice de vulnerabilidade foi proposta formalmente, pela primeira vez, pelo Embaixador de Malta para as Nações Unidas em 26 de junho de 1990, numa reunião realizada pela UNCTAD com os governadores dos países insulares em Desenvolvimento e as organizações doadoras (Briguglio 1995:1615).

¹¹ Sobre construção do Índice da Vulnerabilidade ver Lino Briguglio, (1995).

nos finais de abril de 1994 por iniciativa da ONU, resultou o primeiro “plano de acção” (Borges 2001:428), que se centrava nos problemas específicos dos pequenos estados insulares e nos compromissos necessários à prossecução do desenvolvimento sustentável destes mesmos estados.

No que diz respeito à inserção das economias de pequena dimensão no comércio internacional, apesar de o sistema não ter dado nenhum tratamento particular a estes estados, a maioria recebeu um tratamento preferencial em mercados dos principais países desenvolvidos mediante os acordos especiais como a Convenção de Lomé¹² (Brito 2001). A Convenção de Lomé, que tem como um dos principais pressupostos a cooperação global e integrada, envolvendo a ajuda a todos os domínios sociais e económicos, na sua versão II deu uma “especial atenção aos países [...] insulares” (Monteiro 2001:144), nomeadamente Cabo Verde.

A globalização está a definir, cada vez mais, as políticas internas dos países, mas este facto não retira o poder e a importância que os países têm no seu próprio desenvolvimento: “os fatores nacionais continuam a afetar o modo como as formas e processo de globalização transformam a economia e a sociedade nacionais.” (Grupo de Lisboa 1994:45). Sendo assim, parece crucial a integração das políticas globais com as políticas locais. No caso dos países insulares, ainda mais, dado que, face às suas vulnerabilidades, é necessário capacitar as pessoas locais, apostar nos recursos humanos, de forma que eles próprios possam contribuir para o desenvolvimento sustentável do seu território.

¹² Sobre as Convenções de Lomé ver Ramiro Ladeiro Monteiro (2001).

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO E OS PRINCIPAIS CONCEITOS

2.1 Técnicas e Métodos de Investigação

Neste capítulo são apresentados e justificados os métodos e as técnicas utilizados na produção deste trabalho. De forma a obter um trabalho mais rico, conjugaram-se diferentes técnicas de recolhas e de tratamento de informação. No entanto, em relação ao método privilegia-se o qualitativo, por ser considerado o que melhor ajuda a recolher e perceber os dados para este estudo, visto ser o método que mais facilita perceber quais os fatores que contribuíram e podem ainda contribuir para o desenvolvimento do Maio e qual o impacto dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento.

A pesquisa bibliográfica, etapa importante em toda a investigação, foi a primeira forma de recolha de dados a ser levada em conta. Para começar, era fundamental pesquisar sobre as teorias a fim de proceder a uma revisão dos conceitos abordados. Seguidamente, foram analisadas fontes escritas e não escritas, oficiais e não oficiais, primárias e secundárias, tais como publicações periódicas informativas e os dados estatísticos publicados pelo INE de Cabo Verde, os planos estratégicos de desenvolvimento de Cabo Verde e da ilha do Maio, publicados pelo governo e pelos seus ministérios e pela câmara municipal do Maio, os relatórios de algumas entidades internacionais, como BM, BAD e ONU, e os programas dos governos. Muitos documentos escritos consultados estavam disponíveis na internet, mas também foram consultadas várias obras disponíveis nas bibliotecas portuguesas, nomeadamente na biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais (ISCSP), do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Faculdade de Arquitetura de Lisboa (FA) e na Biblioteca Nacional. Em Cabo Verde, foram consultados alguns documentos da CMM, das outras entidades contactadas para entrevistas na ilha do Maio, e na ANMCV e na DGDAL, na cidade da Praia, foram consultados alguns documentos relacionados com a descentralização.

Devido à falta de dados sobre a ilha do Maio e ao facto de os poucos existentes já estarem desatualizados, a necessidade da realização do trabalho de campo revelou-se fundamental. A observação no terreno e a elaboração das notas de campo¹³ foram fundamentais; no entanto, a principal técnica para recolha de informações no terreno foi a de entrevista. A entrevista semidirigida revelou ser a escolha mais acertada para recolher mais e melhores informações sobre o tema em análise (Savoie-Zajc 2003) e obter “ «visões do mundo» dos actores envolvidos” (Moreira 1994:94). Embora o guião da entrevista (em anexo) tivesse sido elaborado em português, no terreno, quatro entrevistados responderam a todas as perguntas em crioulo. Assim, as entrevistas aos atores do desenvolvimento do Maio, com uma duração de 40 a 60 minutos, foram todas transcritas integralmente e algumas

¹³ Neste caso, talvez não se deva chamar diário uma vez que as anotações não foram diárias nem sistemáticas.

traduzidas¹⁴. Uma vez que o objetivo deste trabalho é representar o desenvolvimento da ilha do Maio por parte dos diferentes atores envolvidos, para a realização da entrevista poder-se-ia escolher qualquer elemento da população do Maio, visto esta ter sido identificada já nas entrevistas de pré-testes como ator do desenvolvimento do Maio. No entanto, embora a população tivesse sido crucial, no processo de pesquisa no terreno, fornecendo informações importantes, para aplicar a entrevista foi necessário escolher “testemunhos privilegiados” (Quivy e Campenhoudt 1998:69). Assim, privilegiou-se os atores locais, nacionais e internacionais que implementam ou ajudam a implementar os projetos do desenvolvimento no Maio para a realização de entrevistas. Neste sentido, foram contactados 17 dirigentes da ilha do Maio ou ligados a esta e entrevistados 13 deles¹⁵. O contato com a população, de uma forma geral, foi espontâneo. Já com os representantes das entidades responsáveis pelo delineamento e implementação dos projetos de desenvolvimento, o contato foi quase sempre planeado e combinado antes da deslocação ao terreno¹⁶, com o objetivo de recolher toda a informação possível num curto espaço de tempo, visto que a visita ao terreno teve a duração de um mês dividido entre a cidade da Praia (7 dias) e o Maio (24 dias)¹⁷.

Quanto à caracterização da amostra, os 13 entrevistados têm a seguinte relação institucional¹⁸:

Adalberto Teixeira Varela, delegado do Ministério de Educação e Desporto na ilha Maio;

Ana Pons, coordenadora da ONG Habitáfrica, Cabo Verde¹⁹;

Armandina Vieira, representante da Plataforma de ONGs na ilha do Maio e técnica comercial da UNICOOP do Maio;

Carlos Dias, delegado do Ministério Desenvolvimento Rural na ilha do Maio;

Domingos Gonçalves, delegado do Ministério de Saúde na ilha do Maio;

Edson Alves, gestor da Comissão Regional de Parceiros na ilha do Maio;

¹⁴ Mesmo no caso em que as perguntas foram respondidas em português, os atores que falavam crioulo, por vezes, introduziam algumas frases na sua língua materna e depois voltavam a falar português.

¹⁵ Com o objetivo de captar pontos de vista de diferentes ângulos foi contactado um responsável (substituto) pela área de cooperação da Câmara Municipal do Loures, tendo em conta a cooperação que existe entre este município e a Câmara da ilha do Maio. Foram ainda contactados um presidente de uma associação comunitária na ilha do Maio, um dirigente da ANMCV e um dirigente da MORABI (estes dois últimos também têm atuado bastante na ilha do Maio, embora em situações diferentes). Todos (exceto o presidente da associação) forneceram informações importantes, no entanto, não se disponibilizaram para responder ao guião entrevista.

¹⁶ Alguns atores só se revelaram importantes já no terreno após a sua indicação por parte de outros atores entrevistados.

¹⁷ A viagem a terreno foi feita entre 15 de agosto a 14 de setembro de 2012.

¹⁸ Todos os entrevistados permitiram a divulgação da entrevista.

¹⁹ Logo após a entrevista deixou de exercer esta função.

Hermínia Ribeiro, coordenadora de Projetos da ONG- Instituto Marquês de Valle Flôr;
José Carlos Pina, delegado de Serviços Autónomos de Saneamento e vereador da CMM²⁰;
Julieta Dono, coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Local (CMM);
Manuel Mendonça, presidente da Caixa Poupança Mutua Maiense e presidente da Associação dos Agricultores e Criadores de Gado da Figueira-Horta²¹;
Teresa Tavares, vereadora da Câmara Municipal Maio²²;
Victoriano Reis, presidente da Associação dos Pescadores do Maio.

Para além dos entrevistados referidos acima, foi solicitado um pedido de esclarecimento sobre o estado da segurança na ilha ao comandante da Polícia Nacional da ilha do Maio, Pedro Varela; sobre o papel da igreja católica na ilha, ao Pároco, Crisógono Amanso.

Para enriquecer o trabalho, foi necessária a “triangulação” (Albarelló 1997; Moreira 1994; Moreira 2005) da informação descritiva com informações diversas e dados observados no terreno. Relativamente à análise das entrevistas, optou-se pela técnica de análise de conteúdo (Bardin 1979), com tónica sobre a análise temática por ser a que melhor permite identificar e caracterizar as mudanças de atitudes e comportamentos. De forma a analisar as associações entre os temas, foi necessário fazer uma análise de coocorrências. As informações foram analisadas de modo a fazer uma relação entre os diferentes conceitos e dimensões (Boudon s/d). Tendo em conta as técnicas utilizadas e a desatualização de alguns dados relativos à ilha do Maio nesta dissertação, é feita uma descrição paralelamente do estado do desenvolvimento de Cabo Verde e do estado do desenvolvimento da ilha, evidenciando as suas potencialidades, as oportunidades, as ameaças, as fraquezas e as estratégias que conduziram ao estado atual em que se encontram.

A questão metodológica principal foi como relacionar conceitos teóricos com o caso prático que interessava e com perguntas concretas aos atores do desenvolvimento da ilha do Maio. Esse desafio constituiu-se pela construção do guião de entrevista que precedeu o trabalho de campo. Esse guião de entrevista implicou a passagem dos conceitos às variáveis, etapa central da metodologia que será abordada no ponto seguinte.

²⁰ A entrevista realizou-se na semana em que tinha assumido o cargo de vereador.

²¹ Esta associação está praticamente inativa, embora responda às necessidades pontuais dos sócios inscritos.

²² Esta foi uma das primeiras entrevistas realizadas, ainda na fase de pré-teste e quase todas as respostas se mantiveram, no entanto, pouco tempo depois, ainda antes da ida ao terreno, a Teresa deixou de ser vereadora da CMM.

2.2 Dos Conceitos às Variáveis: Construção do Instrumento de Recolha de Dados

Tendo em conta o objetivo da investigação, o instrumento da recolha de dados foi construído a partir dos conceitos de desenvolvimento, cenários, tutela e atores. Apresenta-se sumariamente estes mesmos conceitos:

O conceito de **desenvolvimento** esteve, sobretudo no período pós 2ª Guerra Mundial, associado ao crescimento económico (Amaro 1990, Amaro 2003; Arndt 1987). Porém, segundo Dudley Seers (1979) o desenvolvimento é quase um sinónimo de melhoria que não se deve resumir à obtenção de taxas elevadas de crescimento do PIB *per capita* renunciando-se a uma concepção de Bem-Estar Social ou de “felicidade” colectiva (Sousa 2004). Nesta dissertação, o desenvolvimento é analisado como um conceito multidimensional, integrado e dinâmico que exige o envolvimento de todos; como:

O processo de mudança e transformação das estruturas da sociedade que reduz a insatisfação de necessidades fundamentais da população e que aumenta a mobilização e a realização das suas capacidades ... sem pôr em causa nenhuma geração (qualquer que ela seja) à custa de outra (Amaro 2001:193).

Cenário é um conceito usado em termos de senso comum como uma perspectiva, uma visão; para Erving Goffmann (1971), na sua sociologia dramática, é a representação cénica que rodeia uma qualquer atuação social; é usado pela prospetiva como uma metodologia de previsão que procura reduzir as incertezas do futuro. Tendo em conta todos estes usos, neste trabalho optou-se por uma conceptualização que, não desconhecendo tais possibilidades, aproxima o conceito cenário da realidade dos atores que se queria entrevistar e do objetivo da pesquisa, tendo-se recorrido à análise SWOT como forma de operacionalização. Assim, Cenário refere-se à caracterização do desenvolvimento da ilha do Maio e à previsão futura desse mesmo desenvolvimento. Procurou-se, também, identificar as causas e as consequências que contribuem para a construção dos cenários.

Ator “pode ser uma pessoa, um grupo de indivíduos, uma organização ou uma instituição com um ou mais porta-vozes” (Bion²³ citado em Guerra 2006:20). Nesta dissertação o ator e agente são utilizados como sinónimos e referem-se a todos que detêm o poder de opção, de execução e/ou elaboração (direta ou indireta) das estratégias para desenvolvimento da ilha do Maio.

A possibilidade de um cenário se tornar ou não realidade no futuro depende do planeamento estratégico “construído [...] a partir do interesse colectivo, o que se traduz pela mobilização e participação dos actores em todo o processo” (Perestrelo 2005:35).

²³ Boin Jean Yves. s/d. Introduction in Cahier CERTU. Analyses du sytemes d'Acteurs: Diagnostique do Territoires et Sytèmes d'Acteurs. Cahier nº1, pag 6.

O poder que os atores têm de optar, executar e elaborar, neste trabalho é referido como **tutela**. Este conceito, muito utilizado no Direito, enquanto ciência que trata do estudo das leis e das instituições jurídicas, no quadro do direito administrativo, é definido como "um conjunto de poderes limitados, concedidos pela lei a uma autoridade superior, sobre os agentes descentralizados e sobre os actos, com um fim de protecção do interesse geral" (Maspétiol e Laroque citado em Lima 1968:42) ou então como "toda a ingerência do Governo na actividade dos órgãos autárquicos, com o fim de coordenar os serviços descentralizados com os serviços nacionais e de proteger os interesses das autarquias" (Lima 1968:43). Nesta dissertação, a tutela está relacionada com a autoridade que os atores sociais têm, no que respeita ao desenvolvimento de Cabo Verde, tendo em conta os poderes legais definidos nas leis e nos regulamentos e, sobretudo, na Constituição da República de Cabo Verde.

Os conceitos acima foram traduzidos em dimensões e indicadores de forma a resultarem em perguntas do guião de entrevista (em anexo). No entanto, a tradução dos conceitos em variáveis (Boudon s/d:56) foi um dos grandes desafios que surgiu na parte da metodologia. Por isso, recorreu-se ao quadro nas páginas seguintes, para tentar facilitar esta tarefa. Assim, foram consideradas relevantes para o conceito de desenvolvimento as seguintes dimensões: o crescimento económico *versus* desenvolvimento humano, o desenvolvimento de Cabo Verde e da ilha do Maio, a dependência, o desenvolvimento comunitário e local; o *empowerment* e o desenvolvimento integrado; para o conceito tutela, a responsabilidade, o poder local *versus* o poder central e a descentralização *versus* a democracia foram consideradas as dimensões importantes; para o conceito cenário, o cenário do desenvolvimento da ilha do Maio e uma análise SWOT foram considerados importantes; e, por último, para o conceito ator/agente, a ação e a visão foram consideradas as dimensões importantes. Em relação aos indicadores do conceito desenvolvimento, foram construídos como indicadores as estratégias (percepção), os recursos económicos/riqueza e a capacitação das pessoas/bem-estar que deram origem às três primeiras perguntas do guião de entrevista; a insularidade, a influência externa, a participação das comunidades e os recursos humanos nacionais deram origem a mais cinco perguntas relacionadas com a condição específica do desenvolvimento de Cabo Verde e da ilha do Maio. Em relação ao conceito tutela foram construídas mais cinco perguntas em função dos seguintes indicadores: o papel dos atores, a influência política no poder, a relação entre poder central e poder local e a relação entre democracia e descentralização. Uma análise SWOT, simplificada, que caracteriza o desenvolvimento da ilha do Maio com base nos progressos, obstáculos, oportunidades, pontos fracos, pontos fortes e as ameaças deu origem a seis questões relacionadas com o cenário; por último, os indicadores competências, objetivos,

reconhecimento, influência dos atores, a visão idealista e a visão realista deram origem às perguntas relacionadas com os atores/agentes do desenvolvimento da ilha do Maio.

A utilidade deste método, neste estudo, foi validada com a realização de três entrevistas de pré-testes (a dois dos atores que fazem parte da amostra dos entrevistados e a um maiense²⁴) antes da ida ao terreno.

²⁴ Teresa Tavares e Hermínia Ribeiro foram os dois atores entrevistados, ainda na fase do pré-teste, sendo que, no caso da Hermínia Ribeiro, a entrevista não veio a sofrer nenhuma outra alteração posterior. O outro entrevistado na fase do pré-teste foi o José Maria (Paixão), um maiense que, embora há alguns anos a residir em Portugal, se mostra sempre muito interessado por assuntos relacionados com a ilha do Maio.

Questão	Conceitos	Dimensões	Indicadores
Cenários e Tutelas: Perceção do Desenvolvimento da Ilha do Maio, Cabo Verde	1. Desenvolvimento	1.1. Crescimento económico <i>versus</i> desenvolvimento Humano	Estratégias (perceção) Recursos económicos/riqueza Capacitação das pessoas/bem-estar
		1.2. Desenvolvimento de Cabo Verde e da ilha do Maio: Dependência Desenvolvimento Comunitário; Local <i>Empowerment</i> Desenvolvimento Integrado	Insularidade Influência externa Participação das comunidades Recursos humanos nacionais
	2. Tutela	2.1. Responsabilidade	Papel dos atores
		2.2. Poder local <i>versus</i> Poder Central e Descentralização <i>versus</i> Democracia	Influência política no poder Relação entre o poder central e poder local Relação entre a democracia e descentralização
	3. Cenários	3.1. Cenários do desenvolvimento ilha do Maio	Caracterização do seu desenvolvimento Progressos Obstáculos

			Oportunidades
		3.2. Análise SWOT:	Pontos fracos Pontos fortes Oportunidades Ameaças
	4. Ator/ Agentes		
		4.1. Ação	Competências Objetivos Reconhecimento Influência dos atores
		4.2. Visão	Visão idealista Visão realista

CAPÍTULO 3- CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO



Fonte: www.google.pt

3.1 Caracterização de Cabo Verde

Cabo Verde é um pequeno estado insular situado na costa ocidental africana. As ilhas estendem-se por cerca de 4033 km². O território da República de Cabo Verde é composto pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal, Boa Vista, **Maio**, Santiago, Fogo e Brava, e por alguns ilhéus e ilhotas, pelas águas interiores, as águas arquipelágicas e o mar territorial definidos na lei, assim como os respetivos leitos e subsolos e pelo espaço aéreo referente a todos os espaços geográficos.

O arquipélago de Cabo Verde está localizado na zona sub-saheliana. O seu clima é tropical seco, em que a temperatura média anual raramente é superior a 25 C° e não desce abaixo dos 20°C. As estações do ano são fundamentalmente duas: *as-águas* e estação seca ou tempo das brisas. A estação chuvosa, de agosto a outubro, é muito irregular e geralmente com fraca pluviosidade.

O país está dividido em 22 municípios dos quais 9 se situam na ilha de Santiago, 3 em Santo Antão, 3 no Fogo, 2 em São Nicolau e 1 em cada uma das outras ilhas. Com a entrada em vigor da lei número 77/VII/2010, Cabo Verde passou a contar com 24 cidades. A cidade da Praia, na ilha de Santiago, é a capital do país e goza de um estatuto administrativo especial, nos termos da lei. É simultaneamente a capital económica e política.

Independente desde 5 de julho de 1975, o país foi governado nos primeiros anos da sua independência pelo PAIGC, que, em 1981, passou a designar-se PAICV, num regime de partido único. Em 1990 deu-se a abertura política e em 1991 realizaram-se as primeiras eleições livres e multipartidárias, nas quais o MPD saiu como vencedor. Seguidamente foram realizadas as eleições municipais com o objetivo de criar condições mais favoráveis ao desenvolvimento do poder local e aproximar o poder das populações.

Em janeiro de 2001 ocorreu uma nova alternância política, o PAICV venceu as eleições legislativas e voltou ao poder, voltando a vencer em 2006 e 2011, sendo o partido que a ainda hoje governa o país. Apesar das alternâncias existentes desde 1991, só a partir de 2011 é que o país tem no seu comando um Presidente da República e um Primeiro-ministro de ideologias/partidos políticos diferentes.

Cabo Verde é uma República soberana e democrática, com uma boa governação. Goza de estabilidade, liberdade e paz social fundamentadas nos valores de um Estado de Direito Democrático. É considerado um dos países mais estáveis e democráticos em África (BAD/OECD 2008; Mo Ibrahim 2010)

A população residente no país, segundo os dados do RGPH 2010, é de 491.683 habitantes. Na capital do país está concentrada mais de um quarto da população (26.9%). No que respeita à distribuição da população em termos de áreas, os dados do INE (2011) revelam uma disparidade entre a zona rural e a zona urbana, 38.2% e 61.8% respetivamente. De

uma forma geral, tem-se assistido a uma crescente concentração da população nas zonas urbanas. Em 1990, a taxa de urbanização era de 44%, passou para 54% em 2000 e 62% em 2010 (INE 2000, INE 2011). A população cabo-verdiana é caracterizada por uma população jovem. A idade média é de 26.8 anos, apenas 6.4% do total da população é maior de 65 anos, segundo os dados do RGPH 2010.

A economia de Cabo Verde é caracterizada, normalmente, por uma carência devido à sua vulnerabilidade decorrente de fatores como: a seca, a escassez de recursos naturais, nomeadamente energéticos, e a insularidade. Deste modo, foram adotadas várias estratégias ao longo dos tempos a fim de contrariar essa carência. Atualmente, a economia do país é sustentada, sobretudo, pelo setor de serviços, nomeadamente o turismo, o transporte, a administração pública e o comércio, que representou mais de 80% do PIB em 2010, segundo revelam os dados do AfDB et al (2012). O setor terciário tem contribuído para combater algumas dificuldades económicas do país, mas, em contrapartida, o setor primário tem evoluído de uma forma muito lenta; ainda assim, continua a empregar 40% da população segundo a fonte citada acima.

Cabo Verde é muito dependente de recursos externos, tem de importar a maioria dos bens que consome, sobretudo bens estratégicos, tais como os produtos alimentares (90%) e os produtos energéticos (97%). Por isso, “as importações representam mais de 60% do PIB, e a balança de pagamentos do país é cronicamente deficitária” (AfDB et al 2012:5). As remessas dos emigrantes e a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) desempenham, desde há muito tempo um papel importante na economia de Cabo Verde (Borges 2001; Estêvão 2004). Segundo os relatórios do PNUD 2010 e 2011, as remessas constituíram cerca 9.7% do PIB em 2011 e 9.4% do PIB em 2010. O país recebe desde de a sua independência, em 1975, a ajuda pública ao desenvolvimento (bilaterais e multilaterais) e os afluxos foram sempre positivos, embora com algumas flutuações, chegando ao montante máximo, recebido em 1999, de cerca de 137.1 milhões de dólares americano (Tavares 2005)²⁵. No relatório de Progresso e Execução dos ODM 2010 (MF 2010) é salientado que houve uma forte diminuição da ajuda alimentar e um aumento da ajuda orçamental, de modo que a APD não diminuiu tendo passado de 10.999,5 milhões de escudos em 2005 para 14.237,7 milhões em 2009. A APD tem um grande impacto na constituição do PIB e nas políticas orçamentais e de rendimentos em Cabo Verde, o que levanta um certo número de constrangimentos sobre as políticas orçamentais e de rendimentos (MFP 2004).

O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) também tem vindo a desempenhar um papel importante no desenvolvimento e crescimento da economia de Cabo Verde. Tem contribuído para o crescimento, principalmente, do setor do turismo, da construção e do imobiliário.

²⁵ Informações referentes só até ao ano de 2001

Segundo os Relatórios do PNUD (2010; 2011) o IDE constituía 13,3% do PIB em 2010 passando para 7,7% do PIB em 2011. O IDE constitui uma grande percentagem do investimento privado em Cabo Verde, o que tem contribuído para dinamizar o mercado, apesar da tendência histórica do setor público. No *As Grandes Opções do Plano* (GOP) 2001, o setor privado é definido como uma locomotiva do desenvolvimento pelo seu potencial de criatividade, inovação e adaptação. Os dados do *Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza* (DECRP) de 2004 referem que o setor privado ocupava naquele ano 63% dos ativos empregados, o que contrasta com 23% no setor público. Em 1990, o setor privado empregava pouco menos de metade da população ativa (cerca de 46%), enquanto que o setor público ocupava cerca de 1/3. Apesar dos aumentos do investimento privado, o investimento público nas infraestruturas continua a ser um importante motor do crescimento económico, com uma taxa de realização superior a 80% (BCV 2008:6).

Graças às situações referenciadas acima e ao programa de investimento público (PIP) adotado pelo governo, em 2010, o crescimento do PIB foi de 5.4%. Ainda assim, apesar das políticas de desenvolvimento implementadas no país, a capacidade da economia cabo-verdiana para absorver a sua população ativa tem sido limitada. A taxa de desemprego no país ronda 10,7 %²⁶ (INE 2011) e essa taxa, entre 2000 e 2010, acentuou-se mais nos meios urbanos. O índice da pobreza é de 26,6% (INE 2007).

Nesta dissertação, serão analisados os setores tidos como cruciais para o desenvolvimento e crescimento económico do país e as estratégias que visam resolver as dificuldades persistentes.

²⁶ Segundo os dados mais recentes do INE, em 2011 esta taxa subiu para 12,2%. Fonte: <http://www.ine.cv/desemprego/def.aspx?i=3>

3.1.1 Quadro do Desenvolvimento de Cabo Verde

Cabo Verde tem alcançado gradualmente um estatuto notável a nível internacional no que respeita ao desenvolvimento, apesar de muitos constrangimentos, nomeadamente a falta de água inerente a pouca chuva, reduzida dimensão territorial, insularidade e reduzido potencial de terra cultivável (10%). Tem conseguido alguns destaques no quadro internacional: aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2008 e passou a ser o 153º membro desta organização, sendo o primeiro país africano, na qualidade de País Menos Avançado (PMA), a integrar essa organização²⁷; no mesmo ano, passou a integrar a lista dos Países do Desenvolvimento Médio (PDM); assinou um Acordo de Parceria Especial com a UE em 2007, reforçou a integração regional com a CEDEAO e as RUP (Regiões Ultraperiféricas), através da parceria com a UE e poderá ser dos poucos países a cumprir com os objetivos de Millenium. Já beneficia do segundo pacote de ajuda (compacto) do MCC²⁸ (Millennium Challenge Corporation) e até agora é o único país africano selecionado para receber este pacote pela segunda vez. É visto como exemplo de Democracia e de Boa Governação; ocupa o 2º lugar entre os países com melhor governação em África. Em 2010 encontrava-se entre os 10 países mais reformados do mundo; tem alcançado alguns avanços no *ranking* no IDH (índice do desenvolvimento humano) no quadro da pontuação global é o país da África Ocidental com maior PIB *per capita*. Por tudo isso, Cabo Verde é referido como um país de sucesso no campo do desenvolvimento, sobretudo comparado com os outros países do continente africano. No entanto, alguns autores chamam a atenção para o facto de esta afirmação, muitas vezes, não levar em conta as condições reais do país e a disparidade existente. Sousa (2010) afirma que “hoje em dia Cabo Verde é um país extremamente desigual, o que não se pode sustentar com dados reais, a verdade é que as desigualdades têm aumentado” (Sousa 2010:4). Aliás, o relatório dos ODM também partilha a mesma visão ao afirmar que “não obstante os avanços registados a nível nacional, existem ritmos diferenciados e mesmo assimetrias na execução dos objectivos a nível dos municípios” (GCV/ONU 2009:4) e acrescenta ainda que, por vezes, algumas assimetrias persistem e até se agravam. Estas desigualdades verificam-se, sobretudo, nos setores de saúde, educação, serviços públicos, meios de transporte, infraestruturas de saneamento

²⁷ Cabo Verde tornou-se o 153º Membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) a partir de 23 de julho de 2008, após ratificação do protocolo de adesão pela Assembleia Nacional. No entanto, o protocolo de adesão foi aprovado a 18 de dezembro de 2007 na reunião do Conselho Geral da organização realizada em Genebra, Suíça.

²⁸ O *Millennium Challenge Account* é um programa levado a cabo pelo governo norte-americano que se destina a combater a pobreza e a promover o desenvolvimento económico sustentado, a boa governação, a democracia e o Estado de Direito fundado nos seguintes preceitos: *good governance, economic freedom and investments in people*. O primeiro pacote foi concedido em 2005 e, em fevereiro de 2012, foi assinado o acordo para a execução do II Pacote do MCC. Para informações mais detalhadas sobre assunto consulte: <http://www.mca.cv>

básico, acesso à água potável e emprego. Os planos estratégicos de desenvolvimento de Cabo Verde têm-se focado na questão das disparidades inter-ilhas, regionais, entre grupos sociais e entre áreas urbanas e rurais que “não permitem o desenvolvimento sustentado e equitativo do país” (Sousa 2010:6). Por isso, no relatório dos ODM é frisado que “ há determinação em tratar das disparidades significativas entre grupos sociais – entre homens e mulheres, entre áreas urbanas e rurais, entre o interior e o litoral das ilhas. Isso exige que se olhe para além das médias nacionais” (GCV/ONU 2009:4).

A partir destes pressupostos, pretende-se enquadrar o papel da ilha do Maio no desenvolvimento de Cabo Verde e o impacto do desenvolvimento de Cabo Verde na ilha do Maio. Pretende-se identificar através de uma análise SWOT simplificada, por um lado, quais as situações que contribuíram para os progressos alcançados por Cabo Verde e na ilha do Maio e, por outro lado, quais os maiores desafios enfrentados. Serão analisados alguns setores cruciais para o desenvolvimento de um país com base nos relatórios e nos documentos das entidades nacionais e internacionais (ex: PND, Governo de Cabo Verde, Câmara Municipal da ilha do Maio, BM, ONU, etc). Nos documentos estratégicos para o desenvolvimento de Cabo Verde, o turismo, os meios de transporte (rede viária, portos e aeroportos), a pesca, a indústria, os investimentos na infraestruturação (água, saneamento, energia, telecomunicações), a captação de ajuda externa, uma boa gestão do apoio ao desenvolvimento, uma política consentânea de atração e de utilização das remessas dos emigrantes assim como do investimento externo, uma aposta nos recursos humanos, (fundamentalmente no sistema educativo e na saúde), o combate à elevada taxa de desemprego ou a criação de emprego são alguns dos fatores considerados determinantes para o desenvolvimento do país, de forma a conseguir:

Um país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura. Uma sociedade solidária, de paz e justiça social, democrática, aberta e tolerante. Um país dotado de um desenvolvimento humano durável, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida (CM 2001:3).

3.2 Enquadramento da Ilha do Maio

Território	269 km ²
Largura máxima da Ilha	16.300m
Comprimento máximo da ilha	24.100m
Altitude	437 km.
População	6.952 (INE 2010)
Taxa de crescimento anual 2000-2010	0.3 (INE 2010)
Taxa de Alfabetização ≥15 anos	81,7 % (INE 2011)
Taxa de Desemprego 2010	8.3 (INE 2011)
Taxa de Pobreza	38% (CMM 2006)

Ilha do Maio

O Maio é uma das mais pequenas e antigas ilhas de Cabo Verde. Pertencente ao grupo de Sotavento, com 269 km², representa 6.8% do território nacional. Segundo os dados do INE (2011), a sua população em 2010 era de cerca de 6.952 (1% da população nacional) da qual mais de metade do sexo feminino. A população da Ilha do Maio está distribuída pela cidade de Porto Inglês, pelas localidades de Morro, Calheta, Morrinho, Cascabulho, Pedro Vaz, Santo António, Praia Gonçalo, Alcatraz, Pilão Cão, Ribeira D. João, Figueira, Barreiro e ainda Monte Farenego²⁹. A taxa de crescimento anual da população nos últimos 10 anos (2000-2010) foi de 0.3. Em 2000, a sua população era de 6.754 (INE 2011).

O Maio situa-se a 23 km a Este da maior ilha de Cabo Verde, Santiago, onde está localizada a capital do país, cidade da Praia. Apresenta uma génese semelhante à das ilhas do Sal e da Boa Vista, consideradas as mais antigas do arquipélago. Possui um relevo suave, extensas superfícies planas, um pequeno maciço montanhoso ao centro e uma zona envolvente de dunas. Possui uma área florestal correspondente a uma mancha de cerca de 4000 hectares (MAAP/FAO 2004; CMM 2006), composta essencialmente por acácias.

A ilha foi descoberta em 1460 mas, devido às poucas condições atrativas, só começou a ser povoada no XVII com a introdução da criação de gado. A criação de gado e extração de sal foram, no início do seu povoamento, as atividades mais importantes na ilha (Andrade 1996). A partir de finais do século XIX, a história da ilha foi marcada pela emigração e por períodos de seca que afetaram o desenvolvimento das atividades agrícolas (Carreira 1977a; Carreira 1977b; Carreira 1981). Assim como as outras ilhas do arquipélago, o Maio tem problemas de água devido ao clima semi-árido, sendo que a pouca precipitação e as características do

²⁹ Não é considerado uma localidade, mas, segundo o Censo 2010 lá residem duas pessoas.

relevo não permitem grandes infiltrações de água pluvial. A temperatura média anual na ilha é de 22.5°C.

Em termos de recursos naturais, a seguir à ilha da Boa Vista, o Maio possui a maior concentração de espécies marinhas de Cabo Verde, tendo além disso outros recursos naturais tais como o sal, o calcário e a argila, matérias primas necessárias à produção de cimento e de gesso (CMM/GMDL 2006). Embora com alguns recursos naturais e com uma forte potencialidade para o desenvolvimento do turismo, tendo em conta as extensas e belas praias de águas cristalinas, sobretudo nas costas Oeste e Sul/Sudoeste, o nível de pobreza é acentuado e a taxa de desemprego elevada.

As remessas dos emigrantes desempenham um papel importante na economia de Cabo Verde (Borges 2001; PNUD 2010). Em relação à ilha do Maio, nota-se um fraco investimento por parte dos emigrantes, embora as remessas constituem um complemento à economia local familiar (Ribeiro 2010).

**CAPÍTULO 4- DESENVOLVIMENTO DA ILHA DO MAIO NO QUADRO DE DESENVOLVIMENTO
DE CABO VERDE: CENÁRIOS E TUTELAS**

4.1 Cenários de Desenvolvimento da Ilha do Maio no Contexto do Desenvolvimento de Cabo Verde

A estruturação dos fatores descritos neste capítulo é feita tendo em conta a exposição dos mesmos nos relatórios consultados durante a pesquisa, as informações recolhidas no terreno através das entrevistas e articulados de forma a dialogar com as teorias expostas no primeiro capítulo. Deste modo, os fatores internos tentam dialogar com as teorias do desenvolvimento territorialista que defendem que o desenvolvimento se dá em função dos fatores internos; os recursos humanos e o setor social tentam dialogar com o desenvolvimento humano; os serviços e infraestruturas com as teorias de modernização e os fatores externos tentam dialogar com as teorias da dependência. No entanto, não se pode esquecer que as teorias são olhares que problematizam de formas diferenciadas os mesmos fenómenos.

Em cada um dos setores apresentados é feita uma caracterização da sua situação no âmbito nacional e na da ilha do Maio, de forma alternada, apresentando sempre as estratégias, os pontos positivos e negativos a estes setores.

4.1.1 Fatores Internos

Agricultura

A agricultura é uma das principais fontes de rendimento e crescimento económico na ilha do Maio. Segundo os dados da CMM (2006), cerca de 625 pessoas vivem da atividade agrícola, repartindo-se por 85 unidades familiares. A área vocacionada para a agricultura no Maio é de cerca de 660ha (MAAP/FAO 2004). Atualmente, cerca de 90ha são regados permanentemente por cerca de 150 agricultores, graças ao aumento da disponibilidade de água que passou de 1.343m³/dia para 2.750m³/dia³⁰.

Este setor assume um papel importante na geração de rendimento e na criação de emprego em todo Cabo Verde, apesar do problema da falta de água, do facto de Cabo Verde ter apenas 10% da terra cultivável e da influência negativa da aleatoriedade climática. Segundo os dados do Censo do INE (2011) a agricultura emprega 12 637 pessoas em idade ativa em todo país. Apesar da sua característica tradicional e de ser uma agricultura de subsistência é um dos setores que emprega mais pessoas em Cabo Verde. Conjuntamente com a silvicultura, pesca e caça, a agricultura chegou a representar cerca de 9.4 PIB no ano 2006, porém, em 2011, desceu para 8.2 do PIB (AfDB et al 2012).

Na ilha do Maio este setor tem servido como uma alternativa à falta de emprego por parte dos jovens. Como é referido no Plano Municipal de Desenvolvimento da ilha do Maio (PDM-Maio), “nota-se, hoje, uma viragem da mentalidade dos jovens maienses em acreditar cada

³⁰ Informações facultadas pelo Delegado do MDR da ilha do Maio, Carlos Dias.

vez mais nas potencialidades que a ilha tem nesse sector e, criar o seu próprio emprego” (CMM/GMDL 2006:71), tanto na agricultura de sequeiro como na agricultura de regadio.

No âmbito nacional, nos últimos anos tem-se feito alguns esforços para a modernização deste setor, como por exemplo, através da implementação do sistema da rega gota-a-gota, da melhoria de sementes a fim de obter melhores frutos tendo estes esforços dado algum resultado. Também se tem investido na construção de mais infraestruturas de captação (diques) e armazenamento (reservatórios diversos e barragens) de água o que aumentou a capacidade de mobilização de água para a agricultura (MAAP/GEP 2004a).

Graças à implementação das novas tecnologias, como por exemplo, o sistema de gota a gota, a criação de infraestruturas para a captação e retenção da água de chuva³¹ no solo e melhorias no acesso ao microcrédito, a agricultura tem-se desenvolvido bastante na ilha do Maio. Consegue satisfazer as necessidades da ilha, exportando ainda uma boa parte dos produtos para a cidade da Praia e outras ilhas. O delegado do MDR da ilha do Maio salienta que “em termos da agricultura, houve desenvolvimento, houve melhoria de ocupação de espaço, aumentou a quantidade de produtos que saem do Maio, aumentou o número de agricultores, melhorou a própria qualidade de vida dos agricultores e isto vê-se à vista desarmada”³². De uma forma geral, parece que todos têm a noção do papel que este setor desempenha, visto que quase todos os atores entrevistados (11 dos 13) o identificaram como um ponto forte³³ e reconheceram o seu potencial para a ilha. Assim afirma um dos atores entrevistados: “a agricultura tem vindo a desenvolver em grande medida, creio que é uma das áreas mais bem aproveitadas [na ilha do Maio]”³⁴.

Mesmo enfrentando alguns constrangimentos, a agricultura desempenha, sem dúvida, um papel importante na vida dos cabo-verdianos, sobretudo na subsistência da população rural. Ainda assim, no GOP 2001 alerta-se para o facto de haver uma diminuição da atividade nesse setor, principalmente por parte da camada jovem da população, apesar da implementação do sistema de crédito que poderia servir como um incentivo. Um outro constrangimento ligado a este setor tem que ver com o tipo de agricultura que se pratica e o tipo de produtos escolhidos em Cabo Verde, principalmente quando se trata da agricultura de sequeiro. As pragas, sobretudo a de gafanhotos, afetam bastante as culturas; além disso, o facto de um número significativo de camponeses não deter a propriedade dos solos que

³¹ Atualmente a ilha conta com 25 diques, sendo 23 de recarga e 2 de captação, 16 poços, 7 furos e ainda 3 reservatórios com capacidade para armazenar entre 100 e 300 metros cúbicos de água.

³² Entrevista ao Delegado do Ministério do Desenvolvimento Rural da ilha do Maio, Carlos Dias – (ver a entrevista nº 4 em anexo).

³³ Dos 13 entrevistados, apenas 2 consideram a agricultura como um ponto fraco- ver o gráfico nº1.

³⁴ Entrevista ao Gestor da Comissão Regional de Parceiros na ilha do Maio, Edson Alves- (ver a entrevista nº 6 em anexo).

cultiva e de, tipicamente, as parcelas serem exploradas de forma indireta (arrendamento e parceria) constituem também constrangimentos, na medida em que os exploradores não podem implementar as novas tecnologias³⁵.

No caso específico da ilha do Maio, também, apesar de alguns avanços, a agricultura continua a ser de carácter tradicional e familiar, sobretudo a do regime de sequeiro. O facto de o mercado local não consumir tudo o que é produzido, de os agricultores preferirem exportar e vender a grosso e a falta de meios de transporte para o escoamento dos produtos, mesmo para a cidade da Praia, situada a 23 km, impede o desenvolvimento da ilha³⁶. Além disso, o setor agrícola está exposto a alguns riscos como o da salinidade da água, da irregularidade da chuva, da erosão do solo, apesar do esforço para florestação da ilha. O delegado do MDR da ilha refere ainda que a falta de formação e informação que, por vezes, gera a sobreprodução também impede o desenvolvimento da agricultura. Acrescenta-se, ainda, a inexistência na ilha de um Posto de Venda de produtos e materiais ligados à agricultura, como por exemplo, sementes ou enxadas.

Pecuária

A pecuária constitui uma fonte de rendimento tanto para as famílias rurais como para as famílias urbanas cabo-verdianas, (gera empregos) e constitui uma fonte de satisfação alimentar (proteína e gordura animal). Envolve mais de 41.000 famílias representando cerca de 60% da população total (MAAP/GEP 2004a).

A criação de gado foi desde sempre uma atividade relevante para ilha do Maio. Aliás, o seu povoamento, a partir do século XVII, acentuou-se sobretudo graças a este setor. Antes de ser povoada, a ilha servia para pasto de animais, sendo estes deixados livremente e capturados para aproveitamento como recurso alimentar e económico. Tradicionalmente produzia-se peles de cabras, carne seca e salgada, conhecida por “tchassina” ou Chacina³⁷. Esses produtos eram exportados para outras ilhas, principalmente para Santiago e Fogo (Andrade 1996). Atualmente, esta atividade constitui um dos setores mais importantes para a dieta da população e contribui para o rendimento da mesma.

A tradição de se deixar os animais pastarem livremente manteve-se até aos dias de hoje. Porém, o setor sofre devido a vários fatores: o alastramento da peste suína, que afeta todo o

³⁵ Constrangimentos referenciados no Programa Nha Terra, Nha Cretcheu de 23 de novembro de 2011 com o Engº. Celestino Tavares da Comissão de Avaliação do Ano Agrícola em <http://www.rtp.pt/programa/tv/p20608/c64952>, acedido em 15 de dezembro de 2012.

³⁶ Esta situação é divulgada frequentemente pela comunicação social. A título de exemplo, ver a notícia do Jornal Liberal do dia 21 de novembro de 2012 – “AGRICULTORES RECLAMAM BARCO PARA ESCOAR PRODUTOS”- <http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=64&id=37656&idSeccao=520&Action=noticia>- acedido em 15 de dezembro de 2012.

³⁷ A chacina constituía a base da alimentação dos maienses, pois era feita com o prato tradicional – a Cachupa.

Cabo Verde, a insuficiência de forragem, a irregularidade da chuva, a falta de indústria de transformação, o roubo de animais³⁸ e o facto de estes serem, constantemente, presas fáceis para os cães³⁹. Contudo, os principais problemas do setor da pecuária na ilha do Maio são os que afetam todo o Cabo Verde, ou seja, as raças pouco produtivas e reproduzidas em condições desfavoráveis e a predominância do sistema de criação familiar. O setor caracteriza-se por sistemas de produção tradicionais e a produção pecuária da ilha é destinada essencialmente ao auto-consumo. Os excedentes são vendidos no mercado local, de forma ambulante (isto é, as vendedeiras põem os produtos num cesto e saem para vender porta a porta⁴⁰) e encaminhados para o mercado da Praia.

Apesar do peso histórico do “Quejo di Maio” e “tchassina”, reconhecidos como património cultural imaterial da ilha (FCEAR Habitáfrica – ARSF 2011), não existe nenhuma fábrica para produção destes produtos. Cada família transforma o seu próprio produto através de técnicas rudimentares.

Pelas razões apresentadas, não obstante a sua importância, este setor não constitui um ponto forte do todo no desenvolvimento da ilha do Maio, visto apenas 6 dos 13 entrevistados considerarem este setor como ponto forte sendo que 4 o consideram um ponto fraco (ver o Gráfico nº1).

Silvicultura

O setor florestal⁴¹ desempenha um papel importante no combate à desertificação, no aumento da capacidade do solo para a infiltração e retenção de água, na melhoria da paisagem e das condições de vida das populações, principalmente no rendimento para a população rural, pois gera emprego e permite obtenção de rendimento a partir das plantações.

Cabo Verde dispõe de cerca de 21% da sua superfície florestada e a ilha do Maio possui o maior perímetro florestal do arquipélago por km² com cerca de 4000 ha (MAAP/FAO 2004; CMM 2006) correspondendo aproximadamente a 1.192.108 de plantas fixadas (CMM 2006; CMM/GMDL 2006). A floresta desempenha um papel importante na luta contra a desertificação, na conservação de água no solo, na satisfação das necessidades energéticas e forrageiras para a pastorícia e na valorização da paisagem árida da ilha. As

³⁸ A este respeito ver, por exemplo, A Nação- Roubo de animais preocupa criadores do Maio - http://www.alfa.cv/anacao_online/index.php/201-ilhas-ilhas/3966-roubo-de-animais-preocupa-criadores-do-maio , acedido em 13 de janeiro de 2013.

³⁹ Estes dois últimos dados são do conhecimento pessoal e do conhecimento generalizado dos maienses.

⁴⁰ Os vendedores que andam com os cestos de porta em porta são conhecidos como “rabidantes” nalgumas ilhas, nomeadamente Maio e Santiago.

⁴¹ Os trabalhos de florestação em Cabo Verde iniciaram-se durante o período da Administração Colonial, por volta de 1929 (MECC, DGIE e CILSS 2005).

principais espécies fixadas são *Prosopis juliflora* (cerca de 85%), *Acácia bivenosa*, *Parkinsonia aculeata*, *Acácia holosericea*, *Acácia senegalensis*, *Acácia victoriae* e *Atriplex spp* (CMM 2006; CMM/GMDL 2006). Este setor também constitui uma grande fonte de rendimento da população da ilha, visto lhe estar associada a produção de carvão. A produção de carvão é uma das atividades de transformação mais marcantes na ilha do Maio, traduzindo-se nos valores percentuais mais elevados a nível nacional (MAAP/FAO 2004). Os dados da CMM/GMDL (2006) revelam que o carvão é um dos produtos que mais se exporta na ilha, juntamente com o sal e a areia. No entanto, a produção de carvão pode trazer consequências nefastas para a ilha, como a poluição do meio ambiente, já que é feita de forma muito rudimentar. Para além disso, esta prática leva à destruição da floresta⁴².

Apesar de a silvicultura ser um setor positivo para o Maio, acredita-se que algumas espécies de acácias implementadas, especificamente a *Prosopis juliflora* resultaram inadequadas na ilha, visto que consomem grande quantidade de água⁴³.

Pesca

A pesca constitui um recurso para o desenvolvimento de Cabo Verde, com um potencial haliêutico que ronda as 36.000 a 45.000 ton/ano (MAAP/GEP 2004b). Por isso, têm-se realizado alguns esforços com o objetivo de tirar partido desta mais valia, como por exemplo, através da construção de infraestruturas portuárias e de apoio à pesca, do aumento da frota pesqueira, da taxa de motorização e da introdução de novas artes de pesca. O aumento do investimento quer de empresas privadas quer de indivíduos nacionais, associados a este setor tem contribuído muito para o desenvolvimento do mesmo (INDP s/d). Resumindo, tem-se feito algum esforço para potenciar o que o governo denominou de “clusters do Mar”⁴⁴.

Em 2000, o emprego nas Pescas representava cerca de 5,2% da população ativa e 2,1% do total da população (MAAP/GEP 2004d). No 2º semestre de 2011, as exportações de pescado representaram cerca de 84% do total da exportação em Cabo Verde (BCV 2011).

⁴² Ver por exemplo, Maio: Autoridades com dificuldades em preservar a maior floresta do país- <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/go/maio--autoridades-com-dificuldades-em-preservar-a-maior-floresta-do-pais>, jornal *Expresso das Ilhas* acedido em 03 de dezembro de 2012.

⁴³ Algumas pessoas, durante a pesquisa no terreno, afirmaram que as acácias tinham esse efeito negativo para o Maio, mas até agora não se conseguiu encontrar nenhum trabalho científico que o confirme. O Delegado do MDR da ilha Maio, questionado sobre este assunto, afirma que “de uma forma geral são suposições sem bases científicas”.

⁴⁴ Enquadrado na Agenda de Transformação para Cabo Verde, o mar, os setores ligados ao mar, (serviços de pesca, aquacultura marinha, *transshipment*, transporte marítimo e os serviços de conhecimento, tais como a pesquisa oceanográfica), o Ar, as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação e o Desenvolvimento do Sistema financeiro constituem os quatros *clusters* prioritários para tornar Cabo Verde num país desenvolvido, dinâmico e competitivo na economia mundial.

A ilha do Maio e a da Boa Vista representam cerca de 66% (6.450 Km²) da plataforma continental do país. Por isso, o Maio concentra uma enorme variedade de espécies marinhas, com uma biomassa total de espécies de valor comercial até profundidades de 50 metros estimada em 6.000-12.000 toneladas, situando a captura sustentável em 700-2.800 toneladas (MAAP/GEP 2004d). Porém, apesar de rica em recursos pesqueiros, a pesca está pouco desenvolvida e enfrenta enormes dificuldades. Entre estas, destaca-se o pouco investimento neste setor, apesar do apoio de alguns fundos, como os da União Europeia e dos acordos no que diz respeito ao acesso ao crédito. Este setor continua a ser de caráter artesanal e familiar e tem de competir com as grandes embarcações que partem normalmente da cidade da Praia. A falta de apoio das instituições competentes, nomeadamente a Câmara Municipal e a antiga Delegação do Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos -MADRRM⁴⁵, segundo o Presidente da Associação dos Pescadores da ilha do Maio, é mais um dos constrangimentos para o setor⁴⁶. Existem também dificuldades na produção de gelo para conserva de peixe, apesar de a associação ter 2 máquinas de produção de gelo (uma de 10 e outra de 12 toneladas), estas funcionam de forma muito deficitária, sobretudo devido a problemas de eletricidade que, por vezes, afetam a ilha.

Nos anos 80, existia uma fábrica de conserva que melhorou bastante este setor. Uma parte dos excedentes era transportada para a cidade da Praia, outra transformada pela unidade de conserva que existia na cidade do Porto Inglês. A unidade deixou de funcionar há muito tempo por dificuldades de gestão e também devido a parte dos equipamentos já serem obsoletos (CMM 2006). O PDM – Maio (CMM 2006) revela que o volume das capturas por bote é de 25 a 30 kg de pescado/dia. A produção média anual da pesca artesanal é estimada em 396 toneladas. Estima-se que existam cerca de 100 pequenas embarcações em toda a ilha⁴⁷. É uma das ilhas onde a oferta do pescado é excedentária (MAAP/GEP 2004d). Atualmente, não existe nenhuma fábrica de transformação dos produtos do mar na ilha, a pesca é para o consumo interno e os excedentes são exportados para a cidade da Praia. Contudo, a irregularidade dos meios de transporte afeta muito este setor. Não existe nem sequer uma unidade de salga e seca de peixe. No entanto, existem, também, pescadores que se dedicam à pesca subaquática.

⁴⁵ Em março de 2011, o Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos - MADRRM, voltou a ser, uma vez mais, MDR – Ministério do Desenvolvimento Rural (tinha-o sido em 1997) pelo que a delegação do MDR do Maio já não tutela o setor das pescas.

⁴⁶ Informação obtida numa conversa.

⁴⁷ Cf: com a informação divulgada no Programa Nha Terra, Nha Cretcheu de 21 de março de 2012, com Adalberto Vieira - Secretário de Estado das Pescas- <http://www.rtp.pt/programa/tv/p20608/c76464> acedida em 20 de dezembro de 2012.

Resumindo, a insuficiente investigação na área da pesca, não obstante a existência do INDP, o problema da falta de meios de transporte para escoar os produtos pescados, a deficiência de infraestruturas de conserva de pescado, a falta de condições sanitárias das instalações ligadas à pesca, o pouco investimento no setor, a subexploração de alguns tipos de recursos, por um lado, e a sobre-exploração, por outro⁴⁸ assim como a incapacidade em controlar totalmente a zona económica exclusiva (ZEE) são alguns dos constrangimentos que o setor da pesca em Cabo Verde enfrenta.

Indústria

Apesar da existência de algumas matérias-primas como a argila, o calcário, o gesso e o sal, da riqueza em recursos do mar, de possuir uma forte camada de população a trabalhar nos setores primários, como a agricultura e a pecuária e de ter características propícias para o desenvolvimento do turismo, a indústria é pouco expressiva no Maio. Em toda a ilha a atividade industrial é praticamente inexistente.

No quadro nacional a indústria chegou a representar com a energia 8.1 % do PIB em 2006, segundo os dados da BAD/OCDE (2008), enquanto que no ano de 2011 a Indústria manufatureira representou 3.4 do PIB (AfDB et al 2012) No entanto, na ilha do Maio o setor industrial como unidade fabril de transformação é praticamente inexistente. Só o setor da construção é que possui algum peso económico, tendo-se dinamizado bastante na ilha. Conforme referido no Plano Municipal do Desenvolvimento Local (PMDL) 2008 este setor foi o segundo empregador na ilha, a seguir à administração pública, que empregava cerca de 25% da população, face aos cerca de 20% da população na construção civil no referido ano. Embora o setor da indústria seja dominado por poucas empresas, apresenta uma tendência ascendente, porém, é muito dependente das ligações marítimas que acaba por o afetar negativamente⁴⁹. Tendo em vista um melhor aproveitamento dos recursos da ilha, alguns atores quando perguntados sobre se achavam que cada ilha deveria promover o seu próprio desenvolvimento de acordo com os seus recursos ou se deveria seguir o plano geral do desenvolvimento do país, responderam:

Cada ilha deve ter o seu plano, porque cada ilha tem a sua particularidade e recursos diferentes que podem ser aproveitados, assim pode adaptar-se o plano de acordo com os

⁴⁸ A ilha do Maio é um dos exemplos citados nos documentos sobre a pesca utilizado nesta dissertação, como uma das ilhas onde subsiste a subexploração, por um lado, e sobre-exploração por outro.

⁴⁹ Ver, por exemplo: FALTA DE CIMENTO PARALISA CONSTRUÇÃO CIVIL NO MAIO - <http://liberal.sapo.cv/index.asp?idedicao=64&id=18264&idseccao=520&action=noticia>, acedido em 3 de dezembro de 2012.

recursos que cada ilha tem. Por exemplo, aplicar o que é o que se faz na Praia na ilha do Maio é complicado, acho que cada ilha deverá explorar e aproveitar os seus recursos⁵⁰.

Deveria haver um plano geral mas respeitando o plano específico de cada ilha, porque cada ilha tem os seus recursos e a sua forma de vida. Deve haver um plano “mãe” assente num plano específico de cada ilha, porque, para mim, o desenvolvimento deve levar em conta os recursos que a ilha possui. Tirar os recursos de uma ilha e levar para outra, para mim, não é a melhor opção. Há ilhas que, se forem bem exploradas, têm condições para se desenvolver por si próprias. A ilha do Maio, por exemplo, possui um mar cheio de peixes e crustáceos, no subsolo temos, por exemplo, cimento que ainda não foi explorado. Creio que se deve pensar especificamente e não globalmente, porque apanhar, por exemplo, um problema de S. Vicente para vir trabalhar no Maio e vice-versa pode não ter êxito. Por isso, deve trabalhar-se os recursos humanos e materiais de cada ilha e valorizar a ilha de forma a torná-la autossuficiente. O desenvolvimento de Cabo Verde está assentado em três pólos, Praia, S.Vicente e Sal e muitas vezes não são levadas em conta as outras ilhas⁵¹.

Exemplificam-se, seguidamente, alguns setores de relevo, ou que poderiam ser importantes, no setor da indústria e os seus constrangimentos:

a) Fábrica de Cimento

Os maienses reivindicam⁵² uma fábrica de cimento na ilha do Maio, dada a existência de calcário, gesso e argila, ao que tudo indica em quantidades suficientes para produzir cimento, mas, até a data, o que existe é apenas um projeto de uma cimenteira para Santa Cruz⁵³, na ilha de Santiago. A cimenteira, que, *a priori*, poderia contribuir muito para o desenvolvimento da ilha e do país, não está destinada à ilha do Maio. Os documentos da CMM (CMM 2006, CMM/GEP 2006) salientam que se fala neste projeto desde 1976. Porém, este é abordado mais como uma questão política do que como um projeto concreto que visa

⁵⁰ Entrevista ao Delegado do Ministério da Saúde da ilha do Maio, Domingos Gonçalves – (Ver a entrevista nº 5 em anexo)

⁵¹ Entrevista ao Presidente da Caixa Poupança Mútua Maiense, Manuel Mendonça - (Ver a entrevista nº 10 em anexo)

⁵² O assunto da cimenteira é atualmente muito debatido, principalmente pelos maienses, e tem tido a atenção por parte da comunicação social cabo-verdiana. Basta procurar este tema no Google para aparecer em várias notícias e blogs que se debruçam sobre o assunto. A título de exemplo, ver o jornal *A Semana* - <http://asemana.sapo.cv/spip.php?article70598&ak=1>. *Maienses reivindicam cimenteira junto do Presidente da República*, notícia do dia 29 de dezembro de 2011, acedida em 20 de novembro de 2012.

⁵³ Publicado no 2º B.O nº 38 I Série de 27 dezembro de 2004 – Decreto - Lei nº 53/2004.

o desenvolvimento. Apesar da polémica que tem surgido à volta do tema, a população do Maio acredita que a fábrica de cimento constitui uma oportunidade para o desenvolvimento da ilha. Questionados sobre quais são as oportunidades para o desenvolvimento do Maio, alguns atores sublinharam a questão do cimento, afirmando um deles que a “fábrica de cimento, de que tanto se fala nas épocas das campanhas políticas assim como as indústrias de uma forma geral [...] poderiam contribuir para o seu desenvolvimento”⁵⁴. Um outro ator demonstrou interesse na fábrica salientando que daqui a 11 anos “gostaria de ver uma ilha desenvolvida, mas com um desenvolvimento equilibrado, com indústria, como a da fábrica de cimento...”⁵⁵. No entanto, como afirma o Presidente da Câmara Municipal da ilha do Maio⁵⁶, nesta matéria existe uma incompatibilidade entre a visão do poder central e a do poder local e, por isso, a fábrica de cimento, por enquanto, é apenas um desejo da população do Maio.

b) Artesanato

A ilha possui também bons jazigos de barro, cal, gesso e argila, que poderiam ser utilizados para a produção de cerâmica. O desenvolvimento do artesanato é considerado importante para uma ilha com vocação turística como o Maio, mas o artesanato tem pouca expressão, por falta de envolvimento da população, conforme explica um dos atores entrevistados:

Por vezes, nota-se que as dificuldades do desenvolvimento partem das pessoas, a população fica à espera de que algo aconteça, não é proativa, fica à espera de que “algo caia do céu”, quando, muitas vezes, se as pessoas fossem um bocadinho mais dinâmicas e proativas, poderiam resolver muitos dos seus problemas. Por exemplo a questão do artesanato, que é essencial para o desenvolvimento do turismo, porque um turista, quando vai à ilha, procura algo da ilha para levar. Foram feitas uma série de iniciativas e houve apoio de investimento nesta área, mas não avança, apesar das diferentes metodologias que se tentaram introduzir e das tentativas para implementar novas linhas de produtos. Por exemplo, na questão da cerâmica e tecelagem, tem sido muito difícil fazer com que as mulheres (neste caso são todas mulheres) avancem com atividades⁵⁷.

⁵⁴ Entrevista ao Presidente da Associação dos Pescadores da ilha do Maio, Victoriano dos Reis – (Ver a entrevista nº 13 em anexo)

⁵⁵ Entrevista à Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Local- CMM, Julieta Dono – (Ver a entrevista nº 9 em anexo).

⁵⁶ Entrevista ao Presidente da Câmara Municipal do Maio, Manuel Ribeiro, pergunta 2.2.2 – (Ver a entrevista nº 11 em anexo).

⁵⁷ Entrevista à Coordenadora de Projecto da ONG Instituto Marquês de Valle Flôr, Hermínia Ribeiro - (Ver a entrevista nº 7 em anexo)

Ainda assim, existe na ilha uma unidade de tecelagem e cerâmica.

c) Fábrica de Transformação de Produtos primários

Apesar de rica em peixe e de uma longa história de tradição ligada ao fabrico de queijo, atualmente não existe na ilha nenhuma fábrica de conserva, nem de transformação de queijo⁵⁸. A fábrica de conserva existiu na década de 80, mas deixou de funcionar por dificuldades de gestão e também porque parte dos equipamentos já estavam velhos.

O carvão e o sal são os dois recursos explorados, transformados e exportados para outras ilhas. A ilha do Maio é o principal centro de produção de carvão do país. A quantidade de carvão enviada do porto da ilha do Maio em 2002 foi de 27.000 toneladas, 540 milhões de ECV ou 0,1% do PIB agrícola (MAAP/FAO 2004:78), contudo, os dados da CMM (2006) e CMM/GEP (2006) revelam um número menor de produção mensal (10 ton./mês). Esta atividade é essencialmente familiar. O carvão é vendido principalmente no mercado da Praia. Porém, essa produção traz algumas consequências, uma vez que leva à destruição das árvores⁵⁹ e à poluição do meio ambiente com libertação de gases e poeiras, dado que este todo o processo é feito de uma forma muito arcaica.

O sal marinho, que até ao século XIX foi de grande importância para ilha do Maio, é, atualmente, explorado pela cooperativa de Produção de Sal. Cerca de 90% da produção é exportada para a cidade da Praia, Fogo, Brava e S. Vicente (CMM 2006, CMM/GEP 2006).

Ligado à prática da agricultura produz-se o grogue de cana-de-açúcar, muito apreciado pela população da ilha e por alguns visitantes.

A indústria é considerada um ponto fraco (ver o gráfico nº 1) porque, embora seja uma potencialidade, está pouco desenvolvida, esperando-se que no futuro próximo se venha a expandir, de acordo com a visão dos entrevistados. A pequena dimensão de mercado local, a falta de meios de transporte de ligação a outros mercados e a falta de pessoal qualificado são os principais constrangimentos deste setor na ilha do Maio.

No quadro seguinte, procura-se fazer um inventário dos recursos existentes na ilha do Maio, com base nos documentos consultados.

⁵⁸ Segundo a informação obtida após a visita ao terreno, está a ser construída uma fábrica de queijo na localidade da Ribeira D. João.

⁵⁹ Esta situação constitui uma preocupação para ilha. A título de exemplo, ver a notícia do *Expresso das Ilhas-Maio*: Autoridades com dificuldades em preservar a maior floresta do país- <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/go/maio--autoridades-com-dificuldades-em-preservar-a-maior-floresta-do-pais>, acedido em 03 de dezembro de 2012.

Recursos existentes	Quantidade (estimativa)	Localização	OBS:
Argila	*	*	
Barro	*	Morro	
Basalto	*	*	
Calcário para a produção de cal	Duas reservas estimadas em 1200000 ton. e em 650000 ton.	Perto Cascabulho (1200000) ton. e na região de Morrinho (650000 ton).	
Dunas	*	Morrinho	
Floresta	Cerca de 4000 ha	Entre as povoações de Calheta, Morrinho e Cascabulho e entre as povoações de Figueira-Horta e Barreiro	
Gesso	300 000 tons.	Próximo da localidade de Morrinho	
Mármore	*	*	Foi anunciada recentemente a existência desta pedra calcária na ilha ⁶⁰
Pescado	700-2.800 tons. captura sustentável	Plataforma Maio/Boa Vista	
Rochas ornamentais calcárias	*	Pilão Cão	
Salinas	Duas salinas que ocupam cerca de 5 km de comprimento e 1,5 km de largura.	Uma na localidade Morrinho (Lage-branca) e outra na cidade do Porto Inglês	A da Lage-branca é pouco espessa, o que não permite uma extração económica A do sul da cidade da ilha perspectiva-se que ultrapasse 300.000 tons/ano.

Quadro 1- Recursos naturais existentes na ilha do Maio adaptado a partir de (CMM 2006; CMM/GEP 2006; MAAP/ GEP 2004d; MAAP/FAO 2004).

Os recursos existentes podem potenciar o desenvolvimento da indústria, mas requerem explorações controladas, pois, caso contrário, podem causar problemas, como por exemplo, problemas ambientais, nomeadamente a sua degradação⁶¹.

* Nos documentos consultados não foram indicados estes dados.

⁶⁰ Ver a notícia do dia 8 de Agosto de 2012- Maio: Empresa Forte Maio arranca com produção de mármore com pedra local - <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/go/maio--empresa-forte-maio-arranca-com-producao-de-marmore-com-pedra-local>, acedido em 12 de Janeiro de 2013.

⁶¹ Este facto já constitui uma preocupação, a título de exemplo ver a notícia: Extração da areia e pedra calcária deve ser controlada na ilha do Maio (sem data) - <http://www.sia.cv/index.php/pt/noticias-em-bloque/301-extracao-da-areia-e-pedra-calcaria-deve-ser-controlada-na-ilha-do-maio->, acedido em 12 de janeiro de 2013.

Comércio

No quadro do comércio, a nível nacional, a grande revolução nos últimos anos foi a adesão à OMC, em 23 de julho de 2008. Com a adesão à OMC, entre muitas outras vantagens, Cabo Verde tem a oportunidade de globalizar o seu mercado e passa a ter acesso aos mercados dos restantes membros da OMC. Também negociou uma Parceria Especial com a UE que lhe permite ter acesso privilegiado ao mercado europeu. Este acesso privilegiado é de alguma forma “facilitado” com o acordo de cooperação cambial (ACC) entre Cabo Verde e Portugal⁶².

Em termos da balança corrente, a importação continua a ser muito superior à exportação. A dinâmica da balança corrente de Cabo Verde é determinada, essencialmente, pelo crescimento expressivo do excedente da balança de serviços (40%) e pela redução do défice da balança de bens (6%) (BCV 1^o 2012). No que respeita à constituição do PIB, o comércio é um dos setores que mais peso tem no PIB de Cabo Verde, variando assim de 23.7% em 2006 para 26% em 2011, segundo o relatório do Banco do Desenvolvimento Africano (AfDB *et al* 2012). Segundo os dados do INE (2011), no ramo de atividade económica, o comércio é a área que emprega mais pessoas em Cabo Verde, 21 957. Ainda assim, este setor carece de investimento.

Também na ilha do Maio este setor emprega uma boa camada da população, segundo CMM (2006), emprega sobretudo mulheres e jovens de baixa escolaridade. Neste documento é referido que “as mulheres estão nesse sector sobretudo como vendedeiras ambulantes, enquanto que os jovens preferem, maioritariamente, os serviços de bares, restaurantes, boutiques entre outros” (CMM 2006:87). Ainda assim, em 2006, apenas três entidades estavam licenciadas para fazer venda a grosso no Concelho e apenas duas instituições possuíam licenças de importação no Concelho do Maio. Este setor, tal como todos os setores, sofre por causa da irregularidade da ligação marítima e aérea à ilha, que, por vezes, origina a falta de produtos, até mesmo alimentares, no mercado da ilha do Maio.

Turismo

O turismo é uma das áreas que mais tem contribuído para o aumento do PIB cabo-verdiano, cerca de 26%, segundo AfDB *et al* (2012). O crescimento do turismo tem conduzido a um enorme investimento público e privado (através do IDE) dirigido ao desenvolvimento das infraestruturas, da indústria e das telecomunicações. Em 2008, houve um aumento de 7.8% de IDE ligado ao turismo, no ano seguinte houve uma contração de 13%, devido à crise mundial, segundo os dados da OCDE; AfDB *et* CEA (2010). Segundo o PEDT 2010-2013, como consequência do aumento do investimento no setor do turismo e do investimento

⁶² O escudo cabo-verdiano está indexado ao euro na sequência do acordo cambial assinado entre Cabo Verde e Portugal em 1998.

público, o setor da construção tem registado uma taxa de crescimento assinalável (média anual de 19,5% nos últimos 5 anos). Os dados do Inquérito à Movimentação de Hóspedes, apurados pelo INE no 1º trimestre de 2012, apresentam uma variação positiva de 25,4% face ao trimestre homólogo do ano anterior. No PEDT 2010-2013 é salientado o crescimento do turismo nos últimos oito anos, afirmando-se que o número de turistas em Cabo Verde cresceu a uma média de 11,4% ao ano - taxas superiores ao crescimento do turismo mundial – tendo passado de 145.000 turistas em 2000 para 333.354 em 2008. No mesmo período, as dormidas aumentaram de 684,7 mil para 1,8 milhões, um crescimento anual médio de 14,5%. OCDE *et al* (2010), frisa que, num período de 10 anos, a receita do turismo aumentou progressivamente, 7.9% por ano e que este setor emprega 5.3% da população ativa. Tendo em conta a evolução que o turismo tem tido em Cabo Verde, o Gestor da CRP da ilha do Maio, um dos atores entrevistados, afirma:

Cabo Verde já tem um perfil turístico, um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento do país, por isso, creio que se deve investir a nível interno e aproveitar o turismo como uma riqueza nacional; assim, saberemos ultrapassar as dificuldades quando externamente se estiver a viver uma crise como hoje estarmos a viver⁶³.

O setor do turismo, que só revelou uma atividade económica relevante no processo de desenvolvimento de Cabo Verde nos anos 90 do século passado (MECC/ DGT s/d), é caracterizado como “[...] um dos sectores com maior dinâmica no crescimento económico e social [em Cabo Verde]” (INE 2012b:3), como “o motor principal da economia” (GCV 2006).

O aumento da população escolarizada e vocacionada para a área do turismo é um valor acrescentado ao desenvolvimento desta área. Este setor também pode contribuir para a promoção do produto cultural do país, aliás, conforme é revelado no PEDT 2010-2013, o *fenómeno Cesária Évora* foi um dos fatores que impulsionou o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde. Apesar da sua importância e expansão, o turismo continua a ser um dos grandes desafios para os atores do desenvolvimento de Cabo Verde. A aposta na qualidade do turismo e na eficiência dos serviços prestados, nas infraestruturas de apoio (fornecimento de água, energia, saneamento, rodoviárias e aeroportuárias) é indispensável para o desenvolvimento desse setor. Para além disso, é preciso uma política clara nesse sentido, tendo em conta que a aposta no turismo como motor de crescimento pode tornar o país “particularmente vulnerável aos efeitos negativos sobre a segurança pública que podem resultar de uma elevada taxa de desemprego e de uma desigual repartição do rendimento” (MFP 2004:21).

⁶³ Entrevista ao Gestor da Comissão Regional de Parceiros da ilha do Maio, Edson Alves – (Ver a entrevista nº 6 em anexo).

Relativamente à ilha do Maio, embora com uma forte potencialidade para desenvolvimento do turismo, tendo em conta as extensas e belas praias, sobretudo nas costas Oeste e Sul/Sudoeste, associado às águas cristalinas – “*Sunny Islands*”(OTCV 2010:24), com uma vasta riqueza cultural e etnográfica marcada pela arquitetura tradicional, com um clima de tranquilidade, ainda assim, o turismo é pouco representativo. Aliás, nem sequer é mencionado de forma particular nos últimos dados do Inquérito à Movimentação de Hóspedes em Cabo Verde divulgados pelo INE, ou seja, no primeiro e segundo trimestre do ano 2012. No entanto, este é um dos sectores que mais poderá contribuir para o desenvolvimento da ilha, segundo os atores entrevistados, é considerado quase como “uma luz ao fundo do túnel”. Defendem que o desenvolvimento do Maio passa pelo turismo e que este permitirá a criação de empregos, o desenvolvimento de outros setores como transportes, prestação de serviços e setores primários:

Para o desenvolvimento da ilha do Maio, temos que primar pelo desenvolvimento do turismo e, a partir daí, desenvolver a agricultura para dar resposta ao turismo, desenvolver os setores de educação, saúde, água e energia. A agricultura e pecuária têm estado voltadas para o desenvolvimento do turismo. Temos trabalhado para formar e qualificar as pessoas nestas áreas a fim de melhorar cada vez mais estes setores⁶⁴.

A (ex) vereadora da CMM também sublinha que “sol durante todo o ano e boas praias para turismo...”⁶⁵ são as grandes oportunidades para o desenvolvimento da ilha. A Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Local salienta também a importância do turismo para a ilha, defendendo “que se deve investir no turismo, mas num turismo que beneficie a população da ilha do Maio. Um turismo mais local em que a população seja o ator principal desse desenvolvimento”⁶⁶.

A esperança de melhores dias neste setor está depositada na SDTIBM- Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio, SA⁶⁷. A SDTIBM é um instrumento criado pelo governo e pelas câmaras municipais de Boa Vista e Maio que visa um desenvolvimento turístico sustentável das duas ilhas. Nesta sociedade o governo detém 51% do capital social e as ilhas de Boa Vista e Maio 35% e 14% respetivamente. De forma a concretizar um desenvolvimento turístico sustentável e apoiar as populações destas duas

⁶⁴ Entrevista ao Delegado do Ministério do Desenvolvimento Rural da ilha do Maio, Carlos Dias – (Ver a entrevista nº 4 em anexo).

⁶⁵ Entrevista à (ex-) Vereadora da Câmara Municipal do Maio, Teresa Tavares – (Ver a entrevista nº 12 em anexo).

⁶⁶ Entrevista à Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Local- CMM, Julieta Dono – (Ver a entrevista nº 9 em anexo).

⁶⁷ Decreto-lei nº 36/2005 publicado no B.O. I Série nº 23 de 6 de junho de 2005.

ilhas, no âmbito da dinamização económica e do empreendedorismo local, da formação profissional e da habitação a SDTBM criou o Fundo Económico e Social da Boa Vista e Maio - FESBEM. Através deste fundo, as populações podem obter, por exemplo, apoios para aquisição de casa própria. Graças às estratégias do SDTBM nos últimos anos, sobretudo depois da abertura do aeroporto internacional, a ilha da Boa Vista passou a ser uma das ilhas mais importantes no setor do turismo em Cabo Verde. Conforme é revelado no PEDT 2010-2013 em 2008, o fluxo de turistas para a ilha registou um incremento de 113% (de 15.533 em 2007 para 33.135 em 2008), passando a sua participação no todo nacional, de 5% para 10%. No 1º trimestre de 2012 a ilha da Boa Vista teve a maior taxa de ocupação-cama (84%) e no 2º trimestre foi a ilha mais procurada pelos turistas, com 47,9 % de dormidas, a maior taxa de ocupação-cama, 69%. É a ilha que tem recebido mais turistas, cerca de 36,7% das entradas nos estabelecimentos hoteleiros, seguida da ilha do Sal, com 34,7% e Santiago com 14,7%, segundo os dados do INE (2012a; 2012b)

No entanto, o Maio até à data apresenta uma insuficiência no que respeita às infraestruturas turísticas. Segundo MECC/ DGT (s/d) em 2008, o Maio recebeu apenas 539 turistas, o correspondente a 0,2% do fluxo total e, nas últimas estatísticas do INE sobre turismo (1º e 2º trimestre de 2012), a ilha não possuía nenhuma representação em destaque. As deficientes ligações de meios de transporte (aéreas e marítimas) com outras ilhas, os preços elevados, a desarticulação entre horários com impacto no tempo morto gasto em viagens e a pouca e retardada promoção da ilha, quer a nível interno quer externo⁶⁸, são as maiores causas do lento desenvolvimento do turismo na ilha. Por isso, um ator entrevistado refere:

Temos um ponto forte, que é o facto de a ilha ter a vocação para o turismo de sol e praia. Existem vários estudos sobre esta potencialidade, nomeadamente um plano de ordenamento turístico da ilha, um estudo sobre as zonas de desenvolvimento turístico e um masterplan de um aeroporto adequado a procura do turismo. Estamos a cerca de 8 minutos da capital do país por via aérea, mas a situação das infraestruturas de transporte dificulta o avanço do turismo na ilha. Outra situação é a irregularidade do transporte marítimo da capital para ilha que traz muitas consequências negativas para população e para o Maio.”⁶⁹.

⁶⁸ A nível interno já começou a existir alguma promoção da ilha mas, a nível externo, continua “desconhecida”; por exemplo, em Portugal, um país com forte relação a Cabo Verde, muitas pessoas desconhecem a existência da ilha do Maio.

⁶⁹ Entrevista à (ex-) Vereadora da Câmara Municipal do Maio, Teresa Tavares – (Ver a entrevista nº 12 em anexo).

Se, por um lado, existe uma forte crença de que o turismo será a saída viável para o desenvolvimento do Maio, por outro, existem receios quanto aos “males sociais” que este pode trazer para a ilha. Embora este setor seja considerado uma grande potencialidade, pode trazer consequências nefastas para a ilha, como a deterioração do meio ambiente, a perda de identidade cultural e um forte impacto negativo ao nível social (tóxico-dependência, prostituição, etc). Por isso, embora a população, de uma forma geral, revele descontentamento em relação ao pouco avanço do turismo na ilha do Maio, face ao maior fluxo do turismo na ilha de Boa Vista⁷⁰, a preocupação com as consequências que o seu desenvolvimento pode trazer também é manifestada por todos. Isto está patente nos comentários de alguns atores entrevistados.

Quanto ao turismo, podemos fazer uma comparação com a ilha da Boa Vista; tendo em conta os ZDTI's, esta ilha já teve um *boom*. A ilha do Maio está, se calhar, à procura de melhor caminho para um turismo sustentável, limpo, ecológico, sobretudo um turismo de responsabilidade, para não copiar os efeitos da ilha do Sal e da Boa Vista, mas há que pensar no turismo⁷¹.

A questão do turismo, o facto de ser ainda muito incipiente, ainda permite tempo de pensar no modelo correto de desenvolvimento, mais próximo da população. Para já, só construíram um grande empreendimento, que é um atentado a tudo, até visual, construído entre a salina e a praia. Contudo, ainda vão a tempo de ter um modelo de desenvolvimento mais próximo da população, mais cuidado e não maciço, visto ser uma ilha pequena com poucos recursos. O turismo é uma oportunidade, mas a questão do turismo tem de ser bem pensada⁷².

Há que ter em conta a construção de infraestruturas turísticas, como hotéis construídos em zonas de valor ambiental importante, porque poderá alterar a paisagem. Se continuarem a existir diferenças no poder de compra entre os investidores estrangeiros e locais, haverá mais pobreza, se calhar, e pode não ser já daqui a 11 anos, mas haverá⁷³

⁷⁰ Este descontentamento foi revelado por quase todas as pessoas da ilha com quem se abordou o tema turismo na ilha do Maio.

⁷¹ Entrevista ao Gestor da Comissão Regional de Parceiros da ilha do Maio, Edson Alves – (Ver a entrevista nº 6 em anexo).

⁷² Entrevista à Coordenadora de Projecto da ONG Instituto Marquês de Valle Flôr, Hermínia Ribeiro - (Ver a entrevista nº 7 em anexo)

⁷³ Entrevista à Coordenadora de HABITÁFRICA em Cabo Verde, Ana Pons - (Ver a entrevista nº 2 em anexo).

Como afirma Ribeiro (2007) “as ilhas, de modo geral, e aquelas menos desenvolvidas em particular, parecem ser mais vulneráveis aos impactos negativos do turismo” (Ribeiro 2007:127). Por isso, a promoção do turismo deve estar voltado para o desenvolvimento local e vice-versa e deve ser feito um esforço para garantir um turismo sustentável, competitivo e integrado. Nesta perspetiva, a representante da Plataforma de ONGs no Maio, defende:

Penso que se se apostar no turismo, a ilha vai desenvolver-se, só que tem de ser um turismo sustentável, que não leve a ilha a perder os seus bons costumes e que proteja o ambiente. A população tem de ver que o turismo traz algo de positivo, mas também algo de negativo.⁷⁴

É preciso ter em conta que:

O turismo sustentável requer um maior nível de desenvolvimento do destino turístico, uma maior diversificação de oferta, uma maior qualidade de instalações e serviços e uma boa coordenação de esforços para que o destino turístico não venha a sofrer transformações negativas que não compensem as vantagens do desenvolvimento turístico local (Costa 2007:147).

4.1.2 Recursos Humanos e Setor Social

“[...] A adversidade climática e a inexistência de riquezas naturais confirmam a actualidade do pressuposto por todos assumido que o principal recurso é o homem” (GCV s/d)

Por enquanto, a promoção e a valorização da capacidade humana parecem ser a única saída viável para o desenvolvimento de Cabo Verde e, neste aspeto, tem-se notado alguns avanços. Como demonstra o quadro seguinte, o país tem alcançado alguns avanços no *ranking* no IDH, segundo os relatórios publicados nos referidos anos:

Ano	1991	1996	2000	2001	2010	2011
Ranking	109º	122º	105º	91º	118º	133º
Total de países	160	174	174	162	169	187
Esperança de Vida à nascença	67	64.9	69.2	69.4	71.9	74.2
Taxa de alfabetização de adultos	47.0	68.1	72.9	73.6	84.1	84.8
PIB <i>per capita</i>	1,410	1,820	3,233	4,490	3,193	3,644
IDH	0.428	0.539	0.688	0.708	0.534	0.568

Quadro 2: Relatórios do PNUD 1991,1996,2000,2001,2010 e 2011

⁷⁴Entrevista à representante da Plataforma de ONGs no Maio, Armandina Vieira - (Ver a entrevista nº 3 em anexo).

Questionados sobre quais as opções para o desenvolvimento de um país com poucos recursos naturais como Cabo Verde, quase todos os atores do desenvolvimento da ilha do Maio defenderam que a forma mais viável para o desenvolvimento de Cabo Verde é apostar no seu capital humano, acrescentando ainda que Cabo Verde só chegou onde está porque soube “tirar proveito” desta potencialidade. Assim, salientaram que o “maior recurso que o país tem são as pessoas. [...] Toda a estratégia tende a colocar o homem no centro, o que significa que a prioridade das prioridades terá de ser sempre a valorização dos recursos humanos”⁷⁵ e “que apostando nos recursos humanos temos um caminho mais largo para o desenvolvimento”⁷⁶.

Eu vejo Cabo Verde com um grande potencial a nível dos recursos humanos, devendo-se aproveitar sobretudo essa capacidade de pensar e fazer. Acho que é isso que Cabo Verde tem feito, aproveitar o seu maior potencial. Creio que fazer o cruzamento da capacitação dos recursos humanos com os investimentos implementados ajuda imenso e que é um recurso a levar em conta em Cabo Verde⁷⁷.

Temos, sobretudo, de apostar na formação, porque não temos recursos naturais e a única riqueza de que Cabo Verde dispõe são os seus homens e acho que os governantes têm sabido tirar o proveito disso ao apostarem na formação e capacitação de pessoas. O resto... é preciso elaborar projetos, arranjar parcerias para poder atingir o patamar que pretendemos. Eu creio que estamos a aproveitar muito bem esta estratégia, porque já temos muitas pessoas formadas em diversas áreas que têm dado um grande contributo para o nosso país⁷⁸.

Outros atores acham que o desenvolvimento de recursos humanos não é importante apenas para o desenvolvimento de Cabo Verde, mas que se trata de uma estratégia que pode contribuir para o desenvolvimento de qualquer país. Assim defenderam “que os recursos

⁷⁵ Entrevista ao Presidente da Câmara Municipal do Maio, Manuel Ribeiro – (Ver a entrevista nº 11 em anexo).

⁷⁶ Entrevista ao Delegado de Serviços Autónomos de Saneamento/ Vereador da CMM, José Carlos Pina – (Ver a entrevista nº 8 em anexo).

⁷⁷ Entrevista ao Gestor da Comissão Regional de Parceiros da ilha do Maio, Edson Alves – (Ver a entrevista nº 6 em anexo).

⁷⁸ Entrevista ao Delegado do Ministério de Educação e Desporto na ilha do Maio, Adalberto Varela - (Ver a entrevista nº 1 em anexo).

humanos são fundamentais para desenvolvimento de qualquer país.”⁷⁹ e que é o primeiro recurso a ter em conta na definição das estratégias para o desenvolvimento[...]”⁸⁰.

Educação e Formação

As constantes subidas de Cabo Verde no *ranking* do IDH devem-se sobretudo à educação. De um modo geral, a evolução desde a independência foi positiva, embora ainda haja carências por satisfazer. A taxa líquida de escolarização no ensino básico tem-se estabilizado, passando de 71.5% em 1990/91, para 95,1% em 2005/2006 (MFAP/DGP 2008). O relatório dos ODM frisa que “pouco falta a nível nacional para se atingir a educação universal no primário” (GCV/ONU 2009:18) e que o ensino secundário e superior se têm generalizado progressivamente em todo o país. Acrescentando, ainda, que relativamente à educação houve progressos na matéria na formação dos quadros (no ano letivo 2008/2009, 86% dos professores do EBI e 77% dos professores do ensino secundário possuíam formação adequada para lecionar), na infraestruturação, na coordenação interinstitucional e na revisão de programas, assim como nos manuais e nos currícula, que resultou na redução das taxas de repetência e do abandono escolar e no cultivo de valores cívicos como a paz e a justiça (GCV/ONU 2009). Conforme se pode constatar no quadro seguinte, a taxa de alfabetização tem tido uma variação positiva nos últimos dez anos.

Ano	2000	2006	2007	2010
Taxa de escolarização	74,8	79.7	79.6	82,8

Quadro 3-Taxa de alfabetização ≥ a 15 em Cabo Verde – Fonte INE 2008; INE 2011;

Graças aos avanços conseguidos, reina o otimismo quanto à realização do segundo objetivo dos ODM- *Assegurar uma educação primária universal* antes de 2015 (GCV/ONU 2009). Os bons resultados obtidos na educação poderão contribuir para a redução da pobreza em Cabo Verde, dado que, segundo o MFP (2004), existe uma forte correlação entre o nível de instrução e a pobreza, visto que a probabilidade de ser pobre aumenta numa relação inversa ao nível de instrução. Apesar dos avanços conseguidos em todos os níveis da educação, nota-se ainda alguma disparidade entre as ilhas, entre as zonas urbanas e rurais e entre feminino e masculino.

Relativamente à ilha do Maio, os indicadores ligados à educação também tendem a melhorar ano após ano. No relatório dos ODM 2007-2008 (GCV/ONU 2009), é revelado que do ano letivo 1990/1991 a 2007/2008, a taxa de escolarização no ensino básico na ilha

⁷⁹ Entrevista ao Delegado do Ministério da Saúde da ilha do Maio, Domingos Gonçalves – (Ver a entrevista nº 5 em anexo).

⁸⁰ A título de exemplo, ver a entrevista com a (ex-) Vereadora da Câmara Municipal do Maio, Teresa Tavares – (Ver a entrevista nº 12 em anexo).

passou de 73,6 para 78,5 face aos 71,5 e 91,7 de Cabo Verde nos respetivos anos. Por isso, no ano lectivo de 2007/2008, a ilha do Maio era umas das ilhas com uma escolarização líquida inferior à média nacional. Em 2010, segundo os dados do INE (2011), a taxa de alfabetização para a população com idade igual ou superior a 15 anos era de 81,7% face aos 82,8% a nível nacional. Apesar de apresentar uma taxa líquida de escolarização um pouco mais baixa do que a média nacional, nesta data, o Maio era uma das ilhas que apresentava melhor performance quanto à taxa de alfabetização superior aos 15 anos (ANMCV/ONU 2010) e está no bom caminho para eliminar o analfabetismo (MEVRH 2002). A falta de uma infraestrutura de liceu⁸¹ e a pobreza dos pais e encarregados de educação têm sido dois dos grandes constrangimentos neste setor no Maio. A ilha não possui uma infraestrutura adequada para o ensino secundário, sendo a única escola secundária que existe composta por apenas 8 salas de aulas. Ainda hoje, muitos jovens desta ilha, quando terminam o 10º ano de escolaridade, são obrigados a continuar os estudos na cidade da Praia (ilha de Santiago), visto a escola secundária não estar capacitada para a área de ciência e tecnologia (CT). Por isso, a falta de infraestruturas adequadas, com laboratório para aulas de física, química e biologia, continua a ser um dos problemas como refere a representante da plataforma da ONGs na ilha do Maio:

[...] Não se pode falar da escola secundária, neste momento, porque já se iniciou a sua construção. Mas era um dos constrangimentos, porque ainda temos jovens que, quer os pais queiram quer não, quando escolhem a área de CT têm de ir para a Praia e sabemos que as condições financeiras não são iguais para todos. Por isso, continua a ser um constrangimento, porque ainda não é este ano que vamos ter uma escola secundária para abarcar os da área técnica⁸².

Em conversa com o delegado do MED da ilha do Maio, este revelou que nem todos os que vão para outras ilhas para estudar são da área de CT, visto que existe uma “cultura” e uma falta de credibilidade no ensino local que leva os pais a mandarem os filhos estudar para outras ilhas. A carência de quadros qualificados que possam dar aulas, para proporcionar aos jovens uma melhor formação, foi um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento da educação na ilha do Maio, mas, segundo o Delegado do MED nesta ilha, esta carência está a ser superada, visto que, nos últimos anos, se formaram muitos professores. A fim de proporcionar mais oportunidade de emprego aos jovens, o Centro de Formação Profissional da ilha do Maio tem fomentado alguns cursos de qualificação profissional em diferentes

⁸¹ Neste momento está a ser construído um primeiro liceu na ilha do Maio com melhores condições para o ensino secundário.

⁸² Entrevista à representante da Plataforma de ONGs no Maio, Armandina Vieira - (Ver a entrevista nº 3 em anexo).

áreas de ensino. Assim, possibilita a criação de autoemprego que permite combater os problemas de desemprego. Todavia, a falta de quadros qualificados continua a constituir um dos problemas, o que leva o delegado do Ministério de Saúde do Maio a defender que a ilha estaria mais desenvolvida se tivesse mais quadros locais formados e a trabalhar na ilha: “hoje, por exemplo, no caso do Maio, acredito que, se tivesse mais quadros locais a trabalhar na ilha, esta estaria mais desenvolvida”⁸³. A falta de quadros constitui uma preocupação para os atores do desenvolvimento da ilha do Maio, visto que “sem educação não pode haver desenvolvimento. A educação é a chave do desenvolvimento.”⁸⁴

Saúde

Relativamente à saúde, também os indicadores evoluíram de forma positiva nos últimos anos. Por isso, no relatório dos ODM 2010 é salientado que “os principais indicadores de base do estado de saúde das populações, particularmente no que se refere às taxas de mortalidade geral, de mortalidade infantil e de esperança de vida à nascença melhoraram de forma sustentada e apresentam uma tendência para melhorias acrescidas” (MF 2009:25). A taxa média de esperança de vida à nascença passou de 67 anos em 1991 para 74.2 em 2011 segundo os relatórios do PNUD dos referidos anos.

O relatório dos ODM 2007-2008 (GCV/ONU 2009) frisa que a oferta da prestação de cuidados de saúde aumentou e os estabelecimentos de saúde estão mais próximos dos cidadãos. Em média, 75.7% dos agregados familiares estão a menos de 30 minutos de um centro de saúde sendo que esta taxa é maior nas zonas urbanas (91.6%) do que nas rurais (77.1%). Nesta mesma ótica, os dados do QUIBB 2007 confirmam que, nos anos de 2006 e 2007 cerca de 89% e 84% respetivamente dos cabo-verdianos estavam satisfeitos com os serviços de saúde prestados. Por isso, Cabo Verde atingirá a meta dos ODM para 2015 quanto à redução da taxa de mortalidade infantil e da melhoria da saúde materna, objetivos 4 e 5 respetivamente.

Não obstante as melhorias, notam-se, ainda, algumas fragilidades no setor, sobretudo para a camada da população mais vulnerável. A taxa de predominância de algumas epidemias tem melhorado, por exemplo, o VIH/SIDA baixou de 1.1 em 2002 para 0.8 em 2007 (ANMCV/ONU 2010), embora o país tenha enfrentado novos desafios como a epidemia do dengue que assolou o país em 2009. O défice ainda existente no país ou em certos concelhos, em termos dos meios de diagnóstico e da capacidade de tratamento, leva à

⁸³ Entrevista ao Delegado do Ministério da Saúde na ilha do Maio, Domingos Gonçalves – (Ver a entrevista nº 5 em anexo).

⁸⁴ Entrevista ao Delegado do Ministério de Educação e Desporto na ilha Maio, Adalberto Varela - (Ver a entrevista nº 1 em anexo).

evacuação de doentes para o estrangeiro. O setor de saúde requer melhorias no âmbito da infraestruturação (centros de atendimento, abastecimento de água e saneamento), formação de recursos humanos e novas tecnologias como equipamentos e meios de informação e de divulgação).

Na área de saúde, a ilha do Maio evoluiu bastante, segundo a perspetiva dos atores do desenvolvimento entrevistados. A construção de um novo centro de saúde com melhores condições e erradicação da taxa de mortalidade infantil são dois dos aspetos mais marcantes neste setor. Atualmente, a ilha dispõe de um Centro de Saúde situado na cidade do Porto Inglês, inaugurado em novembro de 2010, dois postos sanitários, um na Calheta e outro no Pedro-Vaz; três Unidades Sanitárias de Base (USB) a funcionar, situadas nas localidades de Barreiro, Figueira Horta e Morrinho. Existem dois médicos de clínica geral, oito enfermeiros, cinco agentes sanitários e um técnico de laboratório⁸⁵.

A falta de médicos especialistas na ilha constitui um entrave ao setor de saúde. A prevalência de doenças infetocontagiosas como a tuberculose e a incidência de novos casos do VIH/SIDA (ANMCV/ONU 2010) constituem os principais desafios.

Os grandes desafios sublinhados pelos atores do desenvolvimento da ilha são a falta de acesso aos medicamentos e de alguns tratamentos por parte da camada da população mais pobre. Por isso, a criação de meios de apoio para ajudar nesse sentido foi uma das preocupações reveladas por dois atores entrevistados, o presidente da Caixa Poupança Mutua Maiense, Manuel Mendonça e a representante da Plataforma de ONGs no Maio, Armandina Vieira.

Cultura, Lazer e Promoção Social

Para o pleno desenvolvimento de um país é preciso primar também pelo desenvolvimento socio-cultural. Um país com uma população bastante jovem e um número elevado de desemprego, como Cabo Verde, torna pertinente a criação de meios que ajudem na ocupação dos tempos livres, fundamentais para combater os “males sociais” como o consumo de droga, o alcoolismo e a prostituição.

A promoção da cultura de Cabo Verde é tida como um recurso estratégico para o desenvolvimento do turismo, para valorização e projeção do país no mundo, mas também como base para a criação de novos empregos. Conforme é afirmado no Programa de Governo de 2006-2011 a “cultura poderá, assim, ser um instrumento de referência mundial da crioulação, com o potencial geo-político e estratégico para a economia e para a projecção e a afirmação de Cabo Verde” (GCV 2006:32).

⁸⁵ As informações sobre o estado do setor de saúde na ilha do Maio foram fornecidas pelo Delegado do Ministério da Saúde da ilha do Maio, Domingos Gonçalves.

A cultura maiense é rica em valores e tradições. As manifestações culturais assentam nas festas de romaria, nos grupos de tocatina, na música, na dança, na gastronomia e no artesanato. Não obstante a existência de vários talentos maienses com dotes para a música, para tocar instrumentos musicais, para a dança, para o teatro são pouco reconhecidos e nota-se alguma desorganização e pouca dinâmica por parte dos grupos existentes. Tem sido feito algum esforço por parte das entidades competentes no sentido de criar mais infraestruturas e equipamentos, como por exemplo, a criação de espaços de convívio e de lazer para a população, nomeadamente a “Casa da Juventude”, que ajudem a promover e desenvolver a vertente socio-cultural. Foram criadas também várias infraestruturas desportivas. Atualmente, todas as localidades da ilha possuem uma ou mais infraestruturas desportivas. Ainda que poucas equipas sejam federadas, o desporto é muito praticado por toda a ilha, nomeadamente o futebol e o futebol de praia, sobretudo na época de verão. A ilha possui potencialidades para a prática de desportos náuticos que ainda não são exploradas. Durante o verão, acontecem várias atividades lúdicas e recreativas como o festival na areia conhecido como festival de “Bitche Rochta”, feiras e exposições que, normalmente, se estendem até à festa do município, a 8 de setembro.

Algumas instituições, como a HABITATÁFRICA, em parceria com a Câmara Municipal da ilha, têm feito um levantamento do património cultural, imaterial e material da ilha. O reconhecimento do património, como por exemplo, o património arquitetónico, ajuda a frisar a importância socio-cultural e permite uma melhor prevenção do mesmo. No entanto, na ilha do Maio, não existe sequer uma sala de cinema ou um espaço apropriado para a divulgação cultural.

Melhores condições na área da promoção social, que visem contribuir para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, constituem uma grande preocupação dos atores do desenvolvimento de Cabo Verde. Assim, o governo central, o governo local, as associações de socorros mútuos⁸⁶ (mecanismo informal de proteção social), as organizações tradicionais informais de mutualidade, as Caixas de Poupança e Crédito, os Grupos de Interesses Comuns, o Toto-caixa, as Associações Funerárias, as associações comunitárias, as ONGs, as Cooperativas e muitas outras trabalham de forma a garantir às camadas de população mais vulneráveis um sistema de proteção social. Este sistema abrange crianças e adolescentes em situação de risco ou de marginalidade, grupos sociais em risco de exclusão, portadores de deficiência, doentes, incluindo os portadores do VIH/SIDA, mulheres chefes de família, desempregados, trabalhadores do setor formal com um nível de

⁸⁶ São sistemas de tipo tradicional, baseados na solidariedade e ajuda mútua, que asseguram a satisfação de algumas necessidades pontuais dos beneficiários insuficientemente cobertos ou não cobertos por outros sistemas de proteção social. (MTFS s/data).

salário muito baixo, trabalhadores numa situação de permanente instabilidade profissional, trabalhadores do setor informal, agricultores e idosos, mesmo os que trabalharam em regime não contributivo, como, por exemplo, os ex-trabalhadores da FAIMO. Para além de garantir subsídios, são também prestados apoios para trabalhos agrícolas, construção e melhoria de habitação⁸⁷, alimentação, saúde, educação, cultura e para o financiamento de atividades económicas no setor informal geradoras de rendimentos.

Na ilha do Maio, a política da promoção social contempla todos os aspetos referenciados acima. No entanto, nota-se uma preocupação por parte de alguns atores relativamente ao setor de saúde que apresenta ainda muitas deficiências.

Em relação às questões sociais, a gravidez precoce constitui um dos grandes problemas na ilha. Um outro problema social que tem deixado a população preocupada é o aumento do vandalismo e insegurança⁸⁸.

4.1.3 Serviços e Infraestruturas

A infraestrutura é considerada um “impulsionador do desenvolvimento” (Ferreira 1998:2). No caso de Cabo Verde, devido à insularidade e dispersão das ilhas, a criação de infraestruturas é um desafio relevante. Deste modo, os atores do desenvolvimento têm apostado nalguns setores importantes, como água, rede de transportes, energia e novas tecnologias numa visão de que a resolução do problema da infraestruturação do país é indispensável para a descolagem da economia cabo-verdiana. No entanto, as infraestruturas ainda não têm a qualidade suficiente, o que coloca entraves à competitividade. (AfDB *et al* 2012).

No âmbito dos meios de transporte, registam-se algumas ações de melhorias no domínio das infraestruturas rodoviárias, aeroportuárias e marítimas. Por exemplo, atualmente, existem ilhas com estradas que ligam todas as localidades, o país tem 4 aeroportos internacionais, sendo as ilhas da Brava e Sto. Antão as únicas que não possuem ligações áreas; todas as ilhas têm um porto. Ainda assim, as carências e a ineficiência nestes domínios continuam a condicionar, negativamente, o clima do investimento em Cabo Verde e o bom funcionamento da economia. O elevado custo e a irregularidade são os principais constrangimentos do setor de transporte no país. Os transportes (sobretudo inter-ilhas) são, de uma forma geral, muito irregulares, como é o caso do transporte marítimo, e

⁸⁷ Na ilha do Maio não existem situações de pessoas vivendo em barracas.

⁸⁸ Em conversa com o Comandante da Polícia da ilha do Maio, Pedro Varela, este declarou que os casos de vandalismo não são representativos. Fazendo uma comparação entre janeiro de 2011 a agosto de 2011 e janeiro de 2012 a agosto de 2012, os casos de criminalidade são maiores relativamente a 2011. No entanto, entre junho e agosto de 2012 intensificou-se o número de crimes. Por isso, conforme afirma o comandante, é a intensidade nos últimos meses que tem preocupado a população da ilha, visto ser habitualmente bastante calma.

dispendiosos, como é o caso do transporte aéreo. A nível dos transportes rodoviários alguns locais mais distantes continuam com uma enorme carência nesse sentido. A falta de uma política que regule os transportes e os portos condiciona a mobilidade das pessoas e escassez de produtos nos mercados de algumas ilhas. Alguns conflitos de competências entre os diversos atores, sobretudo no setor marítimo, resultam num défice de organização e dinamização⁸⁹.

O maior entrave ao desenvolvimento do Maio é sem dúvida a falta de infraestruturas de transporte entre as ilhas e a sua irregularidade. É a ilha que possui menos ligação marítima à ilha do Santiago, apesar de ser a mais próxima. Por isso, todos os atores entrevistados⁹⁰ identificaram a falta de transporte, o problema de acessibilidade e a falta de infraestruturas de transporte adequado, como por exemplo, um cais adaptado, como constrangimentos ao desenvolvimento da ilha do Maio. Um ator sublinhou que “meio de transporte é o básico” e que, “se houver melhoria dos meios de transporte esta melhoria facilita o desenvolvimento do turismo e outros investimentos [na ilha]”⁹¹.

a) Transporte Aéreo

No que respeita ao transporte aéreo, existe um pequeno aeródromo na ilha do Maio construído em 1985 e reabilitado em 2009. No entanto, as dificuldades ligadas ao transporte aéreo continuam. O aeródromo não possui iluminação na pista para receber voos durante a noite e o preço das viagens é elevado. A viagem Maio-Praia tem uma duração de aproximadamente 15 minutos, no entanto, por exemplo, o custo da viagem é superior a metade do custo de uma viagem Praia-Sal, que tem uma duração aproximada de 45 minutos, sem contar que, para o Sal, existe um reajuste do horário entre os voos domésticos e voos internacionais. Existem também voos *low cost* internacionais que fazem viagem para a ilha do Sal e da Boa Vista. Estas situações fazem com que, por exemplo, os turistas optem por uma viagem à Boa Vista ou ao Sal, visto estas ilhas também disporem de praias lindas, semelhantes às da ilha do Maio, com um tipo de turismo porventura mais desenvolvido e com infra-estruturas adequadas.

A irregularidade e a desorganização deste meio de transporte são frequentes. Durante a visita ao terreno, constatou-se que houve dias em que estava prevista a realização de voos Praia-Maio que não se realizaram e dias em que se efetuaram, pelo menos, dois voos da mesma companhia. Salienta-se, ainda, o facto de muitas viagens de regresso compradas

⁸⁹ Para perceber melhor a situação dos transportes em Cabo Verde ver o programa Nha Terra Nha Cretcheu do dia 24 de Outubro de 2012 com o Engº Franklin Spencer: <http://www.rtp.pt/programa/tv/p20608/c96774>, acedida em 3 de janeiro de 2013.

⁹⁰ Ver as entrevistas em anexo.

⁹¹ Entrevista ao Delegado do Ministério da Saúde da ilha do Maio, Domingos Gonçalves – (Ver a entrevista nº 5 em anexo).

com antecedência terem sido alteradas⁹². Segundo as informações fornecidas pelas agências de viagem, à data da visita ao terreno, entre agosto e setembro, estava-se numa época de superlotação nas viagens para ilha do Maio, apesar de uma passageira frequente testemunhar que já fez o trajeto Praia-Maio, noutras épocas, com o avião praticamente vazio.

Um dos atores entrevistados faz uma síntese dos maiores obstáculos ao desenvolvimento do Maio, sublinhando o problema dos transportes e quais são as suas consequências:

Por exemplo, neste momento, as pessoas da ilha estão praticamente a passar fome, com falta de pão e farinha por causa da greve dos funcionários da ENAPOR. As pessoas não investem muito em grandes superfícies de comércio devido aos problemas relacionados com a electricidade. Por isso, para mim, os principais problemas são os meios de transporte aéreos e marítimos e a irregularidade da electricidade. Muitas pessoas não vêm ao Maio porque não existem garantias de meios de transporte para regressar. A falta de meio de transporte prejudica também os agricultores que, muitas vezes, perdem os seus produtos por falta de mercado de consumo e por falta de meio de transporte para escoar os produtos produzidos⁹³.

Tendo a consciência das dificuldades existentes no Maio, um outro ator defende que:

[...]Se se resolver o problema dos transportes, o Maio poderá dar um grande avanço em termos de desenvolvimento, à semelhança da ilha da Boa Vista, que, neste campo, está muito mais desenvolvida. Comparando, há 10 anos, se calhar, o Maio estava mais desenvolvido. Porém, neste momento, deixou de o estar, visto se ter investido fortemente na questão dos transportes na ilha Boa Vista⁹⁴.

d) Transporte Terrestre e Rede Viária

A ilha do Maio possui atualmente uma rede viária que se estende por toda a ilha, o que permite a melhoria de circulação de pessoas e bens. A rede viária é um dos pontos mais marcantes do desenvolvimento da ilha, segundo os atores entrevistados⁹⁵. Ainda assim, podem destacar-se alguns sinais negativos, como por exemplo, a pouca qualidade da

⁹² A própria autora desta dissertação passou pela situação, embora tenha conseguido regressar à Praia no mesmo dia que tinha planeado inicialmente.

⁹³ Entrevista ao Presidente da Caixa Poupança Mútua Maiense, Manuel Mendonça - (Ver a entrevista nº 10 em anexo).

⁹⁴ Entrevista ao Delegado do Ministério de Educação e Desporto na ilha do Maio, Adalberto Varela - (Ver a entrevista nº 1 em anexo).

⁹⁵ Ver as entrevistas em anexo.

mesma, visto que alguns troços têm menos de 7 anos e já necessitam de reabilitação. Segundo algumas opiniões (conversas no terreno), o circuito da rede viária passa à margem das localidades mais distantes (Sto. António e Praia Gonçalo), quando o objetivo era ligar todas as localidades. Todos os meios de transporte na ilha são assegurados por privados, exceto os autocarros que transportam os estudantes.

e) Transporte Marítimo

A irregularidade do transporte marítimo constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento da ilha do Maio. Esta situação justifica-se pela falta de condições do porto da ilha, inaugurado em 1997. A sua localização aberta, no meio do mar, sem proteção natural ou artificial das correntes marítimas não favorece as manobras e o desembarque de mercadorias e passageiros, sobretudo para as novas embarcações, como o *Fast ferry “Kriola”*, que faz as ligações Praia, Fogo e Brava. Os barcos existentes destinados a deslocar-se para a ilha são inadequados e “antiquados”. Ferreira (1998; 2005) refere que são desconfortáveis, lentos, inadequados para acomodação do número de passageiros e desadequados para transporte das cargas, com fraca manutenção e pouca limpeza, problemas de gestão, enquadramento legal insuficiente, reduzido cumprimento do horário afixado, pouca segurança devido à sobrelotação, pouca comodidade e, além disso, a maioria (90%) já tem mais de 16 anos⁹⁶. O governo tem falado⁹⁷ em melhorar as condições do porto da ilha, isto é, adaptar o porto com o sistema de *roll-on roll-off*, apesar de até agora não se ter avançado neste sentido. A falta do meio de transporte marítimo na ilha conduz a situações preocupantes, como a falta de alguns produtos de primeira necessidade no mercado, por um lado, e, por outro, a impossibilidade de fazer sair os excedentes produzidos na ilha. Durante a estadia no terreno, praticamente um mês, os barcos só se deslocaram para a ilha na semana da festa do município, embora não transportando mercadorias, o que conduziu à falta de alguns produtos no mercado, numa época em que ilha recebe muitos visitantes. Ao mesmo tempo, muitos agricultores perderam os produtos que tinham produzido, visto não haver barcos para os escoar para a cidade da Praia. Estes

⁹⁶ Durante a visita ao terreno para realizar o trabalho de campo, a autora desta dissertação não pôde fazer o trajeto Praia-Maio nem vice-versa de barco, visto praticamente não haver barcos disponíveis para o trajeto e, quando existiram, não foi possível combinar com o calendário de terreno. Porém, já em dezembro de 2010, esta realizou uma viagem em que constatou todas as dificuldades referenciadas pelo autor. Inicialmente a informação era de que só vendiam 150 bilhetes para os mais de 300 maienses que se encontravam na fila de espera para passar o natal com a família; no entanto, quase todas as pessoas na fila acabaram por viajar no mesmo barco. A partida do porto da cidade da Praia, programada para as cinco da tarde, só se realizou por volta da onze da noite, chegando o barco ao Maio cerca das duas da manhã. Devido às más condições de transporte de carga, muita desta perdeu-se e não foram garantidas condições de segurança para os passageiros. Em relação ao não cumprimento dos horários, o mesmo se pode dizer sobre as viagens de avião. Por exemplo, durante a viagem ao terreno, a partida da cidade da Praia para a ilha do Maio estava programada para as doze e trinta e o avião só partiu por volta das cinco da tarde.

⁹⁷ Ver, por exemplo, os programas do governo desde 2001 – 2005.

factos fazem com que os atores entrevistados afirmem constantemente que a falta de transporte marítimo eficiente é um dos principais entraves ao desenvolvimento geral do Maio e que esta situação prejudica quase todos os outros setores na ilha.

Água

A água, bem essencial para a sobrevivência de qualquer ser vivo, é consequentemente um setor crucial para o desenvolvimento de qualquer país. Neste campo, Cabo Verde depara-se com uma ironia, pois, embora “rodeado de água, encontra, porém, na água uma poderosa limitação” (Borges, 2001:420). Por isso, tem-se feito algumas apostas com o objetivo de melhorar este setor. Segundo MFAP/DGP (2008), as melhorias no setor da água e dos serviços de saneamento têm influenciado positivamente os indicadores de saúde e de condições de vida das populações. O relatório dos ODM 2007-2008 (GCV/ONU 2009) frisa que a população com acesso a água potável passou de 42% em 1990, para cerca de 82% em 2005 e a 89.5% em 2007. A percentagem de agregados familiares ligados à rede pública de água em Cabo Verde, segundo os dados do Censo de 2010 era cerca de 54% (INE 2011), mas uma boa parte da população continua sem ter acesso a água potável regularmente.

A carência desse bem traduz-se em custos acrescidos na sua produção e distribuição. Um dos constrangimentos referenciados nos documentos estratégicos do desenvolvimento tem que ver com a falta de coordenação por parte das várias entidades que atuam na gestão dos recursos hídricos. Esta situação conduziu à necessidade de regulação e enquadramento da prestação de serviços neste domínio, através da Agência de Regulação Económica. A falta de garantia da qualidade da água consumida, quer no meio rural quer no urbano, é um outro constrangimento relacionado com este setor, devido à falta de laboratórios de controlo que abrange todo o país. A falta de regulamentação e de um conjunto de leis, a sobre-exploração, a salinização da água (sobretudo nas zonas costeiras), e o baixo nível de cobertura no que diz respeito ao abastecimento de água potável e ao saneamento do meio são, ainda, alguns dos entraves apresentados nos planos estratégicos de desenvolvimento de Cabo Verde.

Apesar das dificuldades existentes, alguns municípios já apresentam valores muito superiores à média nacional no que respeita a este setor. Um dos municípios que apresenta uma taxa superior à média nacional no que respeita à ligação à rede pública é a ilha do Maio. Maio é um dos concelhos mais bem posicionados no conjunto dos concelhos de Cabo Verde, com uma taxa de 74,8% contra 54,4% a nível nacional, encontrando-se apenas atrás do concelho da Ribeira Grande, em Sto. Antão, e do Tarrafal em São Nicolau. Atualmente, toda a água para o consumo é produzida através da dessalinização. A ilha possui três centrais dessalinizadoras, uma na cidade do Porto Inglês, uma na localidade de Pedro Vaz e

outra na localidade da Ribeira Dom João que, em conjunto, produzem cerca de 360 m³/dia, embora para satisfazer as necessidades de toda a ilha seja necessário produzir o dobro⁹⁸. As centrais até já possuem capacidade para produzir o dobro, segundo as informações do Delegado do Serviço Autónomo da Água do Maio, mas a falta de equipamento, de autotanques, o estado obsoleto de toda a rede e o problema da eletricidade fazem com que este líquido tão precioso escasseie na ilha e a população passe por situações complicadas⁹⁹.

A qualidade da água produzida na ilha é uma das grandes preocupações dos atores¹⁰⁰ entrevistados, visto não existir um laboratório de controlo de qualidade da água¹⁰¹ e tendo em conta que segundo MAAP (2004), Maio é um dos concelhos onde a qualidade da água vem decaindo.

Saneamento Básico

No que se refere ao saneamento básico, mais da metade de todos os agregados familiares em Cabo Verde possui instalações sanitárias (63%), segundo os dados do INE (2011). Não obstante, uma grande percentagem da população, sobretudo rural, não tem acesso a um serviço mínimo e adequado de evacuação dos excreta, recorrendo à natureza para a satisfação das necessidades fisiológicas e dá um destino impróprio às águas residuais e aos resíduos sólidos domésticos (lixo). No que respeita à evacuação de lixo, 56.5% é evacuado através de contentor, sendo 15.6% evacuado através carro de recolha de lixo (INE 2011).

Quanto à evacuação de água suja, dos 66.9% dos agregados que residem em alojamentos com sistema de evacuação de águas residuais, 35.4% utilizam fossa séptica e/ou uma rede de esgotos. Contudo, 42.5% desfaz-se das águas sujas em redor da casa e 20.1% na natureza (mar, ar livre, céu aberto) (INE 2011).

A falta de controlo dos aterros nos centros urbanos, a proliferação de lixeiras, a falta de equipamentos necessários a uma adequada cobertura da população em termos de deposição, recolha e destino final dos resíduos sólidos, assim como a elevada pressão demográfica nos principais centros urbanos, uma deficiente gestão urbanística e uma deficiente aplicação das leis municipais são alguns dos problemas relativos ao saneamento, dado essas práticas constituírem potenciais riscos para a saúde pública e o meio ambiente.

⁹⁸ Informações facultadas pelo Delegado do Serviço Autónomo da Água do Maio, José Carlos Pina.

⁹⁹ O problema da falta de água tem sido uma constante na ilha do Maio. Cf: Maio sofre, mais uma vez, com falta de água- <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article84317&ak=1>, acedido em 04 de fevereiro de 2013.

¹⁰⁰ Neste sentido ver, px: a entrevista à Coordenadora de Projeto da ONG IMVF, Hermínia Ribeiro - (Ver a entrevista nº 7 em anexo).

¹⁰¹ De acordo com as informações recebidas posteriormente à visita ao terreno, isto é, em março de 2013, a ilha do Maio já conta com um laboratório de controlo de água.

Na ilha do Maio, os resíduos não são sujeitos a nenhum tratamento específico (em geral são queimados) na lixeira municipal, situada a cerca de 4 km da cidade do Porto Inglês e das localidades da Figueira e do Barreiro, a menos de 1 km da estrada que liga as referidas localidades. A recolha do lixo é feita porta a porta em toda a ilha. A colocação de contentores em alguns pontos estratégicos não resultou, por isso, estes recipientes são colocados apenas nas casas comerciais, serviços, restaurantes, hotéis e nas pequenas unidades industriais.

Relativamente, às casas de banho, nos últimos anos tem-se desenvolvido alguns projetos com vista a melhorar o acesso por parte da população. Graças a isso, a ilha do Maio já apresenta um indicador superior à média nacional no que respeita aos alojamentos com instalação sanitária, 73% face a 63% da média nacional. Na ilha do Maio, cerca de 77% dos agregados residem em alojamentos com sistema de evacuação de águas residuais e mais de 25% costumam evacuar as águas sujas somente através de fossa séptica (INE 2011).

Na perspetiva de todos os atores entrevistados, a água é um ponto forte da ilha. O saneamento básico já não, visto não existir ainda rede de esgoto a funcionar na ilha. Atualmente, na localidade do Barreiro já existe uma rede de esgoto, embora ainda não funcione, existindo também um projeto para a localidade da Calheta. Alguns atores mostraram-se preocupados com o impacto negativo que os problemas relacionados com a água e o saneamento podem trazer para a ilha. (Ver o gráfico dos pontos fortes e pontos fracos, no ponto 4.2 e as entrevistas em anexo).

Energia

O setor da energia continua a ser um grande desafio para Cabo Verde, apesar de todos os investimentos feitos ao longo das últimas décadas. Em 2006, o número de pessoas com acesso à eletricidade rondava os 70% e em 2007 este valor aumentou para cerca de 73.6% (INE 2008). Segundo os dados do Censo de 2010 cerca de 80,2% dos agregados cabo-verdianos residem em alojamentos com acesso a eletricidade (INE 2011). Tal como nos anos 2007 e 2006, a população urbana continuava a ser melhor servida do que a rural, 89,3% e 63,7% respetivamente. Em termos de energia para cozinhar, a nível nacional, 70.2% dos agregados familiares utilizam gás e 25.5% utilizam lenha (INE 2011).

Apesar da energia solar e a eólica constituírem potenciais que poderão ajudar a reduzir a dependência externa em matéria de energia, ao mesmo tempo que contribuirão para a preservação do meio ambiente, este setor continua muito dependente da importação (combustível fóssil) o que afeta muito a balança comercial do país.

Em relação à ilha do Maio, atualmente, toda a ilha tem uma cobertura de rede de energia elétrica, 24 horas por dia, que abrange 87% da população, segundo o INE (2011). O Maio é a quarta ilha com maior cobertura a nível nacional. Em 1999, a taxa de eletrificação da ilha

era de 36%; em 2006, rondava os 70%, no entanto, nem todas as localidades tinham acesso a eletricidade 24 horas por dia. Apesar de nenhum dos atores entrevistados identificar o setor da energia como um ponto fraco (no quadro que lhes foi pedido para preencher), reconhece-se que o problema de energia na ilha do Maio é frequente e que afeta outros setores como a pesca, a água e o comércio. Os cortes de energia são frequentes e por vezes prologam-se mais de 24 horas, prejudicando muitas pessoas particulares e estabelecimentos comerciais.

Na ilha do Maio, os principais meios para a preparação dos alimentos são o gás (cerca de 65%), a lenha (cerca de 25%) (INE 2011) e o carvão, embora sobre este último dado não tenha sido encontrado nenhum estudo estatístico.

Rede de Comunicação / TIC

No DECRP II é referido que as TIC são um “Factor de Competitividade da Economia e Fonte de Novas Oportunidades de Desenvolvimento (...)” (MFAP/DGP 2008:12) que contribuirá para o desenvolvimento do turismo, da pesca, da indústria ligeira e dos transportes.

Cabo Verde tem apostado e evoluído bastante neste campo, com destaque para o projeto *Mundu Novu* (visando modernizar e melhorar o processo de ensino através da utilização das TIC e promover a equidade social na sociedade de informação), a instalação de Praças Digitais (Conekta) e a introdução de sistemas de Governação eletrónica, nomeadamente a criação do NOSi- Núcleo Operacional da Sociedade de Informação. Enquadradas no Programa Estratégico para a Sociedade de Informação (PESI), aprovado em 2005 pelo Governo de Cabo Verde, já existem mais de 35 praças digitais onde todos podem navegar na Internet gratuitamente a qualquer hora do dia.

Em termos de meios de comunicação e informação no geral, segundo os dados do Censo de 2010, 40.8% da população cabo-verdiana tem telefone fixo, 75.7% telemóvel, 73.9% possui um aparelho de televisão, 62.3% um aparelho de rádio, 20.4 possui computador e 7.1 tem acesso à internet (INE 2011). A imprensa cabo-verdiana, como órgão de difusão massiva, evoluiu muito nos últimos anos com as regulamentações que permitiram a intervenção dos privados. Segundo o MFAP/DGP (2008), nos últimos 10 anos o setor da Comunicação Social conta com cinco canais de televisão, quinze rádios e sete publicações periódicas privadas, sete publicações em formato digital *online* e assistiu-se ao aparecimento de várias revistas. Surgiram também algumas agências de publicidade e de imagem, de produção audiovisual e grupos de corretores de publicidade, assim como agências de fotografia que prestam serviços para instituições e empresas.

Segundo os dados da ANMCV/ONU (2010) o acesso a telefone fixo na ilha do Maio é superior à média nacional. Contudo de acordo com esta mesma fonte, a média nacional é de 51% (contrariamente aos dados do INE) e a ilha do Maio apresenta uma taxa de 60%.

Atualmente existem duas centrais telefônicas, uma na Cidade do Porto Inglês e outra na Calheta, ligadas à Electra e a ilha está completamente coberta em termos de rede de telefone móvel. Assim, a rede de telecomunicações abarca todo o concelho do Maio. Em relação aos telemóveis, segundo os dados da ANMCV/ONU (2010) a média de Cabo Verde é de 55% e no município do Maio é de 50%. Existe, na ilha, a prestação de serviços de Internet com a tecnologia ADSL. Os dados da ANMCV/ONU (2010) revelam que a percentagem da população com computador continua baixa a nível nacional, cerca de 11%, e a ilha do Maio apresenta ainda um valor mais baixo. No que respeita ao acesso a internet, tanto o Maio como Cabo Verde apresentam uma taxa de 45% de acesso a postos de Internet para uma distância inferior a 15 minutos, segundo os dados da fonte citada.

Em termos da praça digital, o Maio foi uma das últimas ilhas a ser contemplada com esse serviço, mas, atualmente, a população da ilha pode usufruir deste serviço tal como os demais noutros pontos do território.

Fruto de uma parceria entre a Câmara Municipal do Maio e a Câmara Municipal de Loures (Portugal), no âmbito da cooperação descentralizada, e com apoio de algumas ONGs locais e internacionais, existe na ilha uma rádio comunitária, a Rádio Comunitária Voz di Djarmai, que leva a informação da ilha e do mundo a todos os munícipes.

4.1.4 Fatores Externos

Migração

Cabo Verde é conhecido como um país de emigração. A escassez da chuva, a falta de recursos naturais, as secas, as vagas de fome e o desemprego determinam a partida de muitos cabo-verdianos para o estrangeiro. A saída do país surge como uma estratégia para contornar as dificuldades e como uma opção para procurar melhores condições de vida.

Carreira (1977b) identifica três fases da imigração cabo-verdiana do século XX:

1ª Fase - 1900 a 1920 – Migração espontânea para os E.U.A;

2ª Fase – 1927 a 1945 – Migração para o Dacar e a Guiné, em consequência das grandes secas;

3ª Fase – 1946 a 1973 – Migração destinada aos países europeus, principalmente Holanda, Portugal, França, Luxemburgo, Itália e Suíça.

No total, foram cerca de 268.000 pessoas que emigraram nestas três fases.

Conforme é destacado no *Perfil Migratório de Cabo Verde 2009*¹⁰² (2010), existem cerca de 199.644 (DRC, 2007) a 518.180 (extinto Instituto de Apoio ao Emigrante - IAPE, 1998) cabo-

¹⁰² Em 2005, a Organização Mundial das Migrações, sob proposta da União Europeia, iniciou um estudo sobre o perfil migratório de 32 países em diferentes partes do mundo, incluindo a Europa do Leste, a região do Mar Negro, a América do Sul e África (10 países da África Central e Ocidental incluindo Cabo Verde).

verdianos a residir no estrangeiro. Apesar dos valores relativos à emigração cabo-verdiana serem bastante díspares, conforme é salientado no próprio documento referido, Cabo Verde é um dos países com a maior taxa de emigração relativamente à população, no top 20, segundo o WB/ IBRD (2011). De acordo com esta última fonte, os principais destinos dos cabo-verdianos são Portugal, França, EUA, Moçambique, Angola, Holanda, Senegal, Itália, Espanha e Nigéria.

Entretanto, Cabo Verde, conhecido como um país de emigração, passou a ter um perfil de país de imigração a partir da década de 90, tornando-se destino preferencial de pessoas de diversas nacionalidades (Furtado 2011). Este facto deve-se à entrada em vigor do Protocolo da Livre Circulação de Pessoas e do Direito de Residência e de Estabelecimento dos nacionais da comunidade, assinado em Dakar em 25/05/1979 e ratificado por Cabo Verde em 1982, pela Lei nº18/II/82.

Os dados apontados por Carvalho (2009) indicam que a população imigrante aumentou cerca de 20%, passando de 8.931 em 1991 para 11.183 em 2005, enquanto que, no campo da emigração, se verifica uma tendência para a diminuição. Assim, o *Perfil Migratório de Cabo Verde 2009* (2010) demonstra que tendo em consideração a taxa de migração líquida, constata-se que os valores desse indicador têm vindo a diminuir desde o período de 1970–1975, em que atinge os -19.1 migrantes por mil habitantes, até 2005-2010 em que os valores apontam para -5.1, estando prevista a sua diminuição para -4.7 migrantes por cada milhar de habitantes no período 2010-2015.

Não obstante a diminuição da emigração e a tendência para o aumento da imigração, a diáspora cabo-verdiana continua a desempenhar um papel importante para Cabo Verde. Visto uma boa parte da população qualificada cabo-verdiana escolher outros países para trabalhar, 67.5% WB/ IBRD (2011) e uma grande parte dos estudantes que saíram para estudar fora não terem voltado, (no período de 1997/98 e 2000/2003 estima-se que 77% dos 5.382 estudantes bolseiros e não bolseiros não tenham regressado) o país pode ficar privado dos seus quadros formados (Carvalho 2009). A diáspora cabo-verdiana ajuda com remessas que constituem, muitas vezes, o único meio de sustento das famílias dos emigrantes. Estas remessas impulsionam também investimentos em setores geradores de rendimento para as famílias e a criação de ligações com países desenvolvidos e organizações internacionais, contribuindo para o equilíbrio da balança comercial. A ligação entre a diáspora e as comunidades internacionais é salientada por Cardoso (2011) que afirma que “estes contactos permitem a criação de redes facilitadoras do acesso ao mercado global de bens, serviços e capitais, mas também a atração de investimentos para o país de origem” (Cardoso 2011:5). Um dos atores entrevistados no terreno salientou a

importância da comunidade emigrada no desenvolvimento de Cabo Verde, embora lamente a baixa participação da mesma na esfera política, afirmando que:

[A] comunidade emigrada, a diáspora, [...] tem contribuído muito para o desenvolvimento de Cabo Verde. O que vejo é que as comunidades, hoje em dia, intervêm pouco a nível político para o desenvolvimento político do país, todavia, não deixam de estar atentas e sempre que é necessário estão preparadas”¹⁰³.

Conforme patente no Programa do Governo - VIII Legislatura 2011 – 2016 “os emigrantes na Diáspora foram e continuam sendo uma importante alavanca para o desenvolvimento das ilhas. Serão sempre considerados parte integrante da Nação cabo-verdiana e estarão no centro das políticas internas e externas da governação” (GCV 2011:53).

Se por um lado a emigração para o exterior tende a diminuir, por outro, a emigração para as zonas urbanas, sobretudo para os grandes centros urbanos, tende a aumentar. Por isso, assiste-se a uma aceleração do crescimento da população nos grandes centros urbanos. Por exemplo, a cidade da Praia, atualmente, concentra mais de um quarto da população do país (26.9%), segundo o INE (2011).

Na tentativa de melhorar as condições de vida, ou simplesmente para “cumprir o destino de um cabo-verdiano”¹⁰⁴, a população do Maio, tal como todas as ilhas de Cabo Verde, tem uma longa tradição de migração. A emigração para o estrangeiro de início era principalmente para a Holanda, mais precisamente para Roterdão, e era sobretudo masculina (CMM/GMDL 2006). Todavia, as mulheres começaram a emigrar e a levar os seus filhos com o intuito de reagrupar toda a família.

A nível nacional, embora a migração de e para a ilha do Maio não seja muito dinâmica, constata-se uma grande movimentação de pessoas no sentido Maio-Santiago. A ilha de Santiago continua a ser a primeira opção na escolha de melhor formação, na procura de emprego e melhores condições de vida. Segundo o Censo de 2000, a ilha do Maio era uma das ilhas de onde saíam menos indivíduos; este valor rondava 737 indivíduos. Em termos estatísticos, o número de emigrantes dessa ilha é quase insignificante; segundo o Censo de 2010, o total dos emigrantes da ilha do Maio é de apenas 148 pessoas.

A nível interno, verifica-se também uma constante movimentação em direção ao centro urbano, provocando assim o êxodo rural. Esta movimentação dá-se sobretudo na zona do Penoso (Santo António, Praia Gonçalo e Pedro Vaz), as zonas mais distantes, e na localidade do Morro, apesar de ser a mais próxima da cidade do Porto Inglês.

¹⁰³ Entrevista ao Gestor da Comissão Regional de Parceiros da ilha do Maio, Edson Alves – (Ver a entrevista nº 6 em anexo).

¹⁰⁴ Na linguagem popular a emigração é muitas vezes referida nestes termos.

Os emigrantes influenciam muito a vida dos maienses. Por um lado, quando emigram, a ilha perde dinâmica; por exemplo, muitas das famílias dos emigrantes possuem pequenos comércios que fecham quando toda a família emigra. Por outro, é graças às remessas dos emigrantes que muitas famílias residentes na ilha obtêm o único rendimento para o sustento e para formação dos filhos. Os emigrantes da ilha contribuem também na área social com remessas para os setores de saúde, educação, desporto e lazer.

Remessas de Emigrantes

As remessas dos emigrantes desempenham um papel importante na vida dos cabo-verdianos. Os dados do BCV (2012) revelam que as remessas de emigrantes em bens e em divisas cresceram 16,8% no primeiro trimestre de 2012 e que são fundamentais para o equilíbrio da balança de pagamentos, representando uma importante fonte de divisas. As remessas constituem uma grande fonte de rendimento das famílias rurais, embora tenham um impacto negativo sobre a mobilidade social e a probabilidade de escapar à pobreza, uma vez que são tomadas como um rendimento garantido e, por isso, não se procura um outro tipo de sustento (MFP 2004). Podem ser assim “um incentivo aos camponeses com aversão ao risco, a permanecerem na agricultura” (MFP 2004:50).

Segundo o documento citado acima entre 1997-2002, a taxa de transferência de remessas na ilha do Maio tornou-se duas vezes superior à média nacional, no entanto, como afirma Ribeiro (2010), apesar da relação de inter-ajuda não se verifica investimento por parte dos imigrantes na ilha. A maioria dos atores entrevistados (7 dos 13) caracteriza a remessa dos emigrantes como um ponto forte na ilha do Maio e alguns só não a caracterizam como tal visto, conforme justificaram, devido à crise atual as famílias que vivem deste rendimento poderem sofrer muito.

4.1.5 Os Maiores Desafios: Desemprego e Pobreza

Emprego/ Desemprego

Um dos maiores desafios que o país enfrenta é o desemprego. A taxa de desemprego em Cabo Verde tende a ser muito instável, variando de 8,6% em 2000 para 21,4 % em 2005, 13,4% em 2006 e 10,7% em 2010, segundo os dados apresentados pelo INE (s/data)

Evolução da Taxa de Desemprego em %, 2000 a 2010 (<i>Recalculados com a Nova Metodologia</i>)								
Sexo e meio	2000	2002	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Homens	6,7	12,6	20,9	10,8	14,6	11,4	12,8	9,6
Mulheres	10,9	13,2	22,0	16,6	16,0	14,8	13,2	12,1
Meio urbano	11,1	13,6	25,2	13,2	15,9	17,3	15,4	11,8
Meio rural	5,4	11,9	16,6	13,8	14,1	8,9	9,2	8,4

Total	8,6	12,9	21,4	13,4	15,2	13,0	13,0	10,7
Fonte: INE- RGPH 2000; IDRF 2001/2002; Inquérito ao Emprego 2005; QUIBB 2006; QUIBB 2007; Inquérito ao Emprego 2008; Inquérito ao Emprego 2009; RGPH 2010								

Quadro 4 - Evolução da Taxa de Desemprego em %, 2000 a 2010 (INE s/data), quadro adaptado.

A taxa de ocupação em Cabo Verde em 2010 era de 55,6% e a da atividade de 59,1%, segundo os dados do INE (2011). Os setores que mais têm contribuído para a criação do emprego em Cabo Verde são: o setor primário (40% da população) apesar da sua pouca representatividade no PIB (6%), AfDB *et al* (2012), e o setor terciário, nomeadamente a construção, o comércio e a administração pública (INE 2011).

O trabalho informal tem uma grande importância no mercado de emprego em Cabo Verde, de acordo com os dados apresentados no DECRP II (MFAP/DGP 2008), dos 149.680 ocupados em 2006, cerca de 105.295 (70%) trabalhavam sem qualquer vínculo formal (contrato de trabalho), sendo que esta situação atinge 95% no seio das empregadas domésticas. Apesar das melhorias no setor da educação e formação, as principais causas do desemprego advêm do baixo nível de qualificação da população ativa, falta de enquadramento da mão de obra com as necessidades do mercado. Conforme é referido no documento citado, “os empregados possuem, em geral, baixo nível de instrução, sendo 61% com Ensino Básico, 29% com ensino secundário e apenas 4% com formação superior. A «Agricultura e pescas», que gera cerca de 1/3 do emprego, ocupa, sobretudo, trabalhadores não qualificados (54%)” (MFAP/DGP 2008:36).

O desemprego continua a ser um dos principais problemas sociais da ilha do Maio, apesar de a ilha apresentar uma situação melhor do que a média nacional, 8.3% e 10.7%, respetivamente, em 2010, segundo os dados do INE (2011). A camada da população mais afetada são os jovens e as mulheres. A taxa de desemprego na ilha do Maio chegou a atingir 40% da população, em 1996 (CMM 2006), 17.6% em 2000 e no ano de 2010 rondava 8,3% (INE 2001; INE 2011). O setor terciário representa 58% da população empregada, o que demonstra a sua importância na economia da ilha. Quanto ao setor secundário, é muito relevante a atividade da construção (CMM/GMDL 2006). No que se refere à qualificação do emprego, conforme é referido no DECRP I (2004), a situação da ilha do Maio tal como a da Brava e do Santo Antão é particularmente marcante, uma vez que a proporção de empregos não qualificados atinge 1/3 dos empregos.

Uma das consequências da falta de emprego é a emigração. Muitos jovens abandonam a ilha, mesmo antes de concluir o ensino secundário, e vão viver noutras ilhas, especialmente na cidade da Praia.¹⁰⁵

Pobreza

Combater a pobreza é um dos maiores desafios do século e sem dúvida dos governantes cabo-verdianos. Apesar do crescimento económico nos últimos anos, a percentagem da população pobre em Cabo Verde continua a ser elevada. Em termos da pobreza absoluta o MFAP/DGP (2008) revela que de acordo com os inquéritos realizados pelo Banco Mundial, INE e DGP em 2004 e 2007, se aponta para uma diminuição da população em situação de pobreza absoluta entre 1988-89, 49% e 2001-02 para 37%. Porém, a pobreza relativa aumentou de modo significativo em Cabo Verde ao longo da última década. A proporção de pobres aumentou de 30% para 37% e a de muito pobres cresceu de 14% para 20% (MFP 2004). Segundo os dados do QUIBB 2007, neste mesmo ano 26.6 % da população era pobre. Embora se note uma melhoria no nível da profundidade da pobreza entre 2002 e 2007. O estudo sobre o *Perfil da Pobreza em Cabo Verde* mostra que, em 2002, 172.727 indivíduos, 36,7% da população, eram considerados pobres, isto é, tinham uma despesa anual de consumo igual ou inferior a 43.250\$ escudos (392,237 EUR). Destes pobres a sua maioria residia no meio rural (62%) e a maior parte era do sexo feminino (51%). Apesar de o meio rural conter a maioria dos pobres, tem-se assistido a um aumento da pobreza nas zonas urbanas. A pobreza aumentou de 7% nas zonas urbanas para 12% na década de 90 (MFP 2004). Este aumento deve-se à forte tendência de emigração para os centros urbanos.

A fim de combater a pobreza, os vários atores de desenvolvimento trabalham em conjunto para implementar políticas e programas estratégicos, tendo em vista a redução de pobreza como está definido no PLPR, no DECRP e PNLP. Graças aos trabalhos desenvolvidos, o relatório dos ODM 2010 afirma que, de acordo com os dados sobre a evolução de pobreza em Cabo Verde entre 1989 e 2007, o país tende a cumprir o primeiro objetivo do Milénio - *Reduzir a Pobreza Extrema e a Fome*.

De uma forma concreta o cumprimento deste objetivo deve-se a:

-  Melhorias no setor da energia e abastecimento de água potável;
-  Expansão da oferta no âmbito do ensino, em particular no meio rural (quanto maior o nível de instrução menor é a incidência da pobreza);

¹⁰⁵ Durante a visita ao terreno, apesar de ser época das férias letivas, nos dias passados na cidade da Praia a autora deste trabalho teve oportunidade de se cruzar com cerca de 50 jovens da ilha do Maio que vivem atualmente na Praia, a estudar ou a trabalhar.

- ✎ Integração da segurança alimentar nas políticas setoriais, salvaguardando a vertente descentralizada como fator catalisador da participação dos diferentes atores;
- ✎ Desencravamento de zonas para facilitar e garantir o acesso a bens e serviços; inclui o reforço das ligações marítimas inter-ilhas para melhor abastecimento dos mercados e escoamento da produção local;
- ✎ Melhor desenvolvimento e modernização tecnológica do sistema (agro-silvo-pecuário e pesca artesanal, setores que mais contribuem para o número de pobres entre a população habitualmente empregada) de produção de bens alimentares;
- ✎ Garantia da disponibilidade, estabilidade e sustentabilidade da oferta alimentar;
- ✎ Melhoria do sistema de prevenção e de gestão das crises alimentares;
- ✎ Promoção da segurança sanitária e da qualidade dos produtos alimentares e da água, através da educação nutricional e ambiental (GCV/ONU 2009; MF 2010).

A agricultura, a pecuária, a pesca, as remessas dos familiares emigrados, que representam cerca de 11% do rendimento nas zonas rurais (MFP 2004:51), as atividades informais e ocasionais como a FAIMO são algumas das formas que os pobres encontram para arranjar algum sustento.

Um dos aspetos mais preocupantes da pobreza em Cabo Verde é a insegurança alimentar, visto serem os pobres que têm menos acesso a energia elétrica, abastecimento de água, e, ainda, no domínio do saneamento, os que têm as condições mais precárias e menos acesso a saúde.

O Perfil da Pobreza em Cabo Verde- IDRF 2001/2002 revela que, em 2001/2002, a ilha do Maio juntamente com as ilhas de S. Nicolau, Sal, Boa Vista e Brava representavam somente 9% do total dos pobres de Cabo Verde. Segundo a CMM (2006) cerca de 38% da população do Maio é pobre, e 24.5% muito pobre. Contrariamente ao que se constata a nível nacional, a maior parte da população pobre é do sexo masculino. As localidades mais a norte da ilha, com mais mulheres chefes de família e pessoas dependentes da FAIMO, são as mais afetadas. A agricultura e a pecuária que quase sempre são um meio de subsistência da população pobre não são suficientes para responder a todas as necessidades. A subnutrição aparece como um fator preocupante nas zonas da Calheta e do Morrinho.

4.2 Possíveis Cenários / Estratégias para o Desenvolvimento

Em forma de resumo ao ponto 4.1 - *Cenários de desenvolvimento da ilha do Maio no contexto do desenvolvimento de Cabo Verde*, pretende-se fazer uma síntese dos cenários entendidos como horizonte estratégico para o desenvolvimento da ilha do Maio. Estes cenários foram construídos a partir de fontes documentais consultadas e fontes diretas

(entrevistas e conversas). Teve-se em conta as atitudes (visão) refletidas pelos atores entrevistados, as potencialidades evidenciadas quer pelas fontes diretas quer pelas fontes indiretas e o comportamento dos setores ao longo do tempo. Pretende-se “inventariar” os fenómenos cuja amplitude pode construir, no ponto de partida, um elemento de referência ou um instrumento de enquadramento do futuro (Mateus, Brito e Martins 1995). Assim, estes cenários deverão ser encarados como horizonte estratégico que tenta fornecer meios adequados para o delineamento de um futuro mais provável e desejável, procurando identificar as opções estratégicas dos atores. O objetivo não se centra na indicação de acontecimentos futuros, mas sim em considerar as forças que poderão empurrar o futuro para caminhos diferentes. (Carvalho (s/data).

De acordo com os atores entrevistados apresenta-se no gráfico a seguir os pontos fortes e pontos fracos do desenvolvimento da ilha do Maio.

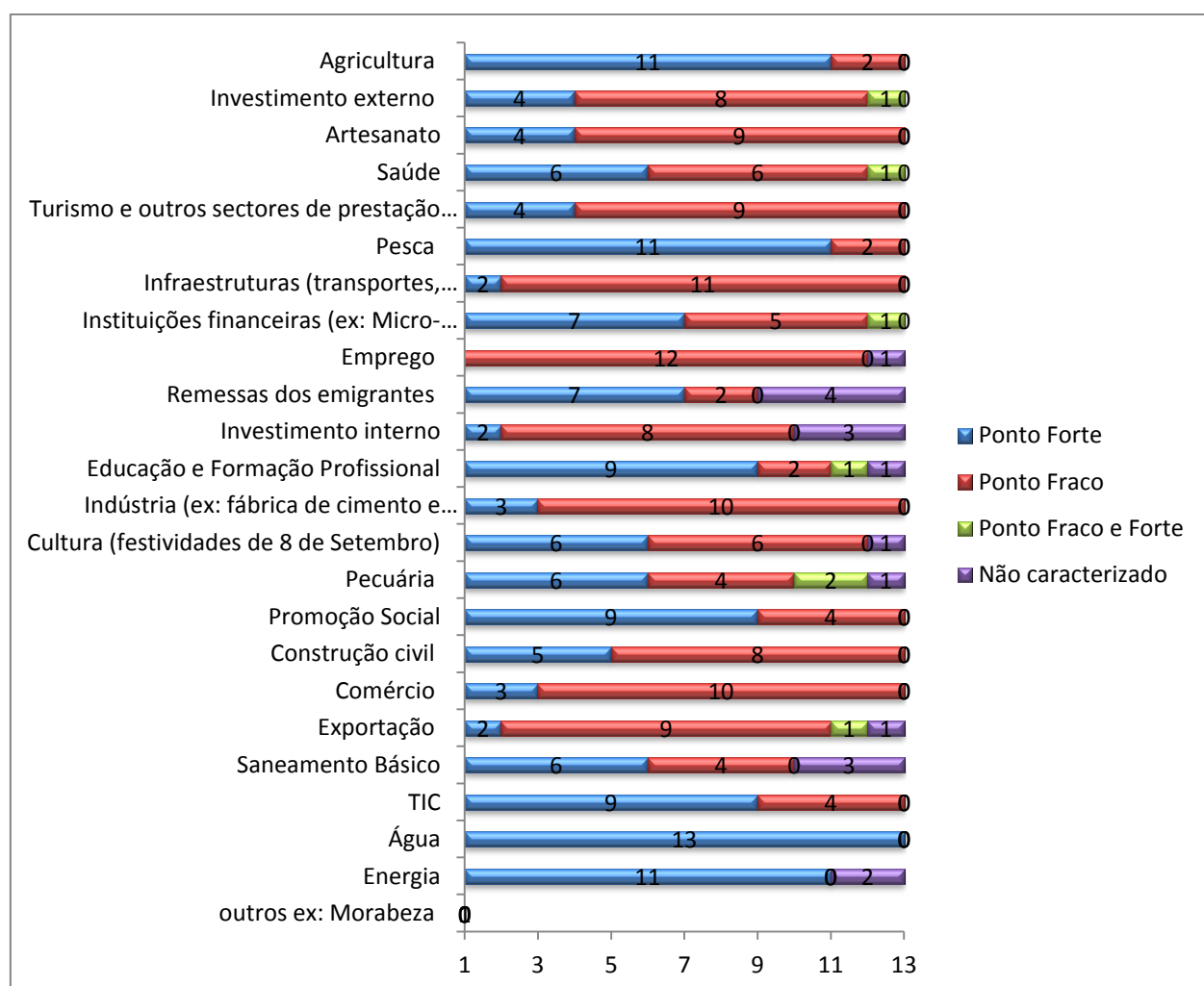


Gráfico 1- Pontos Fortes e Ponto Fracos no desenvolvimento da ilha Maio

Independentemente dos aspetos positivos e negativos evidenciados ao longo deste trabalho, no que respeita aos setores apresentados no gráfico acima, pode concluir-se que do ponto de vista dos entrevistados, a água, a energia, a agricultura, a pesca, a educação e

a formação profissional, as TIC, a promoção social, as instituições financeiras (micro-crédito) e as remessas de emigrantes constituem pontos fortes no desenvolvimento atual do Maio. Do mesmo modo que o emprego, as infraestruturas, a indústria, o comércio, o artesanato, a exportação, o turismo e os setores de prestação de serviços, os investimentos internos e externos e a construção civil constituem os pontos fracos.

No entanto, mesmo alguns pontos fracos podem constituir um cenário para o desenvolvimento da ilha do Maio, como é o caso de turismo. O turismo, considerado um motor principal da economia, é “um sector de relevância estratégica para o desenvolvimento nacional, cuja importância ultrapassa a mera óptica financeira, sendo uma vertente fundamental para o desenvolvimento económico e social do país” (Costa 2007:141) e constitui sem dúvida uma grande aposta para o desenvolvimento do Maio. Apenas 3 dos 13 entrevistados¹⁰⁶ não apontaram o turismo como uma oportunidade para o desenvolvimento da ilha do Maio, embora todos estejam cientes de que, para que este venha a contribuir de alguma forma, é necessário investir noutros setores, como por exemplo, nos meios de transporte, que constituem atualmente um dos grandes constrangimentos para a ilha do Maio. O avanço do turismo poderá contribuir para o desenvolvimento de outras áreas como a construção civil, a restauração e o comércio de uma forma geral.

Um outro setor caracterizado como um ponto fraco é a indústria, visto ser um dos setores com pouca representatividade na ilha. Porém, dada a existência de algumas matérias-primas, a indústria é considerada uma das vias viáveis para o desenvolvimento da ilha do Maio, tanto pelos entrevistados como nos planos de desenvolvimento existentes para a ilha. O desenvolvimento deste setor poderá ser orientado para a produção de cimento, exploração do sal, exploração do gesso, as conservas e a transformação de alimentos, o turismo, etc.

A pesca e a agricultura são dois dos setores caracterizados como pontos fortes e como oportunidades, por isso, dois possíveis futuros cenários para o desenvolvimento do Maio. A agricultura pode ser considerada um futuro cenário porque, apesar dos inúmeros constrangimentos, como a aleatoriedade da chuva, evoluiu muito na ilha ao longo do tempo. A pesca poderá contribuir para o desenvolvimento do Maio dada as suas potencialidades e o facto de ser um setor pouco explorado, ainda de carácter tradicional.

A cultura, caracterizada como um ponto fraco e forte de igual modo pelos entrevistados, é também identificada como um possível cenário quando ligada a outros setores, como por exemplo, o turismo.

Para o desenvolvimento destes setores, será preciso delinear uma boa estratégia. Questionados sobre quais as estratégias para o desenvolvimento, os atores entrevistados

¹⁰⁶ Ver as entrevistas em anexo

defendem que se deve apostar na capacitação dos recursos humanos, um dos pontos fortes no desenvolvimento atual, na infraestruturação e na exploração de recursos primários, de forma a que o resultado seja não apenas o crescimento, mas essencialmente o bem-estar de todos, ou seja, o desenvolvimento deve centrar-se no homem e no seu bem-estar. Contudo, é preciso ter em conta que os fatores exteriores podem influenciar muito o desenvolvimento de qualquer um dos setores/possíveis cenários para o desenvolvimento da ilha do Maio.

No gráfico seguinte são apresentados os fatores exteriores que constituem uma ameaça e/ou uma oportunidade no desenvolvimento atual do Maio, segundo os atores entrevistados.

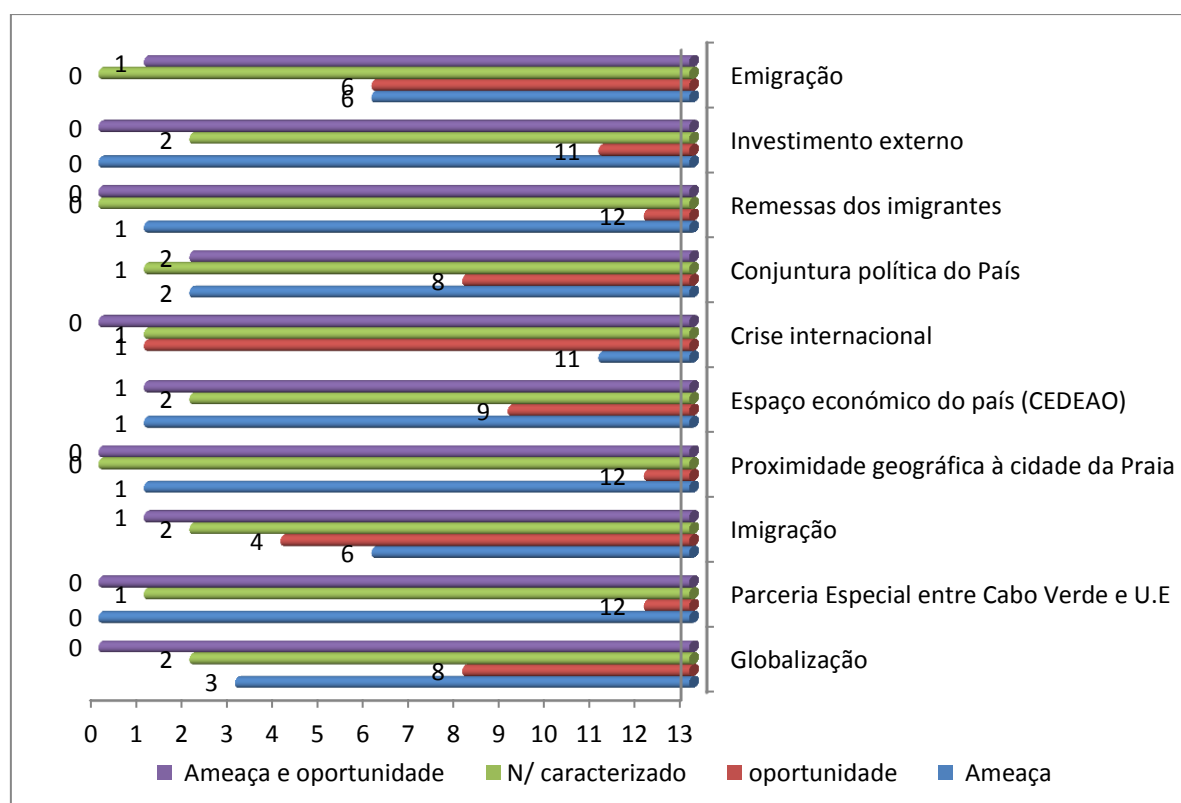


Gráfico 2- Oportunidades e Ameaças ao desenvolvimento da ilha do Maio.

No desenvolvimento atual da ilha só a crise internacional constitui uma grande ameaça. As remessas dos emigrantes, a proximidade da cidade da Praia (que poderia constituir uma ameaça, visto muitos jovens deixarem a ilha para residir nesta cidade) tal como a parceria especial entre Cabo Verde e a UE, o investimento externo (que, no entanto, é considerado um ponto fraco), o espaço económico do país, a conjuntura política e a globalização constituem as oportunidades para desenvolvimento do Maio. Já a emigração pode constituir tanto ameaça como oportunidade.

4.3 Tutelas do Desenvolvimento da Ilha do Maio, no Contexto de Cabo Verde

4.3.1 Tutela Administrativa – Descentralização e Desconcentração

A condição geográfica do país (afastamento do território português na época colonial e o facto de ser constituído por ilhas) ditou, desde sempre, a necessidade de descentralizar poderes e desconcentrar serviços em Cabo Verde. Porém, o processo de descentralização só teve fundamento jurídico nos finais dos anos 80 e inícios dos anos 90 com a aprovação da Lei de Bases das Autarquias Locais (Lei 47 e 48/III/89), da Lei Eleitoral Municipal (Lei 48/III/89), da Lei da Organização e Funcionamento da Administração Municipal (Decreto-Lei 52-A/90) e da Lei das Finanças Locais (Decreto-Lei 101-0/90). A descentralização em Cabo Verde seguiu a tendência dos países africanos na época. Consequência de inúmeros fatores de ordem internacional como a globalização, a crise económica, o ajustamento estrutural e a democratização, a rápida urbanização etc, os governos nacionais e agências internacionais de desenvolvimento começaram a dar mais atenção ao desenvolvimento local (Olowu 2001) e Cabo Verde também seguiu a mesma tendência. Em dezembro de 1991, realizaram-se as primeiras eleições autárquicas livres em Cabo Verde e, consequentemente, transferências de competências e de recursos que visavam firmar a descentralização e uma melhor governação do país. Como refere Pereira (2005), “a descentralização do poder de decisão e de execução tem sido defendida como uma forma de melhorar a governação” (Pereira 2005: 286), mas, para isso, as competências devem ser transferidas de forma deliberada e planeada para os poderes locais, com o objetivo de fomentar maior autonomia e melhor gestão dos recursos por parte das instituições cívicas e, consequentemente, promover a participação dos cidadãos no processo do desenvolvimento da democratização.

No caso de Cabo Verde, um estado democrático, a sua própria Constituição estabelece no artigo 2º nº 2 que Cabo Verde é um país unitário, democrático e descentralizado, ou seja, consagra o princípio da unidade do Estado e os princípios da autonomia local e da descentralização administrativa. Por isso, enquanto o estado (poder central) é responsável pelas funções de carácter geral e macroeconómica, os municípios (poder local), nos termos da lei, através dos seus órgãos de poder de autonomia administrativa, gozam de um estatuto que lhes permite desenvolver políticas e elaborar programas de acordo com interesses próprios, comuns e específicos das populações. Assim sendo, os municípios detêm instrumentos que criam condições para satisfazer as suas necessidades locais.

A necessidade de desenvolver mecanismos que visem firmar a descentralização e promover uma melhor capacitação do poder local é sublinhada em vários documentos estratégicos para o desenvolvimento de Cabo Verde, como por exemplo, no Programa de Governo 2001-2005 em se afirma que:

O Governo [...] assume a descentralização como condição indispensável para o exercício da cidadania, pelo que, dentro das limitações nacionais, irá assegurar ao Poder Local os meios e os recursos adequados para exercer as suas atribuições e competências.

Manterá uma colaboração directa, leal e idónea com todas as Câmaras Municipais.

Outrossim, promoverá, em cooperação com os Municípios, políticas e programas que possibilitem a transferência gradual para a área de competência e gestão municipal de serviços até agora sob a alçada do Poder Central (GCV 2001:n/p.)

Embora a descentralização em Cabo Verde surja como forma eficaz para detetar e mitigar os problemas da população local, ainda subsistem deficiências e constrangimentos à plena assunção das competências e atribuições e à boa governação local (CHEFIA DO GOVERNO/UCRE/CDD 2007; PNUD/CEA 2002.). Um dos constrangimentos no campo da descentralização tem que ver com a tendência centralizadora reconhecida no Programa de Governo 2001-2005:

Apesar das iniciativas sérias direccionadas para o reforço do Poder Local levadas a cabo, constata-se que a tendência centralizadora que, ainda, caracteriza a Administração Pública cabo-verdiana é excessiva, o que a torna bloqueadora de iniciativas que visem a promoção social, económica e cultural das populações. (GCV 2001:n/p.)

Contudo, a descentralização não é o único modelo de organização administrativa em Cabo Verde. O poder central (o Estado) faz-se representar em todo o território nacional através da desconcentração dos serviços públicos, partilhando a jurisdição com o poder local. Em relação a esta matéria questionou-se os atores sobre como achariam que se deveria promover o desenvolvimento do país, tendo em conta a característica insular e qual a relação entre a democracia e a descentralização em Cabo Verde. Estes mostraram-se preocupados com alguma centralização do poder, principalmente em relação aos principais pólos do país, defendendo que se devem criar condições para uma melhor descentralização, tendo em conta que esta “vai reforçar a democracia”¹⁰⁷. Como afirmaram, “a melhor coisa que aconteceu em Cabo Verde depois da democracia é a descentralização do poder”¹⁰⁸, mas “faltam alguns passos para atingir a verdadeira descentralização”¹⁰⁹, para isso, deve ter-se em conta que Cabo Verde é um estado unitário e que cada ilha tem

¹⁰⁷ Entrevista ao Delegado de Serviços Autónomos de Saneamento/ Vereador da CMM, José Carlos Pina – (Ver a entrevista nº 8 em anexo).

¹⁰⁸ Entrevista ao Presidente da Câmara Municipal do Maio, Manuel Ribeiro – (Ver a entrevista nº 11 em anexo).

¹⁰⁹ Entrevista à representante da Plataforma de ONGs no Maio, Armandina Vieira - (Ver a entrevista nº 3 em anexo).

características próprias¹¹⁰, isto é, a promoção do desenvolvimento de uma ilha deve ter sempre em conta os planos de desenvolvimento de Cabo Verde, no geral, e os planos de desenvolvimento de Cabo Verde devem ter em conta os planos locais de cada ilha.

Alguns autores salientam que é importante primar pela descentralização porque “o aumento da descentralização tem vantagens, quer ao nível da eficiência na afetação de recursos, quer em termos do desenvolvimento do sistema democrático...” (Bravo e Sá 2000:115). Relativamente à centralização, convém salientar que, mesmo dentro da própria ilha, se verifica alguma centralização. A ilha do Maio é um exemplo neste sentido, mas não é único. Ortet (2008), que se dedicou ao estudo sobre a descentralização e desconcentração e o desenvolvimento local em Cabo Verde, nos casos do concelho da Praia e do Tarrafal (ilha de Santiago), sublinha que a “maioria das instituições municipais localiza-se apenas nos principais centros da ilha” (Ortet 2008:i), tal como na ilha do Maio.

4.3.2 Poder Local e Poder Central no Desenvolvimento da Ilha do Maio

Apesar da descentralização em Cabo Verde ser considerada positiva, e “hoje [é], pacificamente aceite que a participação dos actores descentralizados é uma condição essencial para atender a um desenvolvimento durável, reforçando as capacidades das populações de base para que eles possam influenciar positivamente as políticas públicas e provocar uma mudança na sociedade” (MFPDR 2002:7), frequentemente surgem alguns conflitos relativos à tutela entre o poder central e o poder local¹¹¹. Estes conflitos surgem porque “a descentralização ainda é tida como uma extensão dos serviços centrais, próprio de resistência às mudanças e à inovação, ou então, o poder local é interpretado como um concorrente em áreas de intervenção comuns e, por isso, pondo em causa tradicionais espaços de influência” (PNUD/CEA 2002:6). Furtado (2001) afirma que esta tensão não acontece unicamente em Cabo Verde:

“Esta tensão é cada vez mais evidente nos países em desenvolvimento – significativamente dependentes da ajuda externa, como é o caso de Cabo Verde – onde se assiste, por parte do Poder Local, à reivindicação de mais e melhores meios materiais e humanos para a concretização das suas atribuições” (Furtado 2001:72).

Em Cabo Verde, esta tensão é mais notória nos casos em que os municípios são ideologicamente de oposição/cor política diferente porque são vistos como concorrentes (Furtado 2001, Ortet 2008). Esta situação tem conduzido “a um certo radicalismo

¹¹⁰ Ver as entrevistas em anexo.

¹¹¹ Ver a notícia de 1 de março de 2010 - Jorge Santos acusa José Maria Neves - “GOVERNO VÊ NO PODER LOCAL UM CONCORRENTE” em <http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?Action=noticia&id=27490&idEdicao=64&idSeccao=523>.

municipalista, por um lado, e a uma abordagem unicista e centralista do governo central, por outro” (Furtado 2001:72). Ortet (2008) afirma que nos municípios cuja cor política é diferente da do governo, a influência reverte-se num saldo negativo, provocado pela falta de diálogo, má articulação dos projetos de desenvolvimento e, sobretudo, num mau relacionamento com repercussões nefastas para o desenvolvimento de alguns concelho (Ortet 2008:91). Aliás, Bairoch (1988) sublinha que o aspecto político é um elemento por vezes determinante do desenvolvimento.

No caso da ilha do Maio, o poder local tem sido, pelo menos nos últimos 10 anos, do partido da oposição e é notável uma tensão entre o poder central e local. Esta tensão é vista, pelos atores entrevistados e pela população em geral, como um dos maiores entraves ao desenvolvimento da ilha do Maio. A falta de diálogo, de entendimento, de coordenação, a pouca solidariedade, a inimizade e muita divergência por causa da cor política caracterizam as relações entre o poder local e o central na ilha do Maio¹¹². Um dos atores entrevistados sintetiza esta relação de uma forma diacrónica:

De 1975 a 1990 o governo, liderado pelo PAICV, quase nada fez para o desenvolvimento do Maio. Com a abertura política, em 1990, começou-se a dar alguns passos nesse sentido. Tendo em conta que na ilha, os eleitores tendem a votar no MPD (Movimento para a Democracia), quando este esteve na governação, na década de 90, deu-se um passo significativo na construção de infraestruturas fundamentais, como o porto, estradas, eletrificação, a rede de comunicações e construíram várias escolas. De 2001 a 2006, com a governação do PAICV, o Maio estagnou. Com muita reivindicação da população, a partir de 2006 até à atualidade, construiu-se um grande centro de saúde, concluiu-se o circuito de estradas, apostou-se no desenvolvimento rural, com a construção de obras de retenção e captação das águas das chuvas. Os problemas são vários, mas, atualmente, os mais gritantes são a falta de desenvolvimento do turismo, a necessidade de mudança da política de transportes marítimos e aéreos, a falta de um liceu condigno e o desemprego na camada jovem e mulheres¹¹³.

No entanto, esta má relação entre o poder local e o central parece não afetar muito a relação entre os serviços descentralizados e desconcentrados na ilha. Os atores dos

¹¹² Estas características foram evidenciadas não só pelos atores entrevistados (em anexo), mas também por todas as pessoas com quem foi abordado este tema (em conversa) no terreno.

¹¹³ Entrevista à (ex-) Vereadora da Câmara Municipal do Maio, Teresa Tavares – (Ver a entrevista nº 12 em anexo).

serviços desconcentrados salientaram que existe uma boa relação e solidariedade para um bom desenvolvimento do Maio¹¹⁴.

A falta de recursos técnicos, financeiros e humanos, e de coordenação e concertação entre o Estado e os Municípios são as principais causas que dificultam a descentralização no país (Ortet 2008). Neste sentido, os governos têm apostado na reforma do Estado e das finanças locais como estratégias que facilitem o processo da descentralização no país e diminuam os conflitos. Essas reformas visam capacitar os recursos humanos, modernizar a administração local e reduzir a dependência financeira das autarquias. Com o objectivo de atenuar os conflitos entre o poder central e o local e fortalecer a afirmação dos poderes locais foi criada a ANMCV- Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde.

4.3.3 Agentes do Desenvolvimento da Ilha do Maio

No quadro do desenvolvimento de Cabo Verde, entram muitos atores nacionais, locais e internacionais como a UE, a CEDEAO, o BAD, o BM, o FMI. Obviamente, também na ilha do Maio, para além do poder central e local vários atores trabalham em conjunto. De acordo com os atores entrevistados, os responsáveis pelo desenvolvimento da ilha do Maio são os seguintes¹¹⁵:

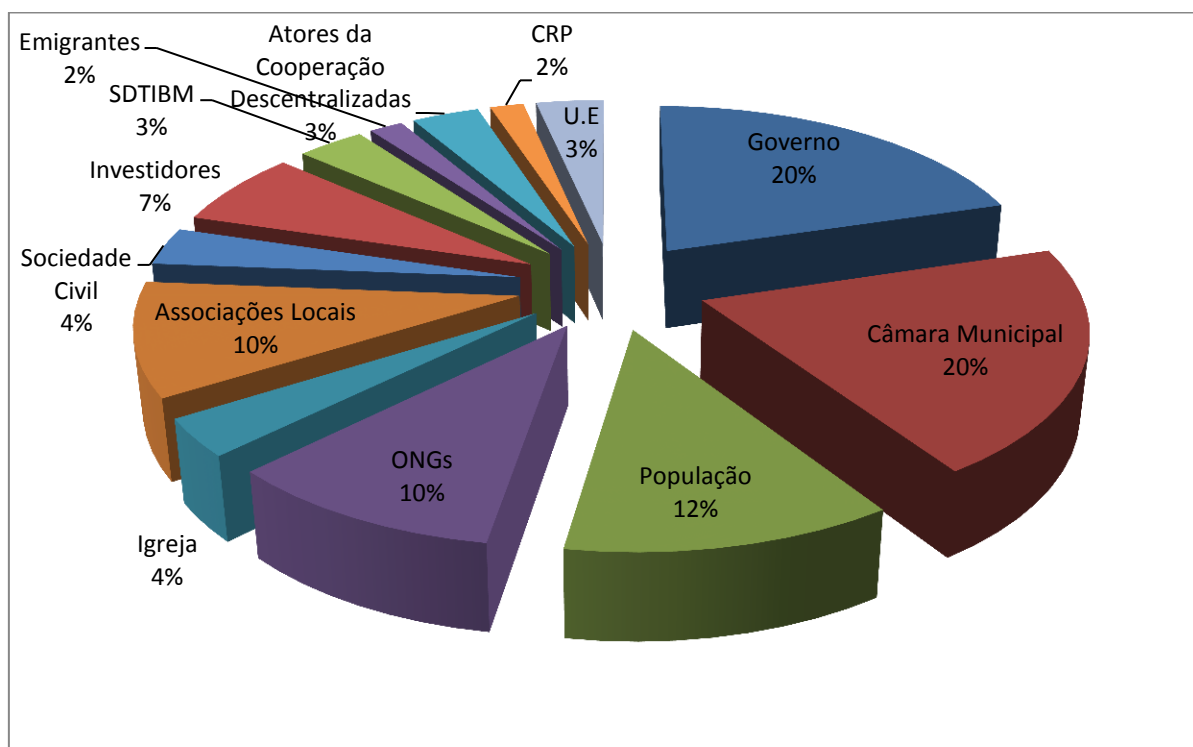


Gráfico 3- Atores do desenvolvimento da ilha do Maio

¹¹⁴ No terreno a autora deste trabalho teve a oportunidade de assistir a uma conversa que visava delinear um plano de ação em conjunto entre o Delegado de Saúde e o Presidente da Câmara do Maio.

¹¹⁵ A representação gráfica é referente às respostas dos atores entrevistados, mas os atores identificados por estes são praticamente os mesmos identificados no PDM - Maio (CMM2006).

Segundo a análise do gráfico, a tutela do desenvolvimento da ilha do Maio apresenta para os entrevistados, num primeiro nível, a tutela partilhada entre a câmara municipal e o governo, com 20% de respostas; no segundo nível, surge a população, com 12% de respostas; no terceiro, as associações locais e as ONGs com a mesma representatividade, 10%; os investidores ocupam o quarto nível, com 7% de respostas; a igreja e a sociedade civil têm a mesma força, com 4% de respostas, seguidos pela SDTIBM, pela UE, e pelos atores descentralizados, com 3% de respostas; por último, a CRP e os emigrantes com 2% de respostas.

1. A câmara municipal (poder local) e o governo (poder central), representado na ilha do Maio pelas delegações de saúde, educação e agricultura, são os maiores responsáveis pelo desenvolvimento da ilha. Ainda assim, tendo em conta a tensão existente entre o poder central e local, por razões político-partidárias, nota-se alguma desconfiança por parte da população para com estes dois atores. O governo, um grande responsável pelo desenvolvimento, é considerado também um ator que causa muitos constrangimentos, visto ser responsável pelas grandes infraestruturas como portos, transportes marítimos e aéreos, assim como a escola secundária que continuam deficitárias.
2. A população é referenciada como um dos principais atores do desenvolvimento do Maio, embora não assuma ainda completamente o seu papel. Muitos atores afirmam que a população está “viciada em esperar” pelas outras entidades, normalmente a CMM e o governo. Ainda persiste a mentalidade assistencialista ligada à ideia de um Estado-providência. Nota-se uma falta de iniciativa e dinamismo por parte da população. Apesar da constante crítica ao conflito entre o poder central e local por razões político-partidárias, a própria população tem tendência para a politização.
3. As ONGs, quer as nacionais como é caso da Plataforma das ONGs e internacionais, como é o caso do IMVF e da Habitat África¹¹⁶, também desempenham um papel fundamental visto que é através destas que são conseguidos muitos financiamentos. Contribuem muito para a melhoria das condições de vida das populações através da auto-promoção social, cultural e económica das populações, fomentando o desenvolvimento participativo.
4. As associações parecem ter a mesma importância do que as ONGs, com a vantagem de conhecerem melhor as comunidades e as suas necessidades e com a desvantagem de serem ainda pouco autónomas e dinâmicas. A falta do envolvimento constante da população local continua a ser uma das grandes dificuldades enfrentadas pelas associações locais.

¹¹⁶ Exemplifica-se com as ONGs entrevistadas.

5. Os investidores nacionais e internacionais, embora não da forma desejada, desempenham um papel importante no desenvolvimento do Maio através do investimento feito no setor do turismo e comércio.
6. Os atores da cooperação descentralizada¹¹⁷ na ilha do Maio, como é o caso da câmara Municipal de Loures e de Poiares em Portugal¹¹⁸, dadas as suas capacidades para mobilizarem recursos, para execução de projetos e programas que visam o desenvolvimento são considerados importantes no desenvolvimento da ilha do Maio.
7. Para além das ONGs e das associações comunitárias, as Cooperativas e as Associações de Poupança e Crédito são outros atores da sociedade civil que desempenham um papel importante no desenvolvimento na ilha do Maio, no que respeita à concessão de microcrédito para a promoção do auto emprego e apoio social de uma forma geral.
8. Apesar do atraso do desenvolvimento turístico na ilha do Maio, a SDTIBM é referenciada como um dos atores importantes no desenvolvimento do Maio.
9. As igrejas¹¹⁹ desempenham um papel importante na formação académica e cívica, apoiam os indivíduos na integração na sociedade, tentam incutir valores morais, principalmente aos jovens, e trabalham no sentido de divulgar a cultura. Convém salientar que a maior parte dos fiéis da ilha do Maio é católica, cerca de 85%, a igreja nazarena surge como uma segunda força religiosa na ilha, no entanto, estão presentes várias outras religiões, como por exemplo, a Nova Apostólica, as Testemunhas de Jeová, a Adventista, segundo a CMM/GMDL (2006).
10. Quanto à União Europeia, tendo em conta a parceria especial com Cabo Verde, que facilita as cooperações descentralizadas e apoios financeiros é também considerada um ator importante no desenvolvimento do Maio.
11. Os emigrantes, que contribuem com as remessas que constituem uma importante fonte de rendimento, são também atores importantes no desenvolvimento da ilha do Maio.

¹¹⁷ O Estatuto dos Municípios, aprovado pela Lei N.º 134/IV/95, de 3 de julho, consagrou, no seu artigo 22º, a liberdade de geminação (cooperação descentralizada).

¹¹⁸ Exemplo dado pelos próprios entrevistados.

¹¹⁹ Durante a estada no terreno a igreja católica realizou uma palestra intitulada “o papel da igreja católica no desenvolvimento da ilha do Maio”, a que, infelizmente, a autora desta dissertação não pôde assistir, mas, em conversa com o Pároco da ilha do Maio, Padre Crisogno Amanso, este salientou que frequentemente realizam este tipo de palestra com o objetivo de “formar social e religiosamente a população”.

12. A importância da Comissão Regional dos Parceiros da ilha do Maio é salientada pelo facto de esta trabalhar com vários atores, principalmente com as associações comunitárias, a fim de combater a pobreza no meio rural.

Relativamente aos entrevistados, todos acreditam que desempenham um papel importante no desenvolvimento do Maio, salientando que trabalharão sempre pelo desenvolvimento desta ilha, nem que seja apenas como um membro da população.

CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Conclusão

O presente estudo abordou o desenvolvimento da ilha do Maio, principalmente desde a viragem política em Cabo Verde, do ponto de vista das mudanças socioeconómicas, assim como a responsabilização e o envolvimento dos atores privilegiados na promoção do desenvolvimento da ilha. A partir desta investigação, procurou-se produzir um instrumento de trabalho que possa ser utilizado pelos atores de desenvolvimento e constituir também um instrumento importante para os investidores que pretendam investir na ilha, visto ter sido feita uma análise dos setores que podem ser importantes para o desenvolvimento da ilha do Maio, no quadro do desenvolvimento geral de Cabo Verde. Foram apresentados sempre os pontos positivos e negativos e, por último, abordaram-se as estratégias utilizadas e que poderão ser implementadas para desenvolvimento dos referidos setores. No entanto, as ideias apresentadas não são, de modo algum, soluções garantidas, sugerem reflexões sobre o ponto de situação da ilha e sobre as estratégias que podem ser implementadas perante cada situação. Por isso, este trabalho constitui um ponto de partida que permite refletir sobre os desafios que se colocam acerca do futuro da ilha e consequentemente sobre as decisões a serem tomadas.

Tendo em conta a complexidade do conceito de desenvolvimento, procurou-se nesta tese destacar as teorias que pudessem responder às perguntas iniciais desta dissertação e que ilustrassem a situação atual da ilha e as alternativas a que se pode recorrer, refletindo sobre as consequências das decisões tomadas pelos atores do desenvolvimento da ilha do Maio. O conceito de desenvolvimento foi perspetivado como um processo de mudanças que resulta na melhoria das condições de vida da população, tanto na vertente humana, social, económica, financeira e de acesso a bens de consumo, como atendendo à vertente cultural, à qualificação profissional e à preservação do meio do ambiente. Procurou-se ainda fazer uma relação entre o desenvolvimento dos estados insulares e a globalização, de forma a evidenciar as condicionantes que a globalização impõe no desenvolvimento dos estados insulares, já de si condicionados pelo isolamento e pela distância e muito dependentes do exterior.

De acordo como os dados analisados, pode constatar-se que a situação da ilha do Maio melhorou bastante desde a viragem política em Cabo Verde, a partir de 1990, apesar de todos os altos e baixos. As melhorias mais significativas verificam-se nos setores da água, agricultura, construção de estradas, infraestruturas de saúde, de eletricidade e educação. Estatisticamente, é uma das ilhas mais bem posicionadas em Cabo Verde, por exemplo, no que respeita à ligação à rede pública de água e cobertura em termos da energia elétrica. Por outro lado, a falta das grandes infraestruturas, como o porto e uma escola secundária com melhores condições, o desemprego, o fraco desenvolvimento da indústria, a pouca dinâmica

do comércio, o fraco desenvolvimento do artesanato e do turismo, as dificuldades para exportar e o fraco investimento interno e externo, a abordagem assistencialista por parte da população assim como a falta de entendimento entre poder central e local são fatores que têm dificultado o desenvolvimento da ilha do Maio.

No que respeita aos cenários, o turismo, que poderá contribuir para o desenvolvimento das outras áreas como a construção civil, a restauração e o comércio de uma forma geral; a indústria, que poderá ser orientada para a produção de cimento, a exploração do sal, a exploração do gesso, as conservas e a transformação de alimentos, o desenvolvimento turístico etc; a pesca e a agricultura, que são dois dos setores ainda com dificuldades e a cultura constituem os possíveis cenários para o desenvolvimento da ilha do Maio. Porém, para que esses cenários se tornem possíveis, deve apostar-se na capacitação e valorização dos recursos humanos, na infraestruturação e exploração de recursos primários, para que o resultado seja não apenas o crescimento, mas essencialmente o bem-estar de todos. No entanto, é preciso ter em conta que os fatores externos, como por exemplo a crise internacional e a globalização podem influenciar o desenvolvimento de qualquer um dos setores/possíveis cenários para o desenvolvimento da ilha do Maio.

O desenvolvimento efetivo do Maio exige redefinição de valores e comportamentos, das relações de e entre os diferentes atores, nomeadamente a sociedade civil, o governo, a câmara e demais atores que atuam na ilha. Existe necessidade de maior articulação, ou, pelo menos, maior entendimento entre os atores do desenvolvimento, principalmente entre a autarquia e o governo, apesar de considerados os maiores responsáveis pelo desenvolvimento da ilha do Maio, assim como mais apoio por parte dos outros atores, como a população e as associações locais. Isto porque a promoção do desenvolvimento local não é exclusiva da autarquia ou do governo; a população, as associações locais e as ONGs também têm de participar ativamente no desenvolvimento da ilha. Aliás, parece impossível alcançar um desenvolvimento local justo socialmente, economicamente autosustentável e ambientalmente sustentável, ou seja, um desenvolvimento integrado sem envolver todos os atores e sem que cada um assuma a sua responsabilidade.

Esta tese abre perspetivas para futuras investigações, seguindo a mesma metodologia, relativamente a cada uma das ilhas ou concelhos de Cabo Verde, na vertente estado do desenvolvimento *versus* atores do desenvolvimento, tendo em conta as desigualdades existentes neste país, assim como um estudo profundo sobre o papel dos atores do desenvolvimento no Maio.

Bibliografia

Enquadramento Teórico

Aguiar, Joaquim. 2000. “Modelos de globalização” in *O Interesse Nacional e a Globalização*, TEIXEIRA, Nuno Severiano, Rodrigues, José Cervaens e Nunes, Isabel Ferreira (coords). Lisboa: Cosmos : Instituto da Defesa Nacional.

Amaro, Rogério. 1992. *Iniciativa de Desenvolvimento Local: Caracterização de alguns exemplos*. Lisboa. ISCET.

Amaro, Rogério. 2001. “Opções e Estratégias e Actores de Desenvolvimento em Confronto no caso de Foz Côa”, in *O caso de Foz Côa: Um Laboratório de Análise Sociopolítico*, Gonçalves, Maria Eduarda. Lisboa: Edições 70.

Amaro, Rogério. 2003. *Desenvolvimento – Um conceito ultrapassado ou em renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria*. Caderno de Estudos Africanos, n.º 4, Centro de Estudos Africanos, ISCTE.

Arndt, H. 1987. *Economic Development, the history of an idea*. Chicago: The University of Chicago Press.

Bairoch, Paul. 1988. “Desenvolvimento/Subdesenvolvimento”. *Enciclopédia Einaudi*, vol.7, Lisboa, Imprensa Nacional.

Barbosa, Manuel Pinto; Barreto, António e Espada, João Carlos. 2001. “Globalização, desenvolvimento e equidade” in *Globalização, desenvolvimento e equidade / Conferência Internacional Globalização*, Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: D. Quixote.

Briguglio, Lino .1995. “Small Island Developing States and Their Economic Vulnerabilities”. *World Development*, vol. 23, nº 9.

Brito Brígida. 2001. “Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento” in *O consenso internacional na luta contra a pobreza e a cooperação para o desenvolvimento em São Tomé e Príncipe*, Proença Carlos Sangreman. Documento de Trabalho nº 62, Lisboa: CesA.

Brito, Brígida. 2004. “Turismo Ecológico: Uma via para o Desenvolvimento Sustentável Em São Tomé E Príncipe”. Tese de Doutoramento. Lisboa. ISCTE.

Cadena, Marisol de la. 2006. “The Production of Other Knowledges and its Tensions: From Andeanist Anthropology to Interculturalidad?” In Ribeiro Gustavo e Escobar Arturo *World Anthropologies: Disciplinary Transformations in Systems of Power*. Berg. Oxford: UK e New York: USA. Disponível em books.google.pt/books?isbn=1845201914, acedido em 27 de Março de 2013.

Commonwealth Secretariat. 1997. *A Future for Small States. Overcoming Vulnerability*. Londres: Commonwealth Secretariat.

- Dommen Edouard e Lebalé Norbert. 1998. "Caractéristiques des exportations de services des pays insulaires" in *L' Enjeu des Petites Économies Insulaires*, Crusol Jean et al. Paris: Economica.
- Escobar, Arturo. 1992. "Imagining a Post-Development Era? Critical Thought, Development and Social Movements". *Social Text*, No. 31/32, Third World and Post-Colonial Issues.
- Escobar, Arturo. 1995. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton University Press.
- Estêvão, João. 2001. "As Pequenas Economias Insulares e as Condições do Desenvolvimento Económico". *Cultura*, Número Especial, Setembro 2001.
- Friedmann, John. 1996. *Uma Política de Desenvolvimento*. Oeiras: Celta Editora.
- Grupo de Lisboa. 1994. *Limites à competição*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Hein Philippe. 1998. "Problems of small island economies" in *L' Enjeu des Petites Économies Insulaires*, Crusol, Jean et al. Paris: Economica.
- Leys, Colin. 1996. *The Rise and Fall of Desenvolvimento theory*. Bloomington, Indiana University Press.
- Lima, António Pedrosa de. 1968. *A Tutela Administrativa nas Autarquias Locais*. 2ª Edição. Coimbra Editora.
- Lopes Ernâni. 2000. "Interesse Nacional e a Globalização Económica" in *O Interesse Nacional e a Globalização*, Teixeira, Nuno Severiano, Rodrigues, José Cervaens e Nunes, Isabel Ferreira (coords). Lisboa: Cosmos : Instituto da Defesa Nacional.
- MacDissi, Charbel. 1998. "Agro-industrie et économie insulaire", in *L' Enjeu des Petites Économies Insulaires*, Crusol, Jean et al. Paris: Economica.
- Monteiro, Ramiro 2001. *A África na Política de Cooperação Europeia*. 2ª Edição. Lisboa: ISCSP.
- Murteira, Mário. 2002. "Globalização, uma falsa ideia clara". *Analítico: Economia Globale Gestão*. - Vol.7, Nº2.
- Murteira, Mário. 2003. *Globalização*. Lisboa: Quimera Editores.
- Pereira, Daniela e Galán Enrique. 2009. *A vulnerabilidade dos pequenos estados em desenvolvimento: o caso particular dos pequenos estados insulares em desenvolvimento*. Lisboa: IPAD.
- Pereira, Elvira. 2005. "O Empowerment como Elemento Fundamental nas Estratégias de Luta contra a Pobreza em África" in *África, Género, Educação e Poder*, Barata, Óscar e Piepoll, Sónia Frias (coords.). Lisboa: ISCSP.

Pieterse Jan. 2000. "After post-development". Third World Quarterly, Vol 21 nº2, 175-191. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/01436590050004300>, acedido em 22 de Dezembro de 2011.

Pieterse, Jan. 1998. "My Paradigm or yours? Alternative development, Post-Development, Reflexive Development". Development and Change. Vol 29.

Reis Vítor Manuel. 2000. Principais Estratégias de Desenvolvimento em confronto na República de Cabo Verde após a Independência. Tese de Mestrado, Lisboa: ISCTE.

Rostow, Walt W. 1971. Etapas do desenvolvimento económico: Um manifesto não comunista. 4ª ed. Rio de Janeiro : Zahar.

Seers, Dudley. 1979. "Os Indicadores do Desenvolvimento: o que estamos a tentar medir" *Análise Social*, vol.XV nº4. Lisboa, Gabinete de Investigação Social.

Seixas Paulo. 2006. "Urbanizações nas Regiões Desenvolvidas e nas Regiões em Desenvolvimento" in *Manual de Sociologia Urbana*, Horta, Ana Paula. Lisboa: Universidade Aberta.

Silva Maria Manuela. 1964. Oportunidade do Desenvolvimento Comunitário. *Análise Social*. Vol. II, nº 7 e 8, 2º Semestre. 1964. Lisboa.

Silva, Maria Manuela. 1963. "Fases de um Processo de Desenvolvimento Comunitário". *Análise Social*. Vol. I, nº4, out. 1963. Lisboa.

Simon, David. 1997. "Development Reconsidered: New Directions in Development Thinking". *Deografiska Annaler*. Serie B, Humano Geography Vol. 79, No. 4.

So, Alvin. 1990. Social change and development. Modernization, dependency and world system theories. California: Sage.

Soete Luc. 200. "Globalização e o progresso tecnológico: Do velho ao novo" in *Globalização, desenvolvimento e equidade / Conferência Internacional Globalização*, Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: D. Quixote.

Sousa, António Rebelo. 2004. Teoria da Relatividade Económica Aplicada à Economia Internacional e às Políticas de Cooperação. Universidade de Lisboa.

Sousa, António. Rebelo. 2008. De um Novo Conceito de Desenvolvimento no quadro da Economia Internacional. ISCSP.

Stiglitz Joseph E. 2002. Globalização: a grande desilusão. Lisboa: Terramar.

Vellas François. 1998. "Le tourisme international et les petits pays insulaires" in *L'Enjeu des Petites Économies Insulaires*, Crusol, Jean et al. Paris: Economica.

Waters, Malcolm. 1999. Globalização. Oeiras: Celta Editora.

Metodologias

- Albarelo, Luc. 1997. Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais.
- Almeida, João de e Pinto José. 1976. A Investigação nas Ciências Sociais. Lisboa: Editorial Presença.
- Bordin, Laurence. 1979. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições. 70
- Boudon, Raymond. S/d. Os Métodos em Sociologia. Edições Rolim Lda.
- Moreira, Carlos D. 1994. Planeamento e estratégia da investigação social. Lisboa ISCSP.
- Moreira, Carlos D. 2007. Teorias e Práticas de Investigação . ISCSP.
- Quivi, Raymond e Campenhoudt, Luc Van. 1992. Manual de Investigação em Ciência Sociais. Lisboa, Grandiva.
- Savoie-Zajc, Lorraine. 2003. “A entrevista semidirigida” in *Da problemática à colheita de dados*, 3ªEdição., Gauthier Benôit. Loures: Lusociência.

Cabo Verde e ilha do Maio

- Andrade, Elisa.1996. As Ilhas de Cabo Verde, da Descoberta à Independência Nacional (1460-1975). Paris: Edição L'Harmattan.
- Borges, João 2001. Cabo Verde e a emigração: uma parceria para o desenvolvimento” in *População, Ambiente e Desenvolvimento em África*, Barata, Óscar e Piepoli, Sónia Frias (coords.). Lisboa: ISCSP.
- Bravo, Ana Bela e Sá Jorge e. 2000. Autarquias locais : Descentralização e melhor gestão. Lisboa. Verbo.
- Cardoso, Manuela. 2011. “Migrações e APD: efeitos nas alterações socioeconómicas de Cabo Verde”. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Diversidade e (Des)Igualdade. Salvador, 07 a 10 de Agosto de 2011, Universidade Federal da Bahia.
- Carreira, António 1977a. Cabo Verde Classes Sociais Estrutura Familiar Migrações. Lisboa. Ulmeiro.
- Carreira, António. 1981. Estudos da Economia Caboverdiana. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Carreira, António.1977b. Migrações nas Ilhas de Cabo Verde. Universidade Nova de Lisboa
- Carvalho Francisco. 2009. Migração em Cabo Verde. Perfil Nacional 2009. Suíça: Genebra. OIM - Organização Internacional para as Migrações.
- Carvalho Paulo de. S/data. ENERGIA 2050 – DOIS FUTUROS POSSÍVEIS. Disponível em http://www.dpp.pt/Lists/Pesquisa%20Avanada/Attachments/1244/infor_inter_2001_II_VI.pdf acedido em 23 de fevereiro de 2013.

Costa, Mateus da. 2007. “Que Modelo de Desenvolvimento Turístico para a Ilha de Santiago/Cabo Verde” in *I Encontro de Jovens Investigadores Cabo-verdianos (EJIC) – A Juventude e a Promoção da Cultura de Investigação*, Costa, Suzano, Carvalho, Francisco e Tavares, Carlos (coords). Associação de Jovens Investigadores Cabo-verdianos (AJIC).

Estêvão João. 2004. “O desenvolvimento de Cabo Verde e o modelo de integração económica internacional”. *Estratégia- Revista de Estudos Internacionais* Nº20, 1º semestre .

FCEAR Habitáfrica – ARSF. 2011. Descrição Geral do Património. Descrição das potencialidades e problemas que afectam o Património Natural e Cultural da Ilha do Maio.

Ferreira, Eduardo Sarmento. 1998. “Reflexão sobre as infraestruturas e sistemas de transportes no desenvolvimento de uma pequena economia insular: O caso de Cabo Verde”. CEsA, Documento de Trabalho nº 51. Lisboa.

Ferreira, Eduardo. Sarmento. 2005. Questões Metodológicas sobre a Economia de Cabo Verde in *África, Género, Educação e Poder*, Barata, Óscar e Piepoli, Sónia Frias (coords.). Lisboa: ISCSP.

Furtado Clementina. 2011. “Imigração e Mercado de Trabalho em Cabo Verde: Atitudes e representações recíprocas”. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Diversidade e (Des)Igualdade. Salvador, 07 a 10 de Agosto de 2011, Universidade Federal da Bahia.

Furtado, Vlademiro. 2011. “Governança multinível e ajuda pública ao desenvolvimento: O caso de Cabo Verde”. Lisboa: Tese de Mestrado, ISCSP.

Goffman Erving. 1971. *The Presentation of Self in everyday Life*. London: Penguin Book.

Guerra Isabel. 2006. *Participação e acção colectiva: interesses, conflitos e consensos*. Estoril: Principia.

Mateus, Augusto (coord), Brito, de J.M. Brandão e Martins, Víctor. 1995. *Portugal XXI- Cenários de Desenvolvimento*. Bertrand Editora.

Olowu Dele. 2001. *Decentralization Policies and Practices under Structural Adjustment and Democratization in Africa* in UNRISD Programme on Democracy, Governance and Human Rights. Paper Number 4 July 2001. United Nations Research Institute for Social. (UNRISD).

Ortet Antonieta. 2008. “Desconcentração, descentralização e desenvolvimento local em Cabo Verde: Os casos dos concelhos da Praia e do Tarrafal”. Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE.

OTCV- Observatório do Turismo de Cabo Verde. 2010. *REVISTA*. Nº3 | OUTUBRO de 2010.

Perestrelo, Margarida. 2005. “Prospectiva: planeamento estratégico num contexto de desenvolvimento regional”. Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE.

Ribeiro Hermínia. 2010. O papel das autarquias na luta contra a pobreza em Cabo Verde: O caso da Ilha do Maio. Tese de Mestrado. Lisboa: ISCET.

Ribeiro José Manuel (org.), Correia Vitor Manuel et . Carvalho Paulo de 1997. Prospectiva e cenário- uma breve introdução metodológica. Departamento de Prospectiva e Planeamento. Lisboa.

Ribeiro, Manuel. 2007. “Desenvolvimento Turístico Sustentável em Ilhas” in *I Encontro de Jovens Investigadores Cabo-verdianos (EJIC) – A Juventude e a Promoção da Cultura de Investigação*, Costa, Suzano, Carvalho, Francisco e Tavares, Carlos (coords). Associação de Jovens Investigadores Cabo-verdianos (AJIC).

Sousa Gerson 2010. “O estado atual do desenvolvimento humano em Cabo Verde na perspetiva da sustentabilidade e equidade”. Lisboa: Observatório de Segurança Humana, ISCSP-UTL.

Sousa, Gerson. 2011. “O processo de desenvolvimento humano em Cabo Verde: O papel das capacidades humanas no progresso socioeconómico.”. Lisboa. Tese de Mestrado, ISCSP.

Tavares, António Francisco Borges. 2005. “O contributo da ajuda pública ao desenvolvimento no crescimento económico de uma pequena economia insular: o caso de Cabo Verde.” Coimbra. Tese Mestrado, FEUC.

Relatórios e Documentos Oficiais

AfDB, OECD, UNDP, UNECA. 2012. Cabo Verde: Perspetivas Económicas em África. Disponível em <http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/PDF/Cabo%20Verde.pdf> consultado em 10 de setembro de 2012.

ANMCV -Associação Nacional dos Municípios Caboverdianos /ONU. 2010. Matriz de Convergência dos Municípios Cabo-verdianos para os ODM. Cabo Verde.

BAD/OCDE. 2008. Perspectives économiques en Afrique: Cap Vert. Relatório disponível em www.oecd.org/fr/dev/emoa/40568865.pdf, consultado em 12 de julho de 2012.

BCV- Banco de Cabo Verde. 2008. Relatório da Política Monetária (ao abrigo do nº 3 do art.º 18.º da Lei Orgânica do BCV).

BCV- Banco de Cabo Verde. 2008. Relatório da Política Monetária. Cabo Verde.

BCV- Banco de Cabo Verde. 2011. Agregados da balança de pagamentos, 2º trimestre. Cabo Verde.

BCV- Banco de Cabo Verde. 2012. Balança de pagamentos, 1º trimestre. Cabo Verde.

Chefia do Governo/ UCRE -Unidade de Coordenação da Reforma do Estado/ CDD- Comissão para a Descentralização e Desconcentração. 2007. Parâmetros do Processo Conjunto de Descentralização e Desconcentração do Estado. Cabo Verde.

CM- Conselho de Ministros. 2001. As Grandes Opções do Plano- Uma Agenda Estratégica- Cabo Verde.

CMM- Câmara Municipal do Maio. 2006. Plano Municipal de Desenvolvimento.

CMM/GMDL- Câmara Municipal do Maio/ Gabinete Municipal de Desenvolvimento Local. 2006. Diagnóstico Territorial, Social e Económico. Cabo Verde.

CMM/GMDL- Câmara Municipal do Maio/ Gabinete Municipal de Desenvolvimento Local. 2008. Plano Municipal de Desenvolvimento Local. Cabo Verde.

GCV -Governo de Cabo Verde /ONU. 2009. Relatório dos Progressos Realizados para Atingir os ODM: Foco Municipal. Relatório 2007-2008. Cabo Verde.

GCV- Governo de Cabo Verde. 2001. Programa Do Governo Para A VI Legislatura 2001 – 2006.

GCV- Governo de Cabo Verde. 2006. Programa do Governo Para VII Legislatura 2006 – 2011.

GCV- Governo de Cabo Verde. 2011. Programa do Governo - VIII Legislatura 2011 – 2016.

INDP- Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas. S/data. Diagnóstico Sócio-Económico da Pesca Industrial em Cabo Verde - Estratégia Nacional para Energias Domésticas em Cabo Verde.

MAAP- - Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas /FAO. 2004. Agriculture et Peche : Strategie de Developpement A L’horizon 2015. Plan D’action 2005-2008, Vol. V. 5. Cabo Verde.

MAAP- - Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas 2004. Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente - PANA II- DOCUMENTO SINTESE. Praia.

MAAP/GEP- Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas/Gabinete de Estudos e Planeamento. 2004a. Plano Ambiental Inter-Sectorial: Ambiente e Agricultura, Silvicultura e Pecuária- PANA II. Vol. III.7 Praia.

MAAP/GEP- Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas/Gabinete de Estudos e Planeamento. 2004b. Plano Ambiental Inter-Sectorial Ambiente e Pesca - PANA II. Vol III 8. Praia.

MAAP/GEP- Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas/Gabinete de Estudos e Planeamento. 2004c. Plano de Gestão dos Recursos da Pesca - PANA II. Praia.

MAAP/GEP- Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas/Gabinete de Estudos e Planeamento. 2004d. Plano de Gestão dos Recursos da Pesca - PANA II. Vol. V 6. Praia.

MECC/ DGIE/CILSS/ Ministério da Economia Crescimento e Competitividade/ Direcção Geral da Industria e Energia/ Comité Permanente Interestatal de Luta contra a Seca no Sahel. 2005. Programa Regional de Promoção das Energias Domesticas e Alternativas no Sahel (P.R.E.D.A.S). Estratégia Nacional para Energias Domesticas em Cabo Verde. Praia, Cabo Verde.

MECC/ DGT- Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade/ Direcção Geral do Turismo. s/data. Plano Estratégico Para O Desenvolvimento Do Turismo Em Cabo Verde 2010-2013. Cabo Verde.

MEVRH- Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos. 2002. Plano Nacional de Acção de Educação para Todos (P N A – E P T). Praia, Cabo Verde.

MF - Ministério das Finanças. 2010. Relatório de Progresso e Execução dos ODM. Cabo Verde.

MFAP/DGP- Ministério Das Finanças e Administração Pública /Direcção Geral do Planeamento. 2008. Documento De Estratégia De Crescimento e Redução Da Pobreza – II. Cabo Verde.

MFP- Ministério das Finanças e do Planeamento. 2004. Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza. Praia.

MFPDR- Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional.2002. A Cooperação Descentralizada em Cabo Verde. Praia.

Mo Ibrahim Foundation. 2010. Ibrahim Index of African Governance Summary. England: Swindon.

MTFS- Ministério do Trabalho Família e Solidariedade. S/data. Estratégia para o Desenvolvimento da Protecção Social de Cabo Verde.

OCDE; AfDB, CEA. 2010., «Cabo Verde» dans la perspective economiques em afrique. OCDE, disponível em <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2010-21-fr> acedido em 12 de Dezembro de 2012.

PNUD 2010 Relatório de Desenvolvimento Humano - A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano Edição do 20º Aniversário. IPAD.

PNUD 2011. Relatório de Desenvolvimento Humano- Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos. IPAD

PNUD/CEA.2002. Cabo Verde, Governação Local na Perspectiva de Redução da Pobreza-Relatório Nacional para o V Fórum sobre a Governação em África. Maputo?

UNDP 1991. Human Development Report- Financing Human Development. New York: Oxford University Press.

UNDP 1996. Human Development Report- Economic growth and human development. New York: Oxford University Press.

UNDP 2000. Human Development Report- Human rights and human development. New York: Oxford University Press.

UNDP 2001. Human Development Report- Making New Technologies Work for Human Development. New York: Oxford University Press.

WB/IBRD- The World Bank/ The International Bank for Reconstruction and Development. 2011. MIGRATION AND REMITTANCES-FACTBOOK 2011. 2nd EDITION. Washington DC.

Estatísticas

INE. 2000. Recenseamento Geral da População e da Habitação 2000 Praia, Cabo Verde.

INE. 2004. O Perfil da Pobreza em Cabo Verde- IDRF 2001/2002. Cabo Verde.

INE. 2007. Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem Estar - QUIBB- 2006. Praia, Cabo Verde.

INE. 2008. Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem Estar - QUIBB- 2007. Praia, Cabo Verde.

INE. 2010. IV Recenseamento Geral da População e da Habitação 2010 Praia, Cabo Verde.

INE. 2012.b Estatísticas do Turismo – Movimentação de Hospedes 2º Trimestre 2012. Cabo Verde.

INE. 2012a. Estatísticas do Turismo – Movimentação de Hospedes 1º Trimestre 2012. Cabo Verde.

INE. S/data. Evolução da Taxa de Desemprego em %, 2000 a 2010. Cabo Verde.

Sites consultados:

<http://asemana.sapo.cv>

<http://liberal.sapo.cv>

<http://www.alfa.cv>

<http://www.expressodasilhas.sapo.cv>

<http://www.governo.cv/>

<http://www.ine.cv>

<http://www.mca.cv>

<http://www.oecd.org/>

<http://www.rtp.pt/programa/tv>

<http://www.sia.cv>

<http://www.sidsnet.org>

www.un.cv

www.un.cv/agency-undp.php

Anexos

Anexo 1 - Guião de entrevista aplicado no trabalho de campo

Questão	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Guião de Entrevista
Cenários e Tutelas: Perceção do Desenvolvimento da Ilha do Maio, Cabo Verde	1. Desenvolvimento	1.1. Crescimento económico <i>versus</i> desenvolvimento Humano	Estratégias (perceção) Recursos económicos/riqueza Capacitação das pessoas/bem-estar	1.1.1 Na sua opinião quais as estratégias que podem contribuir para o desenvolvimento de um país? Resposta: 1.1.2 A melhor estratégia de desenvolvimento deve basear-se na maximização dos recursos económicos ou na capacitação das pessoas? R: 1.1.3 O conceito de desenvolvimento deve traduzir-se em riqueza ou bem-estar? R:
		1.2. Desenvolvimento de Cabo Verde e da ilha do Maio: Dependência Desenvolvimento Comunitário; Local <i>Empowerment</i> Desenvolvimento Integrado	Insularidade Influência externa Participação das comunidades Recursos humanos nacionais	1.2.1 Quais são as opções de desenvolvimento para um país com poucos recursos naturais como Cabo Verde? R: 1.2.2 Tendo em conta as características de Cabo Verde (país insular), acha que cada ilha deveria promover o seu próprio desenvolvimento de acordo com os seus recursos ou deveria seguir o plano geral do desenvolvimento do país? R: 1.2.3 Cabo Verde deveria apostar mais no investimento externo como uma estratégia para o seu desenvolvimento? R: 1.2.4 Na sua opinião qual é a importância da participação das comunidades no desenvolvimento local? R: 1.2.5 Qual é o impacto dos recursos humanos no desenvolvimento e crescimento de Cabo Verde R:
	2. Tutela	2.1. Responsabilidade	Papel dos atores	2.1.1 Quem são os responsáveis pelo desenvolvimento da ilha do Maio? Refira todos, quer os da ilha do Maio quer os nacionais quer os internacionais. R: 2.1.2 Caracterize o desempenho dos seus papéis no desenvolvimento da ilha do Maio. R:
		2.2. Poder local <i>versus</i> Poder Central e Descentralização	Influência política no poder Relação entre o poder	2.2.1 A situação política do país influencia o desenvolvimento da ilha do Maio? Em que sentido? R:

		Versus Democracia	central e poder local Relação entre a democracia e descentralização	2.2.2 Na sua opinião, qual é a relação entre o poder central (governo) e o poder local (autarquia) no que se refere às estratégias do desenvolvimento do Maio? R: 2.2.3 Como caracteriza a relação entre a democracia e a descentralização em Cabo Verde? R:
	3. Cenários	3.1. Cenários do desenvolvimento do Maio	Caracterização do seu desenvolvimento Progressos Obstáculos Oportunidades	3.1.1 Caracterize o desenvolvimento da ilha do Maio R: 3.1.2 Quais são os progressos mais importantes que se verificou na ilha do Maio nos últimos <u>22 anos(ou desde da data que conheceu a ilha, caso conhece há menos tempo)</u> ? O que propiciou tais progressos? R: 3.1.3 Quais são os maiores obstáculos ao desenvolvimento da ilha do Maio? R: 3.1.4 Quais são as oportunidades para o desenvolvimento do Maio? R:
		3.2. Análise SWOT:	Pontos fracos Pontos fortes Oportunidades Ameaças	

3.2.1 Dos setores abaixo, indique quais constituem pontos fracos e pontos fortes no desenvolvimento da ilha do Maio

		Pontos Fortes	Pontos Fracos
A	Agricultura		
B	Investimento externo		
C	Artesanato		
D	Saúde		
E	Turismo e outros setores de prestação de serviço		
F	Pesca		
G	Infraestruturas (transportes, infraestrutura pública e turística)		
H	Instituições financeiras (ex: Micro-crédito)		
I	Emprego		
J	Remessas dos emigrantes		
K	Investimento interno		
L	Educação e Formação Profissional		
M	Indústria (ex: fábrica de cimento e transformação de queijos, peixe, carvão)		
N	Cultura (festividades de 8 de setembro)		
O	Pecuária		
P	Promoção Social		
K	Construção civil		
R	Comércio		
S	Exportação		
T	Saneamento Básico		
U	TIC		
V	Água		
X	Energia		
Z	Outros -		

				3.2.2 Indique, na tabela seguinte quais os fatores que constituem ameaças e oportunidades externas ao desenvolvimento da ilha do Maio			
						Ameaças	Oportunidades
				I	Emigração		
				II	Investimento externo		
				III	Remessas dos emigrantes		
				IV	Conjuntura política do País		
				V	Crise internacional		
				VI	Espaço Económico do país(CEDEAO)		
				VII	Proximidade geográfica a ilha a cidade da Praia		
				VII	Imigração		
				VIII	Parceria Especial entre Cabo Verde e União Europeia		
				IX	Globalização		
				X	Outros		
4. Ator/ Agentes	4.1. Ação	Competências Objetivos Reconhecimento Influência dos atores	4.1.1 Qual é o contributo da sua área de trabalho ou formação para o desenvolvimento do Maio? R:				
			4.1.2 Como responsável pela sua área Como é que refere o seu papel no desenvolvimento do Maio R:				
			4.1.3 Acha que a sua forma de atuar (como agente) influência os outros atores do desenvolvimento do Maio? R:				
			4.1.4 Na qualidade de agente o que pretende fazer para o desenvolvimento da ilha do Maio? R:				
	4.2 Visão	Visão idealista Visão realista	4.2.1 Como gostaria de ver a ilha do Maio daqui a 11 anos? R:				
			4.2.2 Como é que acha que vai estar a ilha do Maio daqui a 11 anos? R:				

Respostas dos entrevistados

Entrevista nº 1

Nome	Adalberto Teixeira Varela
Naturalidade/Local de nascimento	Santa Catarina (ilha de Santiago), Cabo Verde
Profissão atual	Professor do ensino secundário
Outras profissões/função/cargo	Delegado do Ministério de Educação e Desporto na ilha do Maio
Atual local do trabalho	Delegação do Ministério da Educação e Desporto do Maio
Anos de ligação à ilha do Maio	Esteve na ilha em 1993/1996 e voltou em 2009 como Delegado

1.1.1. Creio que, de uma forma geral, primeiro é preciso uma planificação de acordo com os recursos disponíveis, humanos e materiais e depois ver os potenciais parceiros, nacionais e internacionais para implementar os projetos. Também, temos de ter pessoas capazes para desempenhar as suas funções.

1.1.2. As duas coisas. Primeiro, aproveitar ao máximo os recursos que temos e apostar na formação e capacitação das pessoas para podermos atingir os nossos objetivos. Temos de aproveitar ao máximo os recursos disponíveis e, onde não há aquilo que pretendemos, podemos apostar na formação e capacitação dos recursos humanos.

1.1.3. Bem-estar, porque a riqueza é um pouco relativo. Às vezes, diz-se que determinado país já atingiu um determinado patamar em termos de riqueza, mas esta riqueza não chega à população. Temos por exemplo muitos países de África que, em termos de potencial, são ricos, mas esta riqueza não chega à população. A riqueza de um país deve beneficiar principalmente a sua população.

1.2.1. Temos, sobretudo, de apostar na formação, porque não temos recursos naturais e a única riqueza de que Cabo Verde dispõe são os seus homens e acho que os governantes têm sabido tirar o proveito disso ao apostarem na formação e capacitação de pessoas. O resto... é preciso elaborar projetos, arranjar parcerias para poder atingir o patamar que pretendemos. Eu creio que estamos a aproveitar muito bem esta estratégia, porque já temos muitas pessoas formadas em diversas áreas que têm dado um grande contributo para o nosso país.

1.2.2. Existe um plano nacional de desenvolvimento que é elaborado pelo governo e cada município tem o seu plano, mas este deve ter em conta o plano nacional. Cada município tem de elaborar um plano próprio, tendo em conta as suas características, porque os municípios não são iguais, cada um tem a sua especificidade. Por isso, deve elaborar-se um plano local, tendo sempre em conta o plano nacional elaborado pelo governo.

1.2.3 Isso tem-se verificado, tendo em conta que não temos recursos, o governo recorre aos investimentos externos, mas é preciso ter em consideração as dívidas. Quando se faz investimentos externos, recorre-se à banca e contrai-se dívidas muito avultadas e isso, futuramente, pode contribuir para a fragilização da nossa economia. É preciso ver as nossas capacidades, o que podemos e o que temos e, depois, pensar seriamente se devemos recorrer a muitos investimentos externos. Eu creio que temos, por exemplo, muitas infraestruturas que foram financiadas pela banca internacional e ajuda externa que, neste momento, nós é que estamos a pagar. É preciso ver esta questão tendo em conta a sustentabilidade da economia cabo-verdiana.

1.2.4. A nível da ilha, creio que as comunidades têm dado a sua contribuição, mas creio que poderia ser muito mais. Porque nós sabemos que esta ilha tem potencialidades só que não estão a ser bem aproveitadas. É preciso que cada um dê o seu contributo, não esperando pelos poderes políticos. O que se tem verificado em algumas ilhas, nomeadamente, na ilha do Maio, é que se espera demais pelos poderes políticos... quer dizer, é a câmara que tem de fazer, é o governo, etc, etc e não há muita iniciativa das comunidades. Por isso, temos de ter em consideração que para desenvolver o município é preciso conjugar esforços do governo, da câmara municipal e da comunidade local. Não deixar apenas os problemas para serem resolvidos pelo governo ou pela câmara. Todos nós temos de dar a nossa contribuição.

1.2.5. Impacto muito forte. Não se pode desenvolver nenhum país sem desenvolver os recursos humanos. Os recursos humanos que executam, que põem em prática tudo aquilo que se planifica. Por isso, é preciso dar muita atenção aos recursos humanos, à sua formação, à sua capacitação e sobretudo à sua valorização. Não se pode pensar no desenvolvimento sem apostar na valorização e capacitação dos recursos humanos.

2.1.1. Todos nós somos responsáveis. O governo, a câmara, as ONGs, a população em geral. Todos têm a responsabilidade de trabalhar em conjunto para o desenvolvimento das nossas comunidades. Aqui não há atribuição de responsabilidades, todos nós somos responsáveis

2.1.2. O Governo tem a sua função específica, que é, de acordo com o plano nacional, disponibilizar os recursos de acordo com as necessidades de cada município. As câmaras municipais, tendo em conta que estão junto da população, devem trabalhar com a população, ver quais são as necessidades reais e depois fazer um plano de acordo com as necessidades constatadas. A nível local, temos as associações comunitárias, os funcionários e as igrejas que têm um papel muito importante no desenvolvimento das nossas comunidades.

2.2.1. Influencia muito. Temos um governo de uma cor política e a câmara que tem uma outra cor política e isso tem influenciado de forma negativa o desenvolvimento da ilha. Há trabalhos que deveriam ser feitos e não foram feitos e cada um atribui responsabilidade ao outro; quando é assim, quem fica prejudicado é o povo. Eu acho que nos devemos esquecer desta questão de partidarização e trabalhar pelo bem comum, que é o desenvolvimento de uma ilha que tem no seu seio pessoas de cores partidárias diferentes, de sensibilidade religiosa diferente etc, etc. A ilha está no bom caminho, mas poderia estar muito mais desenvolvida.

2.2.2. Daquilo que vejo, creio que a relação não é muito saudável por causa de questões políticas. Pessoalmente, tenho sido bastante crítico, defendendo que é preciso esquecer essa questão e trabalhar para o desenvolvimento do país e particularmente da ilha. Creio que esta situação não beneficia o Maio.

2.2.3. Creio que o governo tem distribuído os fundos que são atribuídos aos municípios de forma proporcional e creio que a câmara tem aproveitado bem para trabalhar em alguns projetos. Mas às vezes perdem-se em disputas sobre quem faz isso e quem faz aquilo e depois há coisas que poderiam ser feitas e não são por causa de partidos.

3.1.1. Estive na ilha em 1993/1996 e voltei em 2009, 6 anos depois, na qualidade de delegado, e notei que houve muito trabalho feito, mas sinceramente esperava que tivesse sido feito muito mais. Porque, como se sabe, esta ilha tem muitas potencialidades, por exemplo, em termos de recursos naturais que poderiam ser aproveitados. Por isso, creio que se não fosse esta questão de partidarização o Maio estaria mais desenvolvido.

3.1.2. Fez-se estradas, agora a ilha já tem um anel rodoviário, temos infraestruturas escolares, está a fazer-se uma nova escola secundária. Em termos de formação e capacitação dos recursos humanos, creio que o Maio tem beneficiado disso, nomeadamente na formação de professores; a nível da agricultura, nota-se que se tem feito um trabalho muito positivo, o da formação e capacitação de agricultores na agropecuária, construção de diques, pequenas barragens; a nível municipal, em todas as localidades podem notar-se melhorias em termos de arruamentos e asfaltagens; creio que são investimentos que foram feitos e que também devemos reconhecer.

3.1.3. O acesso de e para a ilha. Temos um porto construído nos anos 90 que neste momento carece de uma adaptação para poder receber os navios, como por exemplo, o *Kriola* etc. Temos problemas de transporte marítimo, os barcos são muito irregulares. Em termos de transportes aéreos, creio que a TACV tem respondido de modo pontual, mas acho que há necessidade de concorrência por causa dos preços praticados pela TACV. Creio que se se resolver o problema dos transportes, o Maio poderá dar um grande avanço em termos de desenvolvimento, à semelhança da ilha da Boa Vista, que, neste campo, está

muito mais desenvolvida. Comparando, há 10 anos, se calhar, o Maio estava mais desenvolvido. Porém, neste momento, deixou de o estar, visto se ter investido fortemente na questão dos transportes na ilha Boa Vista.

3.1.4. Temos os recursos naturais, as praias, o clima, o sentimento de paz que existe na ilha, a gastronomia, a culinária e creio que são tais forças que podem contribuir para o desenvolvimento desta ilha.

3.2.1

		Pontos Fortes	Pontos Fracos
A	Agricultura	x	
B	Investimento externo		x
C	Artesanato	x	
D	Saúde	x	
E	Turismo e outros setores de prestação de serviços		x
F	Pesca	x	
G	Infraestruturas (transportes, infraestrutura pública e turística)		x
H	Instituições financeiras (ex: Micro-crédito)		x
I	Emprego		x
J	Remessas dos emigrantes	x	
K	Investimento interno		x
L	Educação e Formação Profissional	x	
M	Indústria (ex: fábrica de cimento e transformação de queijos, peixe, carvão)		x
N	Cultura (festividades de 8 de setembro)	x	
O	Pecuária	x	
P	Promoção Social	x	
K	Construção civil	x	
R	Comércio		x
S	Exportação		x
T	Saneamento Básico	x	
U	TIC		x
V	Água	x	
X	Energia	x	
Z	Outros -		

3.2.2

		Ameaças	Oportunidades	Comentários
I	Emigração	x		
II	Investimento externo		x	
III	Remessas dos imigrantes		x	
IV	Conjuntura política do país	x		
V	Crise internacional	x		

VI	Espaço Económico do país (CEDEAO)		x	
VII	Proximidade geográfica da cidade da Praia		x	
VII	Imigração	x		Pode ser uma ameaça e/ou oportunidade
VIII	Parceria Especial entre Cabo Verde e União Europeia		x	
IX	Globalização		x	
X	Outros			

4.1.1. Eu creio que o desenvolvimento de qualquer país tem de passar necessariamente pela educação, sem educação, sem formação, não pode haver desenvolvimento. É desta forma que creio que a educação tem dado um contributo muito importante para o desenvolvimento da ilha do Maio, tendo em conta que já formámos várias gerações. Creio que sem educação não pode haver desenvolvimento. A educação é a chave do desenvolvimento.

4.1.2. Sou suspeito, mas acho que tenho correspondido às tarefas que me foram incumbidas pela ministra de educação de acordo com o plano que elaborámos. Temos uma equipa que executa os planos e de acordo com os resultados que temos até este momento, creio que estamos a corresponder às expectativas.

4.1.3. Sim, porque a educação é transversal, tem de estar interligada a todos os setores. Por isso, trabalhamos em parceria com todos os serviços, nomeadamente, a delegação do ministério de desenvolvimento rural, a câmara municipal, o centro de juventude, as associações comunitárias, pais e encarregados de educação, o centro de formação profissional. Estamos sempre presentes em todos os setores porque a educação é universal e transversal.

4.1.4. Desde que estou cá na qualidade de delegado do MED, a minha preocupação é contribuir para o desenvolvimento da ilha, apostando na formação e na educação das crianças, jovens e adolescentes. Anualmente elaboramos um programa que socializamos com vários setores. Trabalhamos em parceria com todos os serviços aqui na ilha e creio que isto tem dado resultado. Aumentamos a taxa de aproveitamento quer a nível do ensino básico quer a nível do ensino secundário, reduzimos a taxa de gravidez na escola secundária, reduzimos a taxa de abandono escolar, estamos a apostar nas pequenas formações em parceria com o centro de formação profissional e também com a delegação do ministério do desenvolvimento rural, de maneira que estamos abertos para dialogar com todos os parceiros para o bem da nossa ilha.

4.2.1. Com muita infraestrutura, muito turismo e hotéis, com muito trabalho, mas que, sobretudo, continue com essa tranquilidade. Está a falar-se do desenvolvimento do turismo, mas é preciso que este clima de paz que ainda existe na ilha continue.

4.2.2. Sou otimista, creio que daqui a 11 anos o Maio vai estar muito diferente para positivo, mas isso depende fortemente, sobretudo, dos atores políticos. É preciso pensar seriamente em melhorar a questão dos transportes, ver o que se pode fazer com o atual porto, ver a questão do aeroporto e também investimentos externos porque creio que sem isso não podemos falar de desenvolvimento. A minha sensação é que daqui a 11 anos o Maio vai estar muito bem desenvolvido.

Entrevista nº 2

Nome	Ana Pons
Naturalidade/Local de nascimento	Castellon, Espanha
Profissão	Arquiteta
Outras profissões/função/cargo	Coordenadora de Habitáfrica, Cabo Verde¹²⁰
Atual local do trabalho	Maio (Habitatáfrica) /Praia
Anos de ligação à ilha do Maio	Conhece e trabalha na ilha há 3 anos

1.1.1. Em primeiro lugar, acho que se deve desenvolver a área dos transportes e, talvez por ser a área onde trabalho, acho a identificação do próprio património também importante.

1.1.2. Ambos. Mas antes a capacitação.

1.1.3. Acho que não é só uma questão económica.

1.2.1. Na minha opinião, é preciso mais liberdade do governo nas tomadas de decisão. Acho que devido à globalização, à cooperação e aos interesses dos países desenvolvidos, ou economicamente mais fortes, a decisão do governo fica um pouco condicionada.

1.2.2. Acho que deve haver um plano nacional, mas depois tem de existir um outro especificamente para cada ilha, porque no fundo cada ilha possui as suas características.

1.2.3. Se fosse possível, não.

1.2.4. 100%. O máximo de importância.

1.2.5. O aumento de pessoas formadas tem contribuído notavelmente para o desenvolvimento de Cabo Verde.

2.1.1. A câmara municipal, o governo, as associações, a população e as ONGs

2.1.2 Todos são importantes para o desenvolvimento atual da ilha. Talvez fosse interessante maior presença do governo central na ilha. Acho que câmara municipal está a fazer um bom trabalho, está muito presente, apesar das limitações, é muito dinâmica e ativa. As associações e a população deveriam participar mais e pedir menos, porque muitas vezes

¹²⁰ Logo após a entrevista deixou de exercer esta função

ficam à espera. As ONGs só são atores do desenvolvimento junto das comunidades, se trabalharem em parcerias.

2.2.1. Acho que sim. O facto de existirem partidos diferentes na câmara e no governo coloca alguns entraves ao desenvolvimento da ilha. Estes entraves são colocados por ambas as partes.

2.2.2. Pior do que devia. Acho que deveria haver mais diálogo. Antes estava só na ilha do Maio, mas agora trabalho com outras câmaras do PAICV, partido do governo, e vejo que a relação é outra. Muito mais colaborativa e há mais presença do governo no município; acho que isto é muito positivo para o desenvolvimento.

2.2.3 Acho que a descentralização num país constituído por ilhas é fundamental. Não pode depender tudo da Praia ou do Mindelo, ainda por cima, com o sistema de transportes que temos. Por isso, acho que os transportes seriam o primeiro tema a trabalhar num processo de descentralização.

3.1.1. Lento. Mas acho que está indo. O turismo poderá acelerar o desenvolvimento, mas o turismo também é muito agressivo e poderá trazer consequências nefastas. Por exemplo, o turismo joga com duas economias paralelamente. Os investidores estrangeiros normalmente têm mais dinheiro do que os nacionais e por isso, são mais competitivos.

3.1.2. Melhoria no âmbito de saneamento (construção de casas de banho em muitas localidades), estradas e calçamento de ruas.

3.1.3. A falta de meios de transportes, o turismo pouco desenvolvido e os investimentos ligados ao turismo não controlados.

3.1.4. Turismo, ambiente (utilização dos recursos ambientais) e a própria dimensão da ilha ajuda a pôr em funcionamento uma estratégia.

3.2.1

		Pontos Fortes	Pontos Fracos
A	Agricultura	x	
B	Investimento externo		x
C	Artesanato	x	
D	Saúde	x	
E	Turismo e outros setores de prestação de serviços	x	
F	Pesca	x	
G	Infraestruturas (transportes, infraestrutura pública e turística)	x	
H	Instituições financeiras (ex: Micro-crédito)	x	
I	Emprego		
J	Remessas dos imigrantes		
K	Investimento interno	x	
L	Educação e Formação Profissional	x	

M	Indústria (ex: fábrica de cimento e transformação de queijos, peixe, carvão)	x	
N	Cultura (festividades de 8 de setembro)	x	
O	Pecuária	x	
P	Promoção Social		x
K	Construção civil		x
R	Comércio	x	
S	Exportação	x	
T	Saneamento Básico	x	
U	TIC	x	
V	Água	x	
X	Energia	x	
Z	Outros - Transporte	x	

3.2.2

		Ameaças	Oportunidades
I	Emigração	x	
II	Investimento externo		x
III	Remessas dos imigrantes		x
IV	Conjuntura política do país	x	
V	Crise internacional		x
VI	Espaço Económico do país		x
VII	Proximidade geográfica da cidade da Praia		x
VII	Imigração		x
VIII	Parceria Especial entre Cabo Verde e União Europeia		x
IX	Globalização	x	
X	Outros		

4.1.1. O projeto contribuiu na área de saneamento com a criação de infraestruturas e na área do património com a identificação de alguns itens e de alguns conceitos que estavam sendo um pouco esquecidos, por isso, trabalhamos a fim de divulgar e valorizar o património local.

4.1.2. É muito pequeno. Não me acho um agente muito especial. Apenas mais um trabalhador na ilha do Maio.

4.1.3. Acho que sim. Acho que todos os atores que trabalham no desenvolvimento no Maio se influenciam uns aos outros.

4.1.4. No âmbito do projeto, é continuar a criar infraestruturas de saneamento (rede de esgotos na Calheta e casas de banho), sensibilização e procurar parcerias para trabalhar na criação de normativas da lei da proteção do ambiente. Pessoalmente, acho que posso fazer pouco, talvez divulgar o Maio e chamar a atenção para os problemas do Maio. Mas isto, todos nós que gostamos do Maio podemos e devemos fazer.

4.2.1. Não muito diferente, mas melhor. Mais desenvolvida, mas não gostaria de ver alterada a maneira de viver (as vivências), nem a paisagem. Gostaria de ver melhores serviços públicos.

4.2.2. Há que ter em conta a construção de infraestruturas turísticas, como hotéis construídos em zonas de valor ambiental importante, porque poderá alterar a paisagem. Se continuarem a existir diferenças no poder de compra entre os investidores estrangeiros e locais, haverá mais pobreza, se calhar, e pode não ser já daqui a 11 anos, mas haverá.

Entrevista nº 3

Nome	Armandina Vieira
Naturalidade/Local de nascimento	Nossa Sr^a. Da Luz, Maio
Profissão atual	Técnica Comercial da UNICOOP do Maio
Outras profissões/função/cargo	Representante da Plataforma de ONGs na ilha do Maio
Atual local do trabalho	União das Cooperativas de Consumo do Maio – UNICOOP
Anos de ligação à ilha do Maio	Desde sempre

1.1.1. A melhor estratégia para o desenvolvimento de um país é quando se planifica e se programa para que todos os atores políticos, sociais, governamentais e não governamentais, trabalhem em conjunto.

1.1.2. A capacitação das pessoas. Cabo Verde é um país sem recursos. A maximização das riquezas faz-se quando temos recursos naturais, não havendo, temos de capacitar as pessoas para que haja melhor aproveitamento dos recursos existentes.

1.1.3. Bem-estar. Não há desenvolvimento sem o bem-estar populacional. É a classificação de desenvolvimento.

1.2.1 A capacitação e a formação leva a que se valorize o humano e através desse desenvolvimento humano pensa-se mais e valoriza-se mais os recursos naturais que temos. A valorização humana leva-nos ao desenvolvimento, principalmente em Cabo Verde, em que não temos recursos.

1.2.2. Somos insulares, mas o desenvolvimento deve ser em conjunto, porque existe um só governo, apesar de termos governos locais deve pensar-se no desenvolvimento em conjunto. É o que ainda fazemos em Cabo Verde e assim deve continuar. Fala-se, atualmente, muito na regionalização, mas deve pensar-se numa regionalização com o conjunto de ilhas de acordo com o que cada ilha tem.

1.2.3. Tendo poucos recursos, temos de apostar nos investimentos externos para que Cabo Verde se possa desenvolver, sem sombra de dúvidas... Somos dependentes, para qualquer

infraestrutura feita em Cabo Verde temos de recorrer aos investidores estrangeiros, através de empréstimos e donativos que agora vão diminuir com a classificação de Cabo Verde como um país de desenvolvimento médio.

1.2.4. Para que se possa ter um desenvolvimento sustentável, a comunidade deve participar, cada um com a sua opinião. Em Cabo Verde, agora fala-se muito na participação dos atores, para mim deve continuar e a comunidade deve participar no desenvolvimento da sua ilha e do seu país.

1.2.5. Não temos recursos naturais, mas reconhecemos a importância do cabo-verdiano. Antigamente, tínhamos muitos técnicos estrangeiros que vinham a Cabo Verde, mas, com a criação e abertura das universidades investiu-se muito na formação e capacitação dos recursos humanos. Neste momento, estamos a substituir os técnicos estrangeiros pelos nossos próprios técnicos e assim os recursos saem menos do país, ficam concentrados cá. Por exemplo, nas Cooperativas havia projetos coordenados por estrangeiros que ganhavam muito bem; agora, se tivermos qualquer projeto, é claro que vai ser administrado por um quadro nacional e todo o dinheiro desse projeto fica em Cabo Verde.

2.1.1. O governo, a câmara municipal, as associações, a população e, neste momento, temos os investidores estrangeiros.

2.1.2. Os investidores estrangeiros trabalham mais ligados ao turismo, estão a fazer os seus investimentos preparando-se para o auge do turismo. Sendo insulares, temos um governo central em que existe a separação do investimento feito pelo governo e pela câmara. O governo deve assumir a sua contribuição em relação ao que está no seu orçamento e a câmara tem a sua contrapartida como governo local. As associações servem a comunidade porque são elas que conhecem melhor a sua comunidade, e, conhecendo-a melhor, são elas a ditar o que necessitam e o que é preciso para que a comunidade se desenvolva. A população tem a sua voz porque, quando se faz algo que esta não quer, esse projeto não tem sucesso. Porque o beneficiário final será a população.

2.2.1. Claro. Para mim se cada um... Se o governo não assumir a sua quota-parte, não há desenvolvimento. Há que ter colaboração, há que haver ligação, concertação entre o poder local e o poder central para que o desenvolvimento seja sustentável, em que o beneficiário seja a população da ilha.

2.2.2. Não tenho visto grande diálogo entre o governo e a CMM, talvez a política esteja acima dos interesses do Maio. Existem poucos meios de diálogo entre a CMM e o governo e isso é visto pela população. Na minha opinião, não existe boa relação e isto tem de melhorar, se queremos um desenvolvimento sustentável; há que deixar de lado a política e pensar na população do Maio ou no Maio em si.

2.2.3. Para mim, Cabo Verde está no bom caminho para atingir o auge da democracia. Somos, ainda, “novos” em termo de democracia, mas Cabo Verde consegue fazer as suas eleições programadas, não há problema quanto à escolha do candidato, o povo elege o seu candidato, portanto, Cabo Verde vai no bom rumo para atingir a democracia plena. Quanto à descentralização, deve pensar-se na separação do que é do município e do que deve ficar para o governo. Faltam alguns passos para atingir a verdadeira descentralização, mas podemos chegar lá.

3.1.1. O Maio ainda tem alguns constrangimentos e não podemos dizer que não. Se compararmos com alguns anos atrás, a ilha já atingiu algum desenvolvimento, mas ainda existem alguns entraves que temos de ultrapassar para que o Maio caminhe no rumo certo para o desenvolvimento.

3.1.2. Foram criadas algumas infraestruturas que facilitam o desenvolvimento, mas ainda não são suficientes. A ilha carece de infraestruturas, de mais jovens formados; alguns investidores investiram, mas, com a crise, a tendência é estagnar.

3.1.3. O transporte, as infraestruturas portuárias e, também, não se pode falar da escola secundária, neste momento, porque já se iniciou a sua construção. Mas era um dos constrangimentos, porque ainda temos jovens que, quer os pais queiram quer não, quando escolhem a área de CT têm de ir para a Praia e sabemos que as condições financeiras não são iguais para todos. Por isso, continua a ser um constrangimento, porque ainda não é este ano que vamos ter uma escola secundária para abarcar os da área técnica.

3.1.4. Turismo. Penso que se se apostar no turismo, a ilha vai desenvolver-se, só que tem de ser um turismo sustentável, que não leve a ilha a perder os seus bons costumes e que proteja o ambiente. A população tem de ver que o turismo traz algo de positivo, mas também algo de negativo.

3.2.1

		Pontos Fortes	Pontos Fracos	Comentários
A	Agricultura	x		
B	Investimento externo	x		
C	Artesanato		x	
D	Saúde	x		
E	Turismo e outros setores de prestação de serviços	x		
F	Pesca	x		
G	Infraestruturas (transportes, infraestruturas públicas e turísticas)		x	Continua a haver alguns constrangimentos só que para o desenvolvimento da ilha deve ter-se em conta
H	Instituições financeiras (ex: Micro-crédito)	x		

I	Emprego		x	
J	Remessas dos emigrantes	x		
K	Investimento interno		x	
L	Educação e Formação Profissional		x	
M	Indústria (ex: fábrica de cimento e transformação de queijos, peixe, carvão)		x	
N	Cultura (festividades de 8 de setembro)		x	
O	Pecuária			Ainda não posso dizer que é um ponto forte, porque enquanto não tivermos a raça melhorada não podemos considerar a pecuária um ponto forte. Agora a ilha é agro-pecuária, por isso, continua a ser um ponto forte mas há que trabalhar nesse ponto.
P	Promoção Social		x	
K	Construção civil	x		
R	Comércio		x	
S	Exportação		x	
T	Saneamento Básico			Mais ou menos
U	TIC	x		Começaram a expandir -se
V	Água	x		
X	Energia	x		
Z	Outros -			

3.2.2

		Ameaças	Oportunidades
I	Emigração		x
II	Investimento externo		x
III	Remessas dos imigrantes		x
IV	Conjuntura política do País		x
V	Crise internacional	x	
VI	Espaço Económico do país (CEDEAO)		x
VII	Proximidade geográfica da cidade da Praia		x
VII	Imigração	x	
VIII	Parceria Especial entre Cabo Verde e União Europeia		x
IX	Globalização		x
X	Outros		

4.1.1. Como profissional da UNICOOP-Maio, tenho utilizado a minha experiência para contribuir para o desenvolvimento da minha empresa e da minha ilha. Como uma pessoa que gosta de trabalhar na área social, porque a cooperativa em si é uma área social, tenho contribuído também com várias organizações que trabalham para a sociedade civil. Neste momento, temos um projeto de mutualidade para apoio na área de saúde mais ligado ao social porque a população está a sofrer e queremos minimizar esse sofrimento. Também

participo quando há encontros de planificação para discutir o desenvolvimento do Maio e dou sempre a minha contribuição.

4.1.2. A plataforma tem contribuído para melhorar alguns projetos das associações para que sejam *a priori* aceites pelos parceiros e financiadores.

4.1.3. Acho que tenho vindo a ser bem aceite nas áreas onde dou a minha contribuição, porque sou uma pessoa muito simples e não tenho problema em colaborar e ajudar no que posso.

4.1.4. Cada vez mais o voluntariado em Cabo Verde tende a desaparecer, cada vez mais temos menos voluntários para darem a sua contribuição na área social. Estou preocupada com isso, porque em todo o país existe o voluntariado, mas não é valorizado e muitas pessoas estão a deixar de o fazer e com o tempo parece que acaba por desaparecer. Por isso, estou preocupada em promover e valorizar o trabalho dos voluntariados. As instituições devem valorizar os seus trabalhos não em termos monetários, mas incentivando-os, visto alguns atores estão a deixar porque sentem que o voluntariado não evolui e não é valorizado e as pessoas agora pensam mais em coisas materiais. O voluntariado está a ficar para trás.

4.2.1. Daqui a 11 anos queria ver o Maio lá em cima. O turismo não andando em passos lentos como está neste momento, visto este ser a grande aposta da ilha e não está aproveitada. Sendo o turismo a grande aposta, deve andar mais depressa.

4.2.2. Penso que todos os intervenientes devem contribuir para que o Maio se desenvolva, cada um com o seu papel. Com a participação e o envolvimento de todos os atores de desenvolvimento do Maio (governo, câmara, os atores descentralizados, as ONGs,) cada um com o seu papel, a ilha vai atingir o seu desenvolvimento. Mas, se continuarmos isolados, se continuarmos desunidos, não vamos atingir esse desenvolvimento.

Entrevista nº4

Nome	Carlos Dias
Naturalidade /Local de nascimento	S. Vicente, Cabo Verde
Profissão atual	Engenheiro
Outras profissões/atividades/cargo	Delegado do Ministério Desenvolvimento Rural na ilha do Maio
Atual Local do Trabalho	Maio/Delegação do Desenvolvimento Rural
Anos de ligação à ilha do Maio	Trabalha como delegado há 10 anos

1.1.1. Deve desenvolver-se os setores primários (agricultura e pecuária), infraestruturas (bons portos, aeroportos e estradas) que facilitem a circulação de pessoas e bens.

1.1.2. As duas coisas. Porque, se não houver pessoal capacitado, não haverá maximização dos recursos.

1.1.3. O bem-estar reflete a riqueza, visto que raramente as pessoas estão bem se não tiverem os meios (dinheiro) que as ajudam a satisfazer as suas necessidades... Ao menos um salário condigno que lhes permita satisfazer as necessidades básicas.

1.2.1. Primeiramente, capacitar as pessoas em todas as áreas, não só com a formação superior, mas também para haver técnicos profissionais de qualidade, formar pessoas na gestão de pequenos negócios e transformação de produtos e, aqui, podem entrar pessoas com uma escolaridade mais baixa. Por exemplo, a agricultura está a desenvolver-se em Cabo Verde e por vezes existe inundação de produtos no mercado, acabando por se estragar, visto não existir indústria de transformação dos excedentes. Em termos de circulação de produtos, temos muita deficiência e falta de meios de transporte adaptados ao transporte de produtos. Por isso, é necessário desenvolver os meios de transporte marítimos e aéreos.

1.2.2. Desde 1980 todas as ilhas têm o seu plano. Por exemplo, na agricultura todas as necessidades da ilha do Maio são elencadas pelos técnicos e agricultores da ilha. Todo o trabalho que está a ser feito, neste momento, diques, furos é na sequência de planos realizados anteriormente. Agora, o que existe é uma certa centralização, porque o ministério é central e, nesta base, há alguns constrangimentos, por exemplo, no *timing* para responder às exigências de algumas ilhas. Mas em termos de planos em si, todas as ilhas têm o seu plano e já se sabe que todas ilhas precisam de um. Sim, cada ilha deveria ter o seu próprio plano.

1.2.3. Acho que é extremamente difícil para Cabo Verde, sendo um arquipélago e sem grandes riquezas no subsolo, conseguir num futuro próximo satisfazer as suas necessidades internas pelos seus próprios meios. Precisamos de investimento e apoio externos para arrancar e só depois podemos ter uma economia funcional.

1.2.4. É de extrema importância, aliás, o desenvolvimento local começa na própria localidade. São as próprias pessoas da comunidade que têm de saber o que querem, têm que ser porta-vozes dos seus problemas, devem fazer e proteger o que já foi feito. Aliás, esta é a filosofia da luta contra a pobreza em Cabo Verde, trabalhar junto das comunidades, mas é a comunidade que elabora os seus projetos de acordo com as suas necessidades. Ainda assim, estamos numa fase de enorme fragilidade em termos de desenvolvimento comunitário, sobretudo na ilha do Maio, apesar das melhorias. As associações devem ser mais ativas, mas também existe uma certa politização dentro da própria comunidade. As comunidades às vezes não acreditam que o que foi feito é de boa-fé, que é feito para o bem

da localidade e para o bem do Maio, e isto é mau e impede o desenvolvimento da própria comunidade. No Maio há uma certa resistência ao poder central.

1.2.5 O desenvolvimento atual de Cabo Verde é graças aos seus recursos humanos. Por exemplo, na área das comunicações, temos uma empresa, a NOSi, que funciona com jovens e todas as pessoas que vêm de fora felicitam Cabo Verde pelo desenvolvimento nesta área porque ninguém pensou que fosse possível, pelo menos para já. Os nossos recursos humanos são o nosso principal recurso, mas ainda está muito por fazer. Por isso, defendo que devemos ter uma política de orientação para áreas de estudos que são precisos.

2.1.1 Poder central (governo) e poder local (CMM)

2.1.2 Os setores primários, por exemplo, a agricultura e as grandes infraestruturas ligadas ao turismo, a educação, a construção de infraestruturas ligadas a este setor e a formação dos professores, a saúde, nomeadamente a construção de infraestruturas e obter médicos capacitados, apoios sociais (responsabilidade dos serviços municipais) e infraestruturas portuárias e aeroportuárias são da responsabilidade do governo. Os serviços centrais devem trabalhar sempre em coabitação com os serviços municipais, de forma a rentabilizar tudo o que é feito na ilha.

2.2.1 Sim. Cabo Verde é um país estável, as eleições (autárquicas, legislativas e presidenciais) não têm influenciado em nada e tudo tem funcionado da melhor forma. É evidente que nem tudo funciona bem, por exemplo, no Maio temos problemas de transporte ligados à deficiência do próprio porto (sem sistema de *roll-on roll-off*) e só agora é que se arrancou com a construção do liceu. Às vezes dá-se uma certa culpabilidade ao governo, mas o governo tem feito bastante e o que falta fazer está na ótica do governo, mas há um certo atraso. É que o governo não pode fazer tudo de uma vez, Cabo Verde tem 10 ilhas.

2.2.2 No Maio tem existido uma certa crispação, o que traz um certo atraso no desenvolvimento. Às vezes, é difícil dizer quem é responsável por essa crispação. Por exemplo, no nosso setor, até agora tudo o que apresentamos tem tido verbas para o Maio. Mas existe alguma crispação nas conversas do presidente da câmara e do próprio primeiro-ministro.

2.2.3 Defendo maior descentralização. Há um certo afunilamento na Praia e isso traz alguns constrangimentos, mesmo para os serviços desconcentrados. Agora isso também implicaria maior controlo, porque todos os recursos existentes são do estado.

3.1.1 Para o desenvolvimento da ilha do Maio, temos que primar pelo desenvolvimento do turismo e, a partir daí, desenvolver a agricultura para dar resposta ao turismo, desenvolver os setores de educação, saúde, água e energia. A agricultura e pecuária têm estado

voltadas para o desenvolvimento do turismo. Temos trabalhado para formar e qualificar as pessoas nestas áreas a fim de melhorar cada vez mais estes setores

3.1.2 A ilha desenvolveu bastante nos últimos 10 anos. Por exemplo, a qualidade da água melhorou bastante, na área da saúde houve melhorias nas infraestruturas, embora ainda não tenhamos médicos especialistas; em termos de educação, houve melhoria na qualidade de professores, mas falta, ainda, um liceu; em termos da agricultura, houve desenvolvimento, houve melhoria de ocupação de espaço, aumentou a quantidade de produtos que saem do Maio, aumentou o número de agricultores, melhorou a própria qualidade de vida dos agricultores e isto vê-se à vista desarmada; quanto a estradas, temos uma estrada com circuito por toda a ilha e também temos eletricidade 24 horas em toda ilha. Tudo isto são pontos de desenvolvimento a que, às vezes, não é dado muito valor, porque queremos um desenvolvimento mais acelerado. Estes progressos só foram possíveis graças ao empenho do poder local e central e à própria educação da população.

3.1.3 Falta de transportes, principalmente marítimo, que permita mais ligação com outras ilhas de Cabo Verde e que permita criar o hábito das pessoas visitarem a ilha. É preciso trabalhar na formação profissional. Ainda temos problemas por falta de pessoas formadas em determinadas áreas.

3.1.4. Turismo e cultura do Maio. Os aspetos culturais precisam de uma outra dinâmica, é preciso muito trabalho.

3.2.1

		Pontos Fortes	Pontos Fracos	Comentários
A	Agricultura	x		
B	Investimento externo		x	Já esteve melhor
C	Artesanato		x	
D	Saúde	x		
E	Turismo e outros setores de prestação de serviços		x	
F	Pesca		x	
G	Infraestruturas (transportes, infraestrutura pública e turísticas)		x	
H	Instituições financeiras (ex: Microcrédito)		x	Há problemas de acessibilidade ao microcrédito, não por falta de instituições, mas por causa da burocracia, por exemplo.
I	Emprego		x	
J	Remessas dos imigrantes			
K	Investimento interno	x		Como por exemplo “Casa Para Todos”
L	Educação e Formação Profissional	x		
M	Indústria (ex: fábrica de cimento e transformação de queijos, peixe, carvão)		x	

N	Cultura (festividades de 8 de setembro)		x	
O	Pecuária		x	
P	Promoção Social	x		Casa para Todos, liceu
K	Construção civil		x	
R	Comércio		x	Podia estar melhor, mas ainda é fraco
S	Exportação		x	Podia estar melhor, falta alguma coisa por fazer
T	Saneamento Básico		x	Embora a ilha seja considerada uma ilha limpa, há alguma desorganização no que respeita ao lixo
U	TIC	x		
V	Água	x		
X	Energia	x		
Z	Outros -			

3.2.2

		Ameaças	Oportunidades
I	Emigração		x
II	Investimento externo		x
III	Remessas dos imigrantes		x
IV	Conjuntura política do País		x
V	Crise internacional	x	
VI	Espaço Económico do país (CEDAO)		x
VII	Proximidade geográfica a ilha a cidade da Praia		x
VII	Imigração		x
VIII	Parceria Especial entre Cabo Verde e União Europeia		x
IX	Globalização		x
X	Outros		x

4.1.1 Acho que consegui fazer muito pelo Maio como delegado e não só, como amigo também. Consegui com outros colegas trazer bons projetos para o Maio. Nem sempre conseguimos o que queríamos e evidentemente não podemos agradar a todos. Apoiamos, socialmente, muitas pessoas não só funcionários da delegação, mas também outras pessoas carenciadas. No dia em que sair daqui saio de cara levantada.

4.1.2 Acho que desempenhei um bom papel no desenvolvimento do Maio.

4.1.3 Tento copiar as coisas boas que outros fazem, mas não sei dizer se influencio outras pessoas. Mas copiar nos outros o que fazem bem é sempre bom.

4.1.4 Acho que ainda temos muito a fazer. Queremos pôr a ilha num patamar mais elevado em termos do desenvolvimento da agropecuária, da agricultura, pôr mais pessoas na agricultura. Gostaria que quando saísse da ilha deixasse pelo menos uma barragem feita, já estamos à procura do financiamento para isso.

4.2.1 Uma ilha infraestruturada em termos turísticos, com praias lindas, com turistas, população com uma boa qualidade de vida, onde as pessoas têm condições para competir com os que chegam de fora, emprego para os jovens, aeroporto e porto funcionais, clínicas privadas.

4.2.2 Acho que vamos ter mais ligação, mais alguns hotéis, mais infraestruturas, mais emprego, mais pessoas com casa própria, graças ao programa “casa para todos”, mais energia, água com melhor qualidade de certeza. Há projetos já feitos que irão contribuir muito para o desenvolvimento do Maio, por exemplo no turismo.

Entrevista nº5

Nome	Domingos Gonçalves
Naturalidade/Local de nascimento	São Lourenço de Órgãos (Santiago), Cabo Verde
Profissão atual	Médico
Outras profissões/atividades/cargo	Delegado do Ministério de Saúde da ilha no Maio
Atual local do Trabalho	Delegacia de Saúde do Maio
Anos de ligação à ilha do Maio	Anos de ligação a ilha do Maio há 3 anos e meio

1.1.1 As estratégias para o desenvolvimento passam pela infraestruturação, formação de técnicos, captação e disponibilização dos recursos materiais.

1.1.2. Acho que em primeiro lugar é a capacitação de pessoas e só depois a maximização de recursos.

1.1.3. Bem-estar.

1.2.1. Aproveitar o máximo dos poucos recursos de que dispomos e tentar aos poucos adquirir novos recursos através do financiamento e da ajuda externa.

1.2.2. Cada ilha deve ter o seu plano, porque cada ilha tem a sua particularidade e recursos diferentes que podem ser aproveitados, assim pode adaptar-se o plano de acordo com os recursos que cada ilha tem. Por exemplo, aplicar o que é o que se faz na Praia na ilha do Maio é complicado, acho que cada ilha deverá explorar e aproveitar os seus recursos.

1.2.3. Completamente independente é difícil, mas temos de aproveitar o máximo do que temos localmente e que a ajuda externa só entre em casos extremamente necessários.

1.2.4. A população deve estar à frente de tudo, porque antes de pensar no desenvolvimento tem que se pensar nos interesses da população. Acho que quem deve dirigir o desenvolvimento é a população.

1.2.5. Acho que os recursos humanos são fundamentais para desenvolvimento de qualquer país. Hoje, por exemplo, no caso do Maio, acredito que, se tivesse mais quadros locais a trabalhar na ilha, esta estaria mais desenvolvida

2.1.1. Responsáveis pelo desenvolvimento somos todos nós. A população tem a sua cota parte. (Nós) Os dirigentes temos o nosso papel também, mas somos apenas um guia.

2.1.2. O envolvimento da população é indispensável para o desenvolvimento.

2.2.1. Não respondeu.

2.2.2. O poder local é mais restrito, toma as decisões locais, mas tem de estar ligado ao poder central, porque o poder local não tem recursos suficientes para abarcar todas as necessidades. Há uma boa relação entre a delegação de saúde e o poder local, existe uma parceria.

2.2.3. Não respondeu.

3.1.1. Acredito no potencial da ilha do Maio para se desenvolver, mas existem alguns problemas que não permitem avançar, por exemplo, o problema de transportes, falta de infraestruturas de grande porte e falta de quadros qualificados na ilha.

3.1.2. Às vezes, tem-se uma certa sensação de melhoria, mas depois volta a ficar como antes. Por exemplo, já tivemos uma época em que o problema do meio de transporte parecia regularizado, havia duas companhias aéreas (TACV e Halcyonair) que faziam voos regulares e barco regularmente. Melhorias mesmo, houve nas estradas, com o anel rodoviário, no calçamento de ruas, infraestruturas na área da saúde.

3.1.3. Meio de transporte é o básico. Se houver melhoria dos meios de transporte esta melhoria facilita o desenvolvimento do turismo e outros investimentos.

3.1.4 Aproveitar a indústria, pedra e cimentos, que dizem que há. Aproveitar a pesca, o turismo, a formação profissional...

3.2.1.

		Pontos Fortes	Pontos Fracos	Comentários
A	Agricultura		x	
B	Investimento externo		x	
C	Artesanato		x	
D	Saúde		x	Moderado. Pode ficar no meio. É um ponto fraco, mas com potencial para melhorar
E	Turismo e outros setores de prestação de serviços		x	
F	Pesca	x		
G	Infraestruturas (transportes, infraestrutura pública e turísticas)		x	
H	Instituições financeiras (ex: Micro-crédito)		x	
I	Emprego		x	

J	Remessas dos emigrantes	x		
K	Investimento interno		x	
L	Educação e Formação Profissional	x		
M	Indústria (ex: fábrica de cimento e transformação de queijos, peixe, carvão)		x	Para já é apenas potencial
N	Cultura (festividades de 8 de setembro)	x		
O	Pecuária	x		
P	Promoção Social	x		
K	Construção civil		x	
R	Comércio		x	
S	Exportação	x		
T	Saneamento Básico	x		
U	TIC		x	
V	Água	x		
X	Energia	x		
Z	Outros -			

3.2.2

		Ameaças	Oportunidades
I	Emigração		x
II	Investimento externo		x
III	Remessas dos imigrantes		x
IV	Conjuntura política do País		x
V	Crise internacional	x	
VI	Espaço Económico do país		x
VII	Proximidade geográfica a cidade da Praia		x
VII	Imigração	x	
VIII	Parceria Especial entre Cabo Verde e União Europeia		x
IX	Globalização	x	
X	Outros		

4.1.1. Como delegado coordeno todas as atividades programadas pelo ministério da saúde.

Sirvo de elo entre a população local e o ministério. Como médico presto cuidados de saúde.

4.1.2 Sinto-me muito satisfeito com o trabalho que tenho feito. Tento ser aberto a outras opiniões, mas tento tomar decisões de uma forma responsável.

4.1.3. Acho que sim.

4.1.4. Acho que na questão da saúde ainda há muito que fazer. Temos de aumentar mais recursos humanos e materiais para melhorar o trabalho nesta área. Diminuir o tempo de atendimento. Criar umas áreas de consulta direcionadas a algumas camadas, especificamente, por exemplo, adolescente e velhos.

4.2.1. Voos regulares, mais turistas, mais infraestruturas, maior número da população, mais construções.

4.2.2. Não muito longe do que está agora, mas depende da forma como e quando sairmos desta crise internacional. Se a crise piorar ou continuar, creio que a ilha não vai estar muito diferente do que está agora. Por outro lado, a educação pode estar melhor, tendo em conta a construção do novo liceu, a esquadra de polícia; na saúde haverá, com certeza, mais técnicos.

Entrevista nº6:

Nome	Edson Alves
Naturalidade/Local de nascimento	Sr^a. Da Luz , Maio
Profissão atual	Gestor da Comissão Regional de Parceiros na ilha do Maio
Outras profissões/função/cargo	Investigador
Atual local do Trabalho	Comissão Regional de Parceiros do Maio
Anos de ligação à ilha do Maio	Desde sempre

1.1.1. Creio que a estratégia ou as estratégias que podem contribuir para o desenvolvimento do país tem que ver com a sua organização interna. O sucesso de um país deve-se à sua organização e às políticas efetuadas consoante aquilo que o país tem de melhor. Neste caso, Cabo Verde, acho que o que tem de melhor são os seus recursos humanos, que estão a ser muito bem trabalhados e constituem um dos pilares para o desenvolvimento do país.

1.1.2. Devemos investir sobretudo na capacitação das pessoas. Assim, quando tivermos recursos e pessoas capazes de tirar o proveito destes recursos, certamente trarão melhor benefício para o país. Neste aspeto, os recursos humanos devem ser priorizados na capacitação e só assim podemos fazer valer os recursos naturais e outro tipo de recursos.

1.1.3. Bem-estar. Quando um país está num bom estado quer dizer que está a desenvolver, o outro componente é devido ao crescimento. O crescimento e o desenvolvimento são dois aspetos diferentes. O desenvolvimento passa, sobretudo, pelo bem-estar da população.

1.2.1. Eu vejo Cabo Verde com um grande potencial a nível dos recursos humanos, devendo-se aproveitar sobretudo essa capacidade de pensar e fazer. Acho que é isso que Cabo Verde tem feito, aproveitar o seu maior potencial. Creio que fazer o cruzamento da capacitação dos recursos humanos com os investimentos implementados ajuda imenso e que é um recurso a levar em conta em Cabo Verde.

1.2.2. Seria complicado. Era bom que cada ilha tivesse a sua autonomia de tirar o máximo proveito dos seus recursos, sobretudo a ilha do Maio sairia em vantagens, visto que tem imensos recursos naturais. Mas não podemos esquecer que Cabo Verde é um arquipélago

e que todas as ilhas fazem parte de Cabo Verde. Portanto, penso que as ilhas não têm pés para andarem sozinhas, porque cada ilha tem a sua particularidade; cada ilha precisa das outras para poderem fazer de Cabo Verde uma só nação.

1.2.3. Acho que agora Cabo Verde tem de investir mais a nível interno. Sem dúvida que agora, com o processo de globalização, o país tem de estar nessa rota também, porque só assim acompanhará o desenvolvimento e o ritmo das outras paragens. Cabo Verde já tem um perfil turístico, um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento do país, por isso, creio que se deve investir a nível interno e aproveitar o turismo como uma riqueza nacional; assim, saberemos ultrapassar as dificuldades quando externamente se estiver a viver uma crise como hoje estarmos a viver

1.2.4. Falo, sobretudo, da comunidade emigrada, a diáspora, que tem contribuído muito para o desenvolvimento de Cabo Verde. O que vejo é que as comunidades, hoje em dia, intervêm pouco a nível político para o desenvolvimento político do país, todavia, não deixam de estar atentas e sempre que é necessário estão preparadas

1.2.5. Cabo Verde é aquilo que é hoje graças aos seus recursos humanos. Tem-se feito muito investimento a nível de formação profissional, de escolarização, a nível dos recursos humanos. A nível dos PALOP's e da África, Cabo Verde tem tido esta diferenciação. O país apostou muito nos recursos humanos e, desses recursos humanos que já estão capacitados, eu diria para inventar outros recursos que hoje temos.

2.1.1. Investidores públicos e privados, os emigrantes, a câmara municipal, o governo e a própria população

2.1.2. Os imigrantes ajudam as famílias com as remessas em todo Cabo Verde e particularmente na ilha do Maio. O governo e a câmara repartem as responsabilidades e os setores como a água, o saneamento, a urbanização e a infraestruturação são repartidos entre esses dois poderes, local e central. O problema que posso referir aqui é a questão de transporte, sobretudo marítimo, que tem tido dificuldades no escoamento dos produtos do Maio para Santiago e vice-versa.

2.2.1. Obviamente. Temos um governo do PAICV e uma câmara do MPD e pelo que tenho constatado não existe amizade entre a câmara e o governo, sofrendo com isso a população. Portanto, creio que as políticas adotadas tanto a nível central como local prejudicam, e de que maneira, a própria ilha e o processo de desenvolvimento quando não há entendimento entre esses poderes. Há que pensar na política de implementação e ver que cada um tem a sua responsabilidade e que o povo não tem nada que ver com a oposição entre o governo central e local. Acho que há falta de entendimento.

2.2.2. Existe um certo vazio e uma falta de entendimento entre esses dois poderes visto serem de cor partidárias diferentes, por um lado, o poder central PAICV e, por outro, o poder

local MPD. Creio que este relacionamento fica aquém das expectativas do município do próprio Cabo Verde.

2.2.3. Cabo Verde está bem classificado a nível do ranking internacional no que respeita à democracia. Quanto à descentralização, acho que se deve pensar e agir rapidamente neste sentido porque há bastante concentração, sobretudo na capital de país, e penso que sendo Cabo Verde um arquipélago não se pode concentrar tudo numa determinada ilha. Neste caso da ilha do Maio, sendo esta a ilha mais próxima da capital, deveria fazer este processo de descentralização para que não se concentre tudo na cidade da Praia levando as pessoas para a cidade da Praia e trazendo consequências à ilha do Maio, à cidade da Praia e também ao Cabo Verde.

3.1.1. Segundo os dados que temos, a ilha do Maio está razoável. Apesar de, hoje em dia, a nível cultural, desportivo, de formação profissional e do mercado pós formação profissional estar bastante fraca. Portanto, entendo que já se fez alguma coisa, mas ainda há muito por fazer.

3.1.2. Fez -se alguma infraestruturização, tratou-se da questão de acesso aos serviços básicos, temos água praticamente por toda ilha, electricidade, comunicação, um anel rodoviário completo por toda a ilha, temos um porto que ajuda em alguma coisa, um novo centro de saúde que agora tem outras valências e melhores condições. Acho que são esses serviços que se refletem no processo do desenvolvimento Para além do que referi, é necessário repensar na questão da urbanização, dos esgotos e do ambiente em si.

3.1.3. Tem que ver com a disputa entre o poder central e poder local. Falta de acessibilidade (transporte) prejudica o desenvolvimento o turismo da ilha do Maio. Sem transporte não podemos desenvolver um turismo sustentável no Maio.

3.1.4. Um potencial fora de comum em Cabo Verde. Podíamos aproveitar com o turismo, tanto de praia como rural, com a agricultura, a pecuária, da pesca, os produtos artesanais, e o carvão. Creio que estas oportunidades devem ser pensadas. Porque, das ilhas de Cabo Verde a que tem maior potencialidade, na minha opinião, é a ilha do Maio. A ilha não tem uma fábrica de queijo e é uma referência de queijo a nível nacional. Não tem um turismo de praia sustentável e é uma das ilhas com as praias mais belas de Cabo Verde. A agricultura tem vindo a desenvolver em grande medida, creio que é uma das áreas mais bem aproveitadas. Quanto ao turismo, podemos fazer uma comparação com a ilha da Boa Vista; tendo em conta os ZDTI's, esta ilha já teve um *boom*. A ilha do Maio está, se calhar, à procura de melhor caminho para um turismo sustentável, limpo, ecológico, sobretudo um turismo de responsabilidade, para não copiar os efeitos da ilha do Sal e da Boa Vista, mas há que pensar no turismo.

3.2.1

		Pontos Fortes	Pontos Fracos	Comentários
A	Agricultura	x		
B	Investimento externo		x	
C	Artesanato	x		Visto ter recursos que podem ser utilizados
D	Saúde		x	Temos um espaço físico, mas ainda falta investimento
E	Turismo e outros setores de prestação de serviços		x	Uma oportunidade, mas ainda não é um ponto forte
F	Pesca	x		
G	Infraestruturas (transportes, infraestrutura pública e turísticas)		x	
H	Instituições financeiras (ex: Micro-crédito)	x		
I	Emprego		x	
J	Remessas dos imigrantes	x		
K	Investimento interno		x	
L	Educação e Formação Profissional			Não sei responder
M	Indústria (ex: fábrica de cimento e transformação de queijos, peixe, carvão)		x	São potenciais
N	Cultura (festividades de 8 de setembro)		x	
O	Pecuária		x	
P	Promoção Social	x		
K	Construção civil		x	
R	Comércio		x	
S	Exportação		x	
T	Saneamento Básico	x		Ponto menos forte
U	TIC		x	
V	Água	x		
X	Energia	x		
Z	Outros - Morabeza	x		

3.2.2

		Ameaças	Oportunidades	Comentários
I	Emigração		x	
II	Investimento externo		x	
III	Remessas dos imigrantes		x	
IV	Conjuntura política do País			Cruzo no meio
V	Crise internacional	x		
VI	Espaço Económico do país (CEDEAO)			Cruzo no meio
VII	Proximidade geográfica a ilha a cidade da Praia		x	
VII	Imigração		x	Imigração e emigração podem constituir tanto uma oportunidade como uma ameaça simultaneamente

VIII	Parceria Especial entre Cabo Verde e União Europeia		x	
IX	Globalização		x	
X	Outros			

4.1.1. O nosso trabalho reflete-se sobretudo na questão da pobreza da ilha do Maio e o nosso propósito é junto das pessoas procurar soluções para erradicar a pobreza no meio rural. Entendemos que essa erradicação de pobreza só tem êxito quando o mundo rural entra nesta rota de desenvolvimento e tem a mesma oportunidade do meio urbano. Intervimos na questão da formação profissional, na questão das atividades geradoras de rendimentos para que as famílias tenham a sua sustentabilidade ao longo do tempo e também para que tenham voz e vez nas decisões da comunidade e do próprio município. Temos por um lado o meio rural e por outro o meio urbano e, conhecendo a ilha do Maio, sabemos que o meio rural tem muita dificuldade. Dentro do programa de luta contra a pobreza que é um parceiro da CRP, trabalhamos no sentido de arranjar financiamento tanto a nível de parceiro de estado, dos privados, da CMM. O nosso grupo alvo, sobretudo, é o das mulheres chefes de família e jovens desempregados. Sendo esta comissão uma comissão sem fins lucrativos, tem um grande peso nas comunidades e na procura de solução dos problemas locais.

4.1.2. A minha área de formação tem sobretudo que ver com aspetos humanos. Sou da área das ciências sociais e tenho vindo a contribuir na questão da comunidade do Maio ter conhecimento da sua própria realidade e também dar seguimento aos trabalhos que têm vindo a ser efectuados na ilha do Maio. Por um lado, estou a trabalhar no campo de investigação para analisar o passado da ilha do Maio numa perspetiva de poder ter um futuro risonho. Como gestor da CRP faço a gestão para o bom uso de todos os financiamentos que chegam à nossa instituição de modo a financiar as associações. Como deputado municipal, posso dar o meu contributo na questão de levar uma outra vertente a nível da cultura, do desporto, da habitação do saneamento básico, ou seja, dar a minha contribuição e participação, a minha ideia e propostas para o melhoramento da ilha do Maio. Creio que se cada um fizer o seu melhor e bem, a ilha ganhará com cada munícipe que quer o bem-estar da ilha.

4.1.3. Creio que sim. Temos essa responsabilidade de poder zelar em primeiro lugar pelo bem estar da ilha do Maio e isto tem uma influência positiva.

4.1.4. Dar o máximo daquilo que tenho e daquilo que aprendi, partilhar com a comunidade o que aprendi e abraçar as causas que são para o bem da ilha do Maio.

4.2.2. Gostaria que todas as pessoas tivessem acesso a tudo que é o necessário e ter, por exemplo, infraestruturas de longo alcance (um aeroporto internacional, um cais *roll-on rol-*

off). Que todos saiam a gritar que estão a viver num paraíso. Quer seja daqui a um ano ou daqui a 11 anos.

4.2.2. Isto depende das medidas adotadas e das políticas implementadas. Não sei fazer esta análise. Daquilo que posso constatar, é que daqui a 11 anos, a ilha do Maio, se calhar, crescerá um pouco. Se se fizer um novo aeroporto internacional e adaptação do cais ou um novo cais, isso irá mudar a ilha completamente. Até lá não sei, mas tenho fé.

Entrevista nº7

Nome	Hermínia Ribeiro
Naturalidade/ Local de nascimento	Setúbal, Portugal
Profissão atual	Coordenadora de Projeto
Atual Local do Trabalho	ONG- Instituto Marquês Valle Flor
Anos de ligação à ilha do Maio	Trabalha nos projetos ligados à ilha do Maio há 10 anos

1.1.1. Não há uma resposta certa. Existem várias estratégias /opções a ter em conta. Uma delas é ter sempre em atenção quais são os recursos naturais e quais as condições que existem para o desenvolvimento do país, quer em termos endógenos quer exógenos e, a partir daí, construir um modelo que tenha em atenção vários parceiros sociais do território, analisar as condições do terreno, os fatores de risco, as potencialidades, as dificuldades, as características das sociedades. Não existe um modelo único nem uma estratégia definida.

1.1.2. Nas duas coisas.

1.1.3. Acho que temos de ver o conceito de desenvolvimento como desenvolvimento sustentável, ou seja, não existe desenvolvimento só da riqueza, se não houver uma melhoria das condições de vida da população. O desenvolvimento tem de ser algo muito integrado e que permita que o bem-estar da população assente não só na riqueza monetária, mas em toda a prevenção do meio onde vive, com a melhoria de tudo o que constitui um ser humano: a parte da cultura, do desenvolvimento humano e de tudo que o rodeia. Não basta conseguir um poder económico maior sem ter garantidas as condições de sustentabilidade dessa riqueza.

1.2.1. Cabo Verde tem uma situação peculiar, ou seja, é bastante dependente dos recursos exógenos no que diz a respeito ao petróleo, utilizado para produzir energias, mas é um país com alguns recursos naturais. Cabo Verde teria sempre de começar pela prevenção do que já tem, por exemplo, melhoria da captação de água e manutenção dos lençóis freáticos, utilização das potencialidades das energias renováveis, seja eólica ou solar (já existem estudos que mostram que o país tem capacidades para produção de energia renovável). Um

dos grandes entraves ao desenvolvimento é a questão energética, porque, para já, tem estado bastante dependente dos combustíveis fósseis que não domina. Depois, tem escassez da água mas, conseguindo o binómio de energia e recursos hídricos, acho que poderia ajudar bastante o desenvolvimento do país, assim como uma exploração mais sustentável do turismo, já que tem grandes potencialidades na área do turismo. Porém, ter aderido ao turismo de massa nem sempre contribui para o desenvolvimento das populações, se formos ver é o que há no Sal e agora na Boa Vista. O Maio ainda não tem isso tão desenvolvido, mas o que se está a fazer já é um bocadinho um atentado, a meu ver, à própria ilha...É preciso pensar num modelo do turismo que permita potenciar os recursos naturais, que permita um verdadeiro envolvimento da população e desenvolvimento local, sem ser uma exploração massiva dos recursos. Contudo, se Cabo Verde conseguisse tirar partido dos recursos eólico e solar poderia melhorar bastante ... A parte do ambiente, enfim...

1.2.2. As duas coisas. Deveria haver um plano geral do desenvolvimento geral (como há, por exemplo, o da luta contra pobreza) e vários planos locais, com cada ilha ou município acabando por ter o seu plano (pelo menos todos deveriam ter). Temos um plano macro com as grandes orientações e um micro, em que cada ilha adapta as suas próprias características, de acordo com os recursos naturais e humanos, as potencialidades económicas que possui. Acho que isso Cabo Verde até tem, na prática poderá não funcionar a 100%, mas existe um plano nacional e os planos locais. Não sei se todos os municípios têm um plano de desenvolvimento local, mas deveriam tê-lo e adaptar o que são as políticas locais às características locais do território.

1.2.3. Por exemplo, a questão do turismo é um investimento externo e os recursos vão para fora porque quem investe é de fora do território e, muitas vezes, os produtos não são produzidos nos locais, vindo tudo do exterior; daí os recursos também saírem. De facto, a economia está dependente do investimento e da ajuda externos, porque as receitas não são muito elevadas, mas deverá cada vez mais tentar criar alguma autonomia e investir na promoção de energias renováveis, o que poderia ajudar a diminuir essa dependência do exterior. Agora é óbvio que num país de desenvolvimento médio é necessário continuar a captar investimentos externos. O que se deveria ter, se calhar, era uma política de maior proteção ou de maior investimento no próprio país, tentando evitar que os capitais saíssem, que ficasse o máximo possível investido no país, (não tenho uma noção clara nesse sentido, mas acredito que já está a ser feito ou pensado algo nesse campo).

1.2.4 É extrema. As comunidades, a população, têm de estar envolvidas em todos os processos do desenvolvimento local, porque, se não houver uma apropriação do que é feito, o desenvolvimento nunca terá resultados duradouros. É importante envolver as populações

desde o processo do levantamento das necessidades, saber quais são as competências que têm, quais as mais-valias com que podem contribuir para o processo de desenvolvimento e que esse próprio processo de desenvolvimento passe por elas, que as envolva na sua concretização, quer seja no planos económicos, na definição de estratégia de urbanismo, na exploração de recursos, seja no que for. Se a população não estiver envolvida e se não for participativa, não há durabilidade no processo do desenvolvimento. Senão, ficam à espera que tudo aconteça e nunca se tornarão autónomas no processo continuado do desenvolvimento.

2.1.1. Em termos locais, existem as associações em cada localidade, a sociedade civil, a autarquia (Câmara Municipal do Maio), alguns atores económicos, mas estes não têm muito impacto por enquanto. Em termos nacionais, temos as delegações do Estado (de saúde, educação, agricultura) CRP- Comissão Regional de Parceria (que há 3, 4 anos o Maio não tinha), a Plataforma das ONGS, OMCV - Organização das Mulheres de Cabo Verde, Cruz Vermelha, Morabi, SDTIBM - Sociedade de Desenvolvimento Turístico das ilhas da Boa Vista e Maio. A nível Internacional, existem as ONGs como o Instituto Marquês de Valle Flôr – IMVF, português, uma organização espanhola e uma francesa), as cooperações oficiais espanhola, portuguesa e italiana, apoio da Embaixada Americana, Apoio da UE, cooperação descentralizada (geminção com as câmaras de Loures, Arraial, São João da Madeira, Vila Nova de Poiares, umas câmaras espanholas, uma câmara alemã) ...Houve em tempos uma cooperação com uma ONG de Genebra. Existem vários atores que por vezes trabalham lá, mas, depois, voltam a sair e voltam a entrar. O Maio é um local interessante porque é possível ver vários atores a trabalhar em conjunto, sobretudo internacionais, uma vez que atuam através da câmara. Espero que com a CRP todos os atores nacionais possam trabalhar em conjunto também.

2.1.2. As associações de desenvolvimento atuam diretamente na base, no apoio, nalgumas atividades com as populações. A câmara do Maio tem trabalhado nas várias comunidades, captando investimentos externos para ilha. As delegações do estado tentam implementar as políticas do governo em várias localidades, tendo em conta as suas características. A CRP- tem o papel de pôr os vários atores a trabalharem em conjunto, principalmente no desenvolvimento rural e no desenvolvimento de projetos ou linhas de orientação. Os vários atores internacionais trabalham por áreas de intervenção, especialmente nas áreas da pesca, desenvolvimento rural, desenvolvimento integrado, captação de água, formação profissional, saúde, saneamento etc. Desenvolvem projetos mais ou menos integrados, dependendo muito do financiamento disponível e das características do próprio ator, mas acabam por entrar nas áreas do desenvolvimento. No fundo, quem está sempre presente são as associações de desenvolvimento local, a autarquia, a sociedade civil e as

delegações do governo; depois, os vários parceiros entram conforme a disponibilidade do financiamento.

2.2.1. Influencia, porque o Maio, mesmo sendo uma ilha situada muito perto do Santiago e da capital, ao mesmo tempo acaba por estar um pouco isolada, principalmente em termos de transporte. Se houvesse uma política de transporte, bem definida, sobre qual deveria ser o apoio dado às ilhas ou uma melhor concretização dessa política, facilitaria o desenvolvimento do Maio. Porque há coisas que escapam à alçada do poder local, visto estarem sob o poder central, e os atores que trabalham na ilha sentem uma série de constrangimentos como a falta de transportes. Por exemplo, temos uma obra a decorrer, quase parada por não haver material de construção, portanto, se houvesse transporte marítimo, desimpediria os constrangimentos sentidos no terreno. Quanto mais linear for a política do poder central com o poder local e as características reais da ilha, mais fácil será o desenvolvimento. Existem algumas questões político-partidárias, mas sobre estas não comento porque me ultrapassam.

2.2.2. Nota-se que existe, por vezes, alguma falta de coordenação, e, na prática, quando estamos a implementar um projeto, no início pode haver alguma confusão de papéis ou dificuldades em saber que atores envolver, mas depois, com várias reuniões e uma apresentação clara do projeto, consegue-se sempre implementar as atividades. Por vezes, nota-se que existe alguma dificuldade de trabalhar em conjunto, mas na prática, normalmente, consegue-se ultrapassar esses problemas. Contudo, nem sempre tem só que ver com o Maio, pois por vezes também se nota isso noutros locais e nós nem sempre trabalhamos com as câmaras. No Maio sim, mas nas outras ilhas trabalhamos com outras ONGs e tenta-se sempre envolver o poder central para que não haja nenhum mal-entendido ou para que não haja interferência na esfera que é do governo.

2.2.3. Tem um bom processo de descentralização. Em termos teóricos, possui uma série de leis e regulamentos, tem isso como prioridade, mas na prática há alguns entraves. Tem toda uma história desde a criação de Cabo Verde, em que havia as administrações e uma definição do papel de cada uma; depois, a partir do 91/92, com o poder local começa a ser mais claro o que são as competências das autarquias, mas por vezes, principalmente por questões das finanças públicas e de financiamento, não é assim tão claro como isso funciona. Por vezes, nota-se alguns entraves no desbloqueamento das verbas e tudo isso põe em causa alguns planos de desenvolvimento local. Agora, com o princípio de transparência e da democracia, Cabo Verde está claramente no bom caminho.

3.1.1. Se calhar é melhor começar por setor...No setor da água tem sido feita uma grande aposta na capacitação e no abastecimento. Neste momento, cerca de 98% da população tem acesso, muito mais que as outras ilhas de Cabo Verde em geral. Começou-se agora a

aposta na qualidade, para tentar melhorar cada vez mais. Tem-se feito uma aposta, também, na parte do saneamento. Em termos da agricultura, com o aumento de água no lençol freático, aumentou a água para agricultura, mas está muito dependente dos recursos externos e a questão dos transportes marítimos limita o desenvolvimento do setor primário em geral. O transporte marítimo limita também o desenvolvimento do turismo porque fica tudo dependente só do avião, mas este é caríssimo e não permite um desenvolvimento de um turismo local e para locais. Na área de saúde, tem boas infraestruturas, estão a fazer mais investimentos para que haja mais serviços para a população e mais cuidados especializados. Na área da formação, tem recursos físicos, mas falta por vezes maior investimento para que haja mais saída para jovens e mais emprego. Mas, por vezes, nota-se que as dificuldades do desenvolvimento partem das pessoas, a população fica à espera de que algo aconteça, não é proativa, fica à espera de que “algo caia do céu”, quando, muitas vezes, se as pessoas fossem um bocadinho mais dinâmicas e proativas, poderiam resolver muitos dos seus problemas. Por exemplo a questão do artesanato, que é essencial para o desenvolvimento do turismo, porque um turista, quando vai à ilha, procura algo da ilha para levar. Foram feitas uma série de iniciativas e houve apoio de investimento nesta área, mas não avança, apesar das diferentes metodologias que se tentaram introduzir e das tentativas para implementar novas linhas de produtos. Por exemplo, na questão da cerâmica e tecelagem, tem sido muito difícil fazer com que as mulheres (neste caso são todas mulheres) avancem com actividades. O Maio tem condições para se desenvolver, apesar de ser uma ilha que precisa de apoio externo principalmente na questão do transporte e do abastecimento de uma série de produtos, mas também passa por criar alguma dinâmica na própria população. Talvez, não sei se por vezes, a remessa dos imigrantes não tenha um efeito negativo no desenvolvimento. Nota-se que a população precisa de ser mais proativa. A câmara é um bom parceiro, mas a população, sempre que as câmaras participam, fica à espera que seja a câmara a fazer tudo (mas isto não é só no Maio), o que acaba por ser perverso e não cria grande autonomia face aos fatores externos. Nos vários projetos que temos tido nota-se uma apatia ou uma não continuação do trabalho por parte da população.

3.1.2. Só vou aí há 10 anos. Mas nota-se que apesar de tudo existe maior participação da sociedade civil, da população e das associações. Começa a haver alguma melhoria na tentativa de estarem mais organizados e participarem, mas ainda há muito a fazer. Existem melhorias no abastecimento de água, na dessalinização e na quantidade e qualidade de água para o consumo humano. Tem-se verificado uma melhoria no lençol freático para haver água nos poços para agricultura. Existe mais comércio (mais lugar para comer e ficar, há 10 anos, só existia 1). De há 10 anos para cá existe um Centro de Formação Profissional onde os jovens podem fazer um curso ou melhorar as suas qualificações para poderem arranjar um emprego. Na área da saúde há um centro de saúde novo, que permite melhores

cuidados médicos. Há uma rádio comunitária, coisa que não existia há 5, 6 anos. Existe um corpo de bombeiros. Existem trabalhos feitos na área de formação profissional. Há maiores oportunidades. Não posso dizer que tenha havido retrocessos, muito pelo contrário, houve muitas melhorias, se bem que nós que trabalhamos lá queiramos sempre mais. O facto de haver mais água disponível para toda a gente é algo que não se pode negar, tem grande impacto no dia a dia da população. Estes progressos têm que ver com as apostas feitas e a definição do que seriam as estratégias para o desenvolvimento local. Acho que houve sempre uma tentativa de pôr os atores a trabalharem em conjunto e, como desde 99, existe um plano municipal de luta contra a pobreza e com uma definição clara de estratégias, foi possível fazer com que vários apoios fluíssem em áreas já pré-definidas, por exemplo, água e saneamento. Sabia-se o que se queria.

3.1.3. Grande dependência dos recursos externos. Está muito dependente do barco que nunca aparece. Dificuldade de reter na ilha recursos humanos qualificados porque poucos quadros voltam para a ilha ou então muitos saem quando têm mais qualificações, se bem que esteja bastante melhor, visto hoje em dia existirem mais licenciados a trabalhar na ilha. Mas por exemplo, o topógrafo não vive na ilha, os médicos especialistas não estão permanente, existem apenas 2 médicos de clínica geral. Abastecimento marítimo. A própria agricultura, ainda falta muito investimento nessa área, é muito frágil e dependente das condições climáticas, da chuva, se bem que já existam algumas reservas. Mesmo na pesca é necessário muito investimento e é preciso a intervenção do poder central e do exterior.

3.1.4. O facto de ainda haver muita coisa por fazer acaba pode ser uma das oportunidades do desenvolvimento. A questão do turismo, o facto de ser ainda muito incipiente, ainda permite tempo de pensar no modelo correto de desenvolvimento, mais próximo da população. Para já, só construíram um grande empreendimento, que é um atentado a tudo, até visual, construído entre a salina e a praia. Contudo, ainda vão a tempo de ter um modelo de desenvolvimento mais próximo da população, mais cuidado e não maciço, visto ser uma ilha pequena com poucos recursos. O turismo é uma oportunidade, mas a questão do turismo tem de ser bem pensada.

3.2.1

		Pontos Fortes	Pontos Fracos	Comentários
A	Agricultura		x	Acaba por ser uma potencialidade de negócios
B	Investimento externo		x	
C	Artesanato		x	
D	Saúde		x	Acaba por ser uma potencialidade de negócios
E	Turismo e outros setores de	x		Mas ainda não está desenvolvida

	prestação de serviço			
F	Pesca	x		
G	Infraestruturas (transportes, infraestrutura pública e turísticas)		x	
H	Instituições financeiras (ex: Micro-crédito)	x		É uma coisa muito interessante porque todos trabalhamos como os mesmos credores, mas precisa ser melhorado
I	Emprego		x	
J	Remessas dos imigrantes			
K	Investimento interno			
L	Educação	x		Porque tem o centro profissional, mas falta o 12º ano, embora exista o centro profissional
M	Indústria (ex: fábrica de cimento e transformação de queijos, peixe, carvão)		x	É ponto forte porque tem muita potencialidade, mas não está desenvolvida ... não há investimento
N	Cultura (festividades de 8 de setembro)	x		Mas também não está desenvolvida
O	Pecuária	x		
P	Promoção Social	x		
K	Construção civil		x	
R	Comércio		x	
S	Exportação		x	
T	Saneamento Básico	x		
U	Telecomunicação		x	
V	Água	x		
X	Energia			
Z	Outros -			

Todos os pontos fortes têm de ser vistos como algo a melhorar, e os pontos fracos constituem uma oportunidade.

3.2.2

		Ameaças	Oportunidades	Comentários
I	Emigração	x		Porque leva os recursos mais qualificados, mas depois permite entrada das remessas
II	Investimento externo		x	Depende da forma como é feita porque por (exemplo, o empreendimento entre a salina e a praia poderia ser uma oportunidade mas foi muito mal feito, a meu ver.
III	Remessas dos imigrantes		x	
IV	Conjuntura política do País		x	
V	Crise internacional	x		
VI	Espaço Económico		x	

	do país (CEDEAO)			
VII	Proximidade geográfica a ilha a cidade da Praia		x	
VII	Imigração ⁽			Falta de transportes marítimos e a desorganização dos transportes aéreos.
VIII	Parceria Especial entre Cabo Verde e União Europeia*			
IX	Globalização*			
X	Outros			

4.1.1 O Instituto Marquês de Valle Flôr tem contribuído em várias áreas, mas estamos sempre dependentes do financiador externo, ou seja, a verba que entra não é do instituto, o instituto executa o projeto. Temos conseguido trabalhar sempre em conjunto com vários atores presentes na ilha do Maio. A intervenção na ilha é feita sempre após o pedido ou da população ou da câmara, sendo esta um ator privilegiado, mas também das delegações do estado (agricultura, saúde e educação como foi no caso do liceu). Os projetos vão ao encontro das necessidades reais do terreno e ao encontro do plano do desenvolvimento. Trabalhamos em várias áreas sempre tentando trabalhar de forma integrada. Temos apostado na melhoria na produção e na qualidade do abastecimento da água, no saneamento, na saúde, e educação, nas pescas, na agricultura, pecuária, queijaria, cultura, no apoio ao associativismo, ao microcrédito, no reforço das competências. Só que somos dependentes dos financiamentos disponíveis, por isso, tentamos arranjar sempre novos parceiros e nunca trabalhar sozinhos de forma a fomentar o desenvolvimento integrado.

4.1.2. Tento coordenar e procurar novos parceiros, fazendo assim uma integração de sinergias.

4.1.3. Acho que sim, pelo facto de continuar na ilha e conhecer os outros atores dá mais segurança. Tentamos envolver sempre recursos naturais e ser facilitadores em vez de executadores e isso influencia também.

4.1.4. Conhecer cada vez mais a realidade da ilha do Maio e procurar ações complementares que melhorem o desenvolvimento do Maio.

4.2.1 Com ligações regulares, a ilha de Santiago (todos os dias), as ligações aéreas mais organizadas. As atividades (artesanato, cerâmica, tecelagem, queijo) bem exploradas. Dinâmica cultural, promoção da ilha aos outros. Turismo, não totalmente de massa. Agricultura mais desenvolvida com maior diversidade, maior proteção do lençol freático. Água e saneamento melhorados. Melhor capacitação dos recursos humanos.

* Não estava introduzido inicialmente.

4.2.2. Acho que vai estar como gostaria de ver. Basta haver vontade dos políticos para implantação das estratégias e população para assegurar a sua sustentabilidade.

Entrevista nº 8

Nome	José Carlos Pina
Naturalidade/ Local de nascimento	Nossa Sr^a. Da Luz, ilha do Maio
Profissão atual	Delegado de Serviços Autónomos de Saneamento
Outras profissões/função/cargo	Vereador da CMM¹²¹
Atual local do trabalho	Serviços Autónomos de Água e Saneamento/ CMM
Anos de ligação à ilha do Maio	Desde sempre

1.1.1. Falo do país, mais concretamente do caso da ilha. De acordo com a situação mundial, temos de redefinir as estratégias do desenvolvimento. Primeiro temos de pensar na situação económica para que possamos encontrar outras formas de agir. Sem ter a situação económica resolvida vamos ficar, talvez, bloqueados na definição das nossas estratégias. É necessário ver outras estratégias para que possamos definir e validar os objetivos.

1.1.2. As duas. Temos de ter recursos humanos capacitados para que possamos maximizar os recursos.

1.1.3. Bem-estar. Até porque, acho que é impossível criar riqueza para todos, mas bem-estar para todos é possível.

1.2.1. Apostar no homem em si, nos recursos humanos. Acho que apostando nos recursos humanos temos um caminho mais largo para o desenvolvimento.

1.2.2. Acho que se deveria ter uma orientação nacional, mas o plano deveria ser de cada ilha, tendo em conta as características e as especificidades próprias de cada uma. Agora sobre uma orientação nacional, sim.

1.2.3. Como somos um país bastante pobre, temos de apostar nos recursos externos, porque só com os recursos internos não conseguiremos chegar ao que pretendemos.

1.2.4. Bastante positivo, tendo em conta que há ideias diferentes. É bastante aproveitável a participação das comunidades e aqui friso também a participação da diáspora.

1.2.5. Cabo Verde tem tido um impacto bastante positivo apostando na única matéria-prima que temos, que são os nossos recursos humanos. Não é por acaso que se tem apostado bastante nessa área para formar e capacitar pessoas, com a vantagem de ter uma população jovem.

2.1.1. O governo central e o governo local.

¹²¹ A entrevista realizou-se na semana em que tinha assumido este cargo.

2.1.2. As grandes infraestruturas são da responsabilidade do governo central; as pequenas infraestruturas e as cooperações são da responsabilidade do governo local.

2.2.1 Esta questão é complicada. Sim. Por exemplo, as grandes infraestruturas que levam ao desenvolvimento da ilha têm tido um encravamento por causa da situação política. A situação política tem travado o desenvolvimento da ilha.

2.2.2. Acho que não é das melhores, penso eu, mas esta é também a sensação de várias outras pessoas. Acho que a relação não é a desejada.

2.2.3. Embora sejamos um país democrático, ainda há muitos problemas na questão da descentralização. Por isso é que atualmente se fala muito no regionalismo, no sentido de descentralizar determinados poderes. Sinto que há necessidade de descentralização do poder para o desenvolvimento das ilhas, não só do Maio. A concentração de poderes afeta o desenvolvimento das ilhas. Penso que a descentralização vai reforçar a democracia.

3.1.1 Penso que, neste momento, houve uma certa paragem causada pela falta de acessibilidade. Não tendo a questão de acessibilidade resolvida, estamos condicionados a certas coisas. Acho que resolvendo esta questão o Maio poderia estar melhor do que está agora.

3.1.2. Tivemos um desenvolvimento considerável nestes 22 anos. O Maio desenvolveu-se a nível de infraestruturas básicas, a nível nacional estamos muito bem classificados em termos da qualificação humana. Embora ainda tenhamos a questão de infraestruturas do cais e do aeroporto, que levaria ao desenvolvimento do Maio, por resolver.

3.1.3. Falta de acessibilidade e transportes. Sem transporte, não temos turismo, não se pode exportar os produtos agrícolas. A questão dos transportes bloqueia-nos bastante.

3.1.4. Aposta no turismo e nas infraestruturas. O turismo está ser uma aposta mas é bastante lenta, porque a própria infraestrutura impede o desenvolvimento do turismo.

3.2.1.

		Pontos Fortes	Pontos Fracos	Comentários
A	Agricultura	x		Tem-se apostado muito nas novas tecnologias
B	Investimento externo	x		
C	Artesanato		x	
D	Saúde		x	Estamos num nível razoável, mas limitados na questão de especialidades. Penso que estamos entre o ponto forte e o fraco.
E	Turismo e outros setores de prestação de serviço	x		
F	Pesca	x		
G	Infraestruturas (transportes, infraestrutura pública e turísticas)		x	

H	Instituições financeiras (ex: Micro-crédito)		x	Há muita burocracia e os juros são muitos altos
I	Emprego		x	
J	Remessas dos emigrantes	x		Não só para o Maio, mas para todo o país.
K	Investimento interno		x	
L	Educação e Formação Profissional	x		
M	Indústria (ex: fábrica de cimento e transformação de queijos, peixe, carvão)		x	Há possibilidade de virmos a ter
N	Cultura (festividades de 8 de setembro)		x	
O	Pecuária		x	Ainda à moda antiga
P	Promoção Social		x	
K	Construção civil		x	
R	Comércio		x	A falta de transportes torna-o um ponto fraco
S	Exportação		x	A falta de transportes torna-o um ponto fraco
T	Saneamento Básico		x	Falta rede de esgotos, nem a do Barreiro está em funcionamento.
U	TIC	x		
V	Água	x		Rede de distribuição em todas as ilhas, 96% a 97% de ligação domiciliária, 3 centrais, só falta mesmo é otimização do sistema, ou seja, aumentar a produção; comparando a nível nacional estamos bem posicionados.
X	Energia	x		Embora não seja o desejável é o nosso ponto forte
Z	Outros -			

3.2.2.

		Ameaças	Oportunidades	Comentários
I	Emigração		x	Pode ser uma ameaça visto que a pessoa pode sair e não encontrar melhores condições de vida tendo em conta a situação atual
II	Investimento externo		x	Tendo em conta que somos uma ilha com vocação turística
III	Remessas dos emigrantes		x	
IV	Conjuntura política do País		x	
V	Crise internacional	x		
VI	Espaço Económico do país (CEDEAO)	x		
VII	Proximidade geográfica a ilha a cidade da Praia		x	
VII	Imigração	x		
VIII	Parceria Especial entre		x	

	Cabo Verde e União Europeia			
IX	Globalização		x	
X	Outros			

4.1.1. Falo mais do meu trabalho, porque na minha área de formação ainda não tenho contribuído, visto ser formado em engenharia química e não temos uma indústria local. Como delegado do SAS, o meu trabalho tem contribuído bastante para o desenvolvimento da ilha. Quando entrei em 2000, tínhamos uma central e quase toda a água era água subterrânea e, com a escassez da chuva, o serviço (o município em si) contribuiu bastante para a melhoria de quantidade e qualidade no abastecimento de água. Grandes investimentos foram feitos, por isso, hoje em dia, temos todas as localidades com água dessalinizada e uma percentagem bastante elevada de ligações domiciliárias, cerca de 96%. Por isso, penso que é contributo bastante relevante para o desenvolvimento da ilha.

4.1.2 Considero que desempenho um papel importante no desenvolvimento da ilha.

4.1.3 Acho que sim.

4.1.4 Na qualidade de responsável do SAS, é melhorar cada vez mais o nosso sistema de produção e abastecimento de água para que possamos ter uma qualidade de vida razoável. Sabendo a importância da água, sabemos que temos uma palavra a dizer sobre o desenvolvimento do Maio.

4.2.1. Bastante desenvolvida. Bastante emprego para jovens, bastante divertimento.

4.2.2. Com infraestruturas necessárias, portos, aeroportos, hotéis, restaurantes, cinemas, enfim. Uma ilha saudável em todos os sentidos, com empregos, sem os males sociais, embora pareça difícil, mas vamos lutar contra isso.

Entrevista nº 9

Nome	Julieta Dono
Naturalidade/ Local de nascimento	Nossa Sr^a da Luz , ilha do Maio, Cabo Verde
Profissão atual	Coordenadora do Gabinete de Desenvolvimento Local (CMM)
Atual local do trabalho	Gabinete de Desenvolvimento Local - Câmara Municipal do Maio
Anos de ligação à ilha do Maio	Desde sempre

1.1.1. As estratégias devem estar direcionadas para a educação, que é fundamental, e para o crescimento económico,

1.1.2. Nas duas coisas.

1.1.3. O bem-estar da população.

1.2.1. Gerir bem os recursos que tem e fomentar o crescimento económico. Se calhar incentivar os privados a investir mais.

1.2.2. Cada ilha deveria ter o seu próprio plano. Acho que cada ilha tem o seu próprio plano só que há áreas em que quem tutela é o governo. Por isso, acho que o governo deveria passar algumas pastas para as câmaras, porque têm tutelas que são da responsabilidade exclusiva do governo.

1.2.3. Os empresários nacionais não têm tanta força como os internacionais. Acho que a porta está aberta para todos só que quem vence é o mais forte. Neste caso, então se o governo quer que os nossos empresários invistam mais, tem de também facilitar a vida aos nossos empresários porque eu acho que os estrangeiros têm a vida mais facilitada no sentido de estarem isentos de algumas taxas, o que os nossos não têm. Os nossos ficam cá a competir com os que vêm e que estão isentos de algumas taxas e, por isso, têm os produtos mais baratos e mais lucros. Eu acho que o governo deveria ajudar e incentivar mais os empresários nacionais, com linhas de crédito porque os daqui não têm tanto dinheiro.

1.2.4. A comunidade tem um papel importante, é o que está aqui e que sabe o que é preciso para se desenvolver. Mas para isso é preciso capacitá-los. Aqui na ilha há muitas ajudas e uma pessoa pega o dinheiro na mão e não sabe o que há de fazer com esse dinheiro.

1.2.5. Recursos humanos capacitados são fundamentais para o desenvolvimento de qualquer país. Agora também não é só tirar um curso e estar a trabalhar, é preciso ter uma formação adequada. Acho que Cabo Verde está no bom caminho. Mesmo que tenha muitas pessoas formadas, que se calhar não estão capacitadas, acho que os que estão na linha da frente desempenham um bom papel. Em relação a recursos humanos, acho que estamos bem servidos.

2.1.1. O maior responsável pelo desenvolvimento da ilha é o governo local que é a câmara. O governo central é também responsável pelo desenvolvimento da ilha.

2.1.2. A câmara incentiva tudo (recursos e agentes) para o processo do desenvolvimento da ilha.

2.2.1 Sim, porque temos muitas áreas que o governo é que tutela, exemplo, as estradas, portos e aeroportos e, se o governo cumprir o seu papel, influencia positivamente, se não cumprir influencia negativamente. Neste caso, está a influenciar negativamente por falta de porto e aeroporto.

2.2.2. Uma boa relação.

2.2.3. Em termos da descentralização, há muita coisa que o governo é que tutela e são coisas mínimas que levam muito tempo a resolver e que, se fosse aqui (Maio), conseguiria

resolver-se rapidamente. Na parte da democracia, acho que a democracia está de boa saúde.

3.1.1. O desenvolvimento económico é fraco mas o desenvolvimento social está num bom nível.

3.1.2. A construção do porto, um cais, é o desenvolvimento com o maior impacto nos últimos 22 anos.

3.1.3. Acessibilidade, falta de meios de transporte para ilha, porque nenhum investidor vem investir cá, se não pode ter barco para lhe trazer os materiais, quer de construção quer alimentícios.

3.1.4. Acho que se deve investir no turismo, mas num turismo que beneficie a população da ilha do Maio. Um turismo mais local em que a população seja o ator principal desse desenvolvimento.

3.2.1

		Pontos Fortes	Pontos Fracos	Comentários
A	Agricultura	x		
B	Investimento externo		x	
C	Artesanato		x	
D	Saúde		x	
E	Turismo e outros setores de prestação de serviço		x	
F	Pesca	x		
G	Infraestruturas (transportes, infraestrutura pública e turísticas)		x	
H	Instituições financeiras (ex: Micro-crédito)	x		
I	Emprego		x	
J	Remessas dos emigrantes	x		
K	Investimento interno		x	
L	Educação e Formação Profissional		x	
M	Indústria (ex: fábrica de cimento e transformação de queijos, peixe, carvão)	x		A fábrica, se existisse, seria um ponto forte, mas como não existe, é um ponto fraco. Não existindo, não vou estar a classificar ...
N	Cultura (festividades de 8 de setembro)	x		
O	Pecuária			
P	Promoção Social	x		
K	Construção civil		x	
R	Comércio		x	
S	Exportação		x	

T	Saneamento Básico	x		
U	TIC	x		
V	Água	x		
X	Energia	x		
Z	Outros -			

3.2.2

		Ameaças	Oportunidades
I	Emigração		x
II	Investimento externo		x
III	Remessas dos imigrantes		x
IV	Conjuntura política do País		x
V	Crise internacional	x	
VI	Espaço Económico do país		x
VII	Proximidade geográfica cidade da Praia		x
VII	Imigração		x
VIII	Parceria Especial entre Cabo Verde e União Europeia		x
IX	Globalização		x
X	Outros		

4.1.1. Trabalho no GDL. O gabinete foi criado para acompanhar os projetos de desenvolvimento social e económico de toda a ilha. Trabalho com as associações para conhecer a realidade de cada comunidade e tentar desenvolvê-las de acordo com a visão de quem mora lá mesmo. Nós não queremos o desenvolvimento daqui do gabinete para eles, sem saber as dificuldades que vivem a cada dia. Por isso, estou sempre em contacto com os líderes das associações para saber quais são as dificuldades de todas as comunidades e, a partir daí, elaborar os projetos de acordo com cada comunidade. Eles têm as ideias e nós elaboramos os projetos. Os projetos vão em conformidade com o que a comunidade precisa.

4.1.2. Quero que as pessoas nas suas comunidades se sintam bem, por isso, tento conversar e saber o que lhes falta, estar disponível, sempre por perto e ser uma linha condutora, uma ponte, entre a câmara e as comunidades locais, em vários setores, como a pesca, o artesanato...

4.1.3. Não sei dizer. Acho que quem trabalha influencia, com o exemplo, quanto mais eu fizer, mais alguém vai ter vontade de fazer também. Concretamente, não sei, mas tento dar o meu máximo e ser um exemplo. Tento fazer parte de tudo que é para o bem da ilha.

4.1.4. Continuar a trabalhar e desenvolver os projetos que já estão em curso e ver o que ainda falta para fazer, as necessidades de cada comunidade, de cada associação com a finalidade de melhorar. Acho que o principal é continuar e melhorar sempre.

4.1.5. Gostaria de ver uma ilha desenvolvida, mas com um desenvolvimento equilibrado, com indústria, como a da fábrica de cimento, com um turismo sustentável onde o principal ator seja a própria comunidade maiense, uma ilha segura e limpa com muitos espaços verdes.

4.1.6 Vai estar mais desenvolvido do está agora, mas não vejo grande desenvolvimento se o governo não investir seriamente em termos da acessibilidade da ilha, com novo porto e um aeroporto internacional. Se não tiver estas duas coisas, não vai estar como estou a prever.

Entrevista nº 10

Nome	Manuel Lopes Mendonça
Naturalidade/ Local de nascimento	Nossa Sr^a. Da Graça, cidade da Praia, Santiago
Profissão atual	Funcionário Público
Outras profissões/função/cargo	Presidente da Caixa Poupança Mutua Maiense/ Presidente da Associação dos Agricultores e Criadores de Gado da Figueira-Horta¹²²
Atual Local do trabalho	Ministério de Educação
Anos de ligação à ilha do Maio	Reside na ilha desde de 1975

1.1.1. A aposta na agricultura, na pesca, no comércio, na indústria e no turismo porque são eixos fundamentais para o desenvolvimento de um país, sobretudo, no caso do nosso país.

1.1.2. As duas coisas. A maximização dos recursos é fundamental como também a capacitação das pessoas. Porque se tivermos recursos e não tivermos recursos humanos capacitados, de nada valem esses recursos. Ambos constituem eixos fundamentais para o desenvolvimento.

1.1.3. Bem-estar. Tem de se começar pelo bem-estar e só depois virá a riqueza.

1.2.1. Devemos apostar e valorizar os recursos que temos. Podemos aproveitar a nossa localização geográfica no mundo, explorar o nosso mar, rico em recursos, mas também fomentar o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. No caso da ilha do Maio, hoje em dia, defende-se que o desenvolvimento de Cabo Verde deve assentar no turismo, mas penso que o turismo só pode contribuir para o desenvolvimento do país se estiver aliado aos

¹²² Esta associação está praticamente inativa, embora responda às necessidades pontuais dos sócios inscritos.

recursos que temos. Por isso, a agricultura e a pesca e outros recursos que ainda estão por explorar (porque a ilha tem muitos recursos, apesar de parecer o contrário) e que associados ao turismo contribuirão muito para o desenvolvimento da ilha e do país. Para mim, a pesca e a agricultura estão em primeiro plano e só depois o turismo, para se desenvolver, o turismo há necessidade de desenvolver a pesca e agricultura.

1.2.2. Deveria haver um plano geral mas respeitando o plano específico de cada ilha, porque cada ilha tem os seus recursos e a sua forma de vida. Deve haver um plano “mãe” assente num plano específico de cada ilha, porque, para mim, o desenvolvimento deve levar em conta os recursos que a ilha possui. Tirar os recursos de uma ilha e levar para outra, para mim, não é a melhor opção. Há ilhas que, se forem bem exploradas, têm condições para se desenvolver por si próprias. A ilha do Maio, por exemplo, possui um mar cheio de peixes e crustáceos, no subsolo temos, por exemplo, cimento que ainda não foi explorado. Creio que se deve pensar especificamente e não globalmente, porque apanhar, por exemplo, um problema de S. Vicente para vir trabalhar no Maio e vice-versa pode não ter êxito. Por isso, deve trabalhar-se os recursos humanos e materiais de cada ilha e valorizar a ilha de forma a torná-la autossuficiente. O desenvolvimento de Cabo Verde está assentado em três pólos, Praia, S.Vicente e Sal e muitas vezes não são levadas em conta as outras ilhas.

1.2.3. Penso que devemos apostar nos recursos que temos, pois devido à dependência dos recursos externos, podemos vir a não explorar bem o que temos. Devemos capacitar e valorizar os nossos recursos humanos, criar condições para que as pessoas valorizem os seus próprios recursos e tentem criar a sua própria empresa e o seu próprio emprego. É certo que ainda temos falta de recursos humanos qualificados, mas, hoje em dia, já temos muitos quadros, é só acreditar que somos capazes. A dependência do externo é mau, porque se um dia o externo falhar, por exemplo, agora com essa crise internacional, o país fica muito prejudicado. Penso que devemos apostar e valorizar cada vez mais os nossos próprios recursos, mas é claro que por enquanto ainda vamos precisar de apoios externos.

1.2.4. Penso que a participação das pessoas no desenvolvimento é fundamental. A população deveria ser um parceiro para qualquer projeto a implementar numa comunidade, porque só assim esse projeto resulta, é valorizado e as pessoas têm de se envolver social e voluntariamente. Mas o problema da nossa comunidade é que as pessoas estão muito viciadas em esperar que tudo lhes seja dado já feito. Há muita falta de iniciativa por parte da população, por exemplo, já se deu muita formação profissional no centro profissional e as pessoas poderiam criar o seu próprio emprego, mas as pessoas não tirem o proveito disso.

1.2.5. Em 1975, tínhamos cerca de 75% de analfabetos em Cabo Verde, hoje esta taxa ronda 12% a 13% e até 2015 queremos chegar a 7% a 8%. Isto significa que Cabo Verde

deu um grande passo neste sentido. Na minha opinião, Cabo Verde está bem servido no que diz respeito aos recursos humanos qualificados, mas ainda não é suficiente. Agora é necessário criar um mercado de trabalho e também devemos apostar mais na qualidade, porque temos muita gente formada, mas existem carências em termos de qualidade.

2.1.1. A câmara municipal, os serviços desconcentrados do governo, por exemplo as delegações de saúde, educação e agricultura, as ONGs nacionais e internacionais e a sociedade civil.

2.1.2. Todas elas têm um papel importante no desenvolvimento do Maio.

2.2.1. Penso que sim. Penso que entre o poder central e poder local deveria haver uma melhor relação visto todos terem um papel importante no desenvolvimento do Maio, mas muitas vezes a população é prejudicada. Porque nem sempre a estrutura do poder local é da mesma cor política do governo central e, por isso, cada um puxa a brasa para sua sardinha. Porém, de uma maneira geral, as coisas já estão melhor, podem não estar a 100% como desejaríamos, mas agora há muitas transferências do poder central para poder local, até mesmo os impostos a serem cobrados foram transferidos. Penso que as germinações que o poder local faz têm contribuído muito para o desenvolvimento da ilha. Mas a política ainda está com um grande défice, sobretudo por causa da cor política. O facto de sermos ilhas prejudica muito, porque tudo o que é feito numa ilha tem de ser repetido noutra e, por último, acho que a distância e falta meios que permitam melhor deslocação entre ilhas prejudica também.

2.2.2. Em relação às estratégias, muitas convergem, mas muitas divergem por causa da cor política e isto é muito mau para ilha.

2.2.3. A democracia, embora jovem, está “de boa de saúde” apesar de ainda precisar de melhorias. As pessoas são totalmente livres para se expressarem, por isso penso que valeu a pena e a nossa democracia tem avançado muito positivamente. Cabo Verde é um exemplo para muitos países no que respeita à democracia, principalmente em África. Em relação à descentralização, penso que temos de ter um pouco de cuidado com isso, por sermos um país frágil. Na minha ótica, ainda não temos a capacidade para descentralizar tudo, por isso, penso que a descentralização deve ser feita por fases, à medida que uma ilha reunir condições para tal deve-lhe ser dada determinada responsabilidade, até chegar a 100%. Acho também que não se deve descentralizar todas as ilhas/cidades ao mesmo tempo.

3.1.1. O Maio evoluiu bem, mais ainda falta muito. Se for para avaliar numa escala de 0 a 100, posso até atribuir 50. Há muita coisa já feita e que está a ser feita, só que faltam ainda pontos cruciais para o desenvolvimento. Por exemplo, ainda temos dificuldades em termos de transportes, de porto com condições, aeroporto com mais capacidade, embora o atual já

seja bastante melhor. Falta resolver as dificuldades relativas à eletricidade e falta de infraestruturas. Penso que os alicerces já estão feitos, porque já existem planos neste sentido.

3.1.2. Desenvolvimento na aérea de agricultura com sistema de regras moderna; na pesca muitos pescadores já têm a sua própria embarcação; em termos de infraestrutura hoteleira, agora já existem algumas e às vezes até faltam clientes; já há estrada com boas condições; energia, apesar de algumas dificuldades, agora temos energia 24 horas; na saúde agora temos uma grande infraestrutura, temos 2 médicos residentes na ilha e mais de meia dúzia de enfermeiros; na educação, agora mesmo quando os pais não têm condições, as crianças vão à escola e são apoiadas, por exemplo, com materiais didáticos e refeições; em termos de habitação, melhorou até mesmo em termos de infraestruturas sociais como instalações básicas para a prática de desportos que já existem em todas as localidades.

3.1.3. Transportes terrestres e marítimos, infraestruturas portuária e aeroportuária de qualidade. Por exemplo, neste momento, as pessoas da ilha estão praticamente a passar fome, com falta de pão e farinha por causa da greve dos funcionários da ENAPOR. As pessoas não investem muito em grandes superfícies de comércio devido aos problemas relacionados com a electricidade. Por isso, para mim, os principais problemas são os meios de transporte aéreos e marítimos e a irregularidade da eletricidade. Muitas pessoas não vêm ao Maio porque não existem garantias de meios de transporte para regressar. A falta de meio de transporte prejudica também os agricultores que, muitas vezes, perdem os seus produtos por falta de mercado de consumo e por falta de meio de transporte para escoar os produtos produzidos.

3.1.4. Muitas. Por exemplo, carpintaria, comércio, pesca são algumas oportunidades em vista. O Maio tem peixe, mas não existe nenhuma fábrica de peixe, o sal é explorado mas é ineficiente, precisava de concorrência com mais capacidade de investir, pratica-se agricultura em todo o lado, mas não há nenhum mercado de venda dos produtos, se precisamos de um material, por exemplo, uma enxada, pesticidas tem de se mandar vir da Praia.

3.2.1

		Pontos Fortes	Pontos Fracos
A	Agricultura	x	
B	Investimento externo		x
C	Artesanato		x
D	Saúde	x	
E	Turismo e outros setores de prestação de serviços		x

F	Pesca		x
G	Infraestruturas (transportes, infraestrutura pública e turísticas)		x
H	Instituições financeiras (ex: Micro-crédito)	x	
I	Emprego		x
J	Remessas dos emigrantes		x
K	Investimento interno		x
L	Educação e Formação Profissional	x	
M	Indústria (ex: fábrica de cimento e transformação de queijos, peixe, carvão)		x
N	Cultura (festividades de 8 de setembro)		x
O	Pecuária		x
P	Promoção Social		x
K	Construção civil	x	
R	Comércio	x	
S	Exportação		x
T	Saneamento Básico		x
U	TIC	x	
V	Água	x	
X	Energia	x	
Z	Outros -		

3.2.2.

		Ameaças	Oportunidades
I	Emigração	x	
II	Investimento externo		x
III	Remessas dos emigrantes	x	
IV	Conjuntura política do País		x
V	Crise internacional	x	
VI	Espaço Económico do país (CEDEAO)		x
VII	Proximidade geográfica da Praia		x
VII	Imigração	x	
VIII	Parceria Especial entre Cabo Verde e União Europeia		x
IX	Globalização		x
X	Outros		

4.1.1. Trabalho, sobretudo, na educação de adultos, e acho que dei bastante contributo porque formei muita gente. Formei muitas pessoas, que já estão enquadradas na sociedade.

4.1.2. Pessoalmente, contribuo muito socialmente, porque trabalho bastante com as ONGs. Profissionalmente, trabalhei activamente de forma a reduzir o analfabetismo na ilha do Maio, por isso penso que contribuo muito para o desenvolvimento da ilha do Maio.

4.1.3. Penso que sim. Muitas pessoas criticam positivamente o meu trabalho, mas também acho que o resultado de todo o meu trabalho está a vista de todos.

4.1.4. Nós queremos integrar dentro da Caixa não apenas a área financeira, mas também a área de saúde. Porque há muitas pessoas que não têm condições para pagar os custos relacionados com a saúde. A nossa aposta é chegar a essa camada.

4.2.1. Desenvolvido para competir com o mundo. Acredito que será mesmo em menos anos, 4 a 5 anos.

4.2.2. A primeira aposta deve ser nas próprias pessoas do Maio. As pessoas têm de perspetivar o Maio num outro sentido e não no sentido só de chegar e receber. Daqui a 11 anos, as pessoas poderão ter uma outra visão, tendo em conta o relacionamento com outras pessoas que vêm para a ilha. Teremos problemas sociais tais como os que já existem na Praia, S. Vicente e na Boa Vista, como roubo e prostituição, delinquência, porque o desenvolvimento traz coisas boas e coisas más. A população do Maio será o dobro ou o triplo do que é agora e as pessoas não estão preparadas para isso. O Maio vai desenvolver-se rapidamente tendo em conta que está perto da Praia.

Entrevista nº 11

Nome	Manuel Ribeiro
Naturalidade/Local de nascimento	Nª Srª da Luz, ilha do Maio, Cabo Verde
Profissão atual	Gestor Público
Outras profissões/função/cargo	Presidente da Câmara Municipal do Maio
Atual local do trabalho	Câmara Municipal do Maio
Anos de ligação à ilha do Maio	Desde sempre

1.1.1. Qualquer processo do desenvolvimento terá de começar pelo diagnóstico claro da realidade física e socioeconómica do próprio território. A nível local e da responsabilidade do poder local, entendemos que o processo de desenvolvimento é um processo contínuo e que exige a intervenção de todos os atores – públicos ou privados, coletivos ou individuais, com base numa estratégia planeada que pode ser de médio ou de médio/longo prazo. No nosso caso concreto, falando do desenvolvimento local, não há um modelo fixo, isso depende da realidade socioeconómica e da especificidade de uma ilha que podemos considerar que é praticamente um micro estado dentro do estado.

1.1.2. Acho que a capacitação das pessoas é a chave de qualquer processo de desenvolvimento local ou não. Ao mesmo tempo é muito importante a maximização dos recursos, sobretudo dos recursos endógenos. É certo que no mundo globalizado existem muitos fatores exógenos que influenciam o desenvolvimento de qualquer espaço, mas entendemos que a valorização dos recursos humanos deve ser a chave para o desenvolvimento.

1.1.3. Se queremos falar em desenvolvimento, temos de ter crescimento económico, mas também precisamos de ter desenvolvimento social. Portanto, é importante produzir riquezas e a sua distribuição de forma equilibrada para que possamos, em paralelo com crescimento económico, permitir o desenvolvimento social. O binómio produzir riquezas e melhorias para bem-estar da população são dois elementos muito importantes que devem estar sempre interligados.

1.2.1. O maior recurso do país é as pessoas. Penso que toda a estratégia tende a colocar o homem no centro, o que significa que a prioridade das prioridades terá de ser sempre a valorização dos recursos humanos.

1.2.2. Primeiro é para dizer que temos de pensar global e agir localmente. A elaboração de qualquer plano de desenvolvimento local terá que ter em conta as orientações nacionais, porque nós entendemos que o estado é unitário. Normalmente, cabe à administração central definir as grandes políticas, como por exemplo, a infraestruturação, a segurança e, a nível local, ter em conta a especificidade de cada região, dos recursos materiais e humanos que cada ilha tem. Somos dez ilhas mas um só país. Agora, tendo em conta as assimetrias do desenvolvimento regional entre as diferentes ilhas, fala-se cada vez mais na necessidade da própria regionalização do país para permitir a redução das assimetrias e uma melhor redistribuição dos recursos que o país dispõe.

1.2.3. O investimento externo tem de ser um elemento, mas temos que preocuparmo-nos mais com a produção da riqueza para que possamos gerar novos empregos e dinamizar, sobretudo o tecido empresarial nacional.

1.2.4. Temos de dar muita importância ao envolvimento de toda a sociedade no processo do desenvolvimento local, prova disso é que para elaborar o plano de desenvolvimento local tivemos de trabalhar com todas as comunidades não só na fase do diagnóstico, mas também na validação do documento, antes de ser submetido à aprovação da assembleia geral.

1.2.5. No índice do desenvolvimento humano no quadro global, Cabo Verde está relativamente bem posicionado e a taxa de alfabetização é muito alta, por isso, os recursos humanos são importantes. Está claro que sem recursos humanos não há desenvolvimento. Sem a qualificação não é possível falar de desenvolvimento.

2.1.1. Na esfera do poder, temos administração central, governo, representado pelos serviços concentrados; temos a autarquia que é uma entidade eleita localmente em que, normalmente, a gestão é feita através dos pelouros; temos as organizações não governamentais, quer nacionais quer internacionais, que atuam no quadro de cooperação descentralizada; temos o setor privado; as confissões religiosas; as associações comunitárias; desportivas e culturais e a própria população em geral.

2.1.2. A administração central está no âmbito das competências do governo;

A câmara tem um estatuto próprio que define as competências da câmara; muitas vezes, há competências delegadas pelo próprio poder central. O Setor privado é um parceiro fundamental quer da câmara quer do governo. As associações comunitárias, no meu ponto de vista, estão numa fase embrionária, embora já tenhamos várias, falta-lhes formação que lhes permita capacitar as pessoas para que possam ocupar o espaço que lhes é reservado na sociedade. As confissões religiosas têm um papel fundamental no desenvolvimento social, através da moral religiosa. As ONGs são uma das fontes do financiamento do poder local através da cooperação descentralizada. Importante é..., ou melhor, é necessário envolver todos os atores no processo de desenvolvimento.

2.2.1. Temos de reconhecer que temos um poder central de uma cor e o poder local de uma outra cor política e, tendo em conta que estamos numa democracia bastante jovem, muitas vezes é normal que haja alguns pontos de conflito. Mas as relações são saudáveis, há sempre um esforço de complementaridade e de sinergia entre o poder local e o poder central tendo em consideração que estamos num país onde os recursos não abundam e que é muito importante preocupar com a complementaridade e não com a duplicação dos esforços.

2.2.2. Há algumas divergências, por exemplo, nós entendemos que o desenvolvimento do turismo no Maio é compatível com o desenvolvimento industrial, caso por exemplo da indústria cimenteira e a administração central tem uma outra posição. Do nosso ponto de vista, a posição do governo central nesta matéria prejudica de que maneira o desenvolvimento da ilha. Um outro aspeto é que, do nosso ponto de vista, todo o atraso relativo à resolução do problema de acessibilidade externa tem adiado vários projetos do setor turismo da ilha e a visão do governo não nos convence, porque estamos numa das ilhas com maiores recursos a nível do país e com grandes potencialidades para o turismo e a indústria e a falta de acessibilidade tem prejudicado o desenvolvimento socioeconómico.

2.2.3. A melhor coisa que aconteceu em Cabo Verde depois da democracia é a descentralização do poder. Embora exista ainda muita assimetria, por exemplo, em relação ao Maio e algumas ilhas, mas acredito que sem a descentralização do poder local esta assimetria poderia ser ainda maior. É necessário que o próprio poder local pense na descentralização e na desconcentração, por exemplo, delegar às associações a execução de determinados projetos de interesse de uma comunidade

3.1.1. Em termos das infraestruturas coletivas e públicas, das necessidades básicas, como acesso a água, a energia e ao ensino básico, secundário e profissional, penso que nestas matérias a situação do Maio é bastante positiva. Porém, por outro lado, o que nos preocupa é uma certa estagnação no que diz a respeito ao desenvolvimento socioeconómico e isto

tem que ver com a falta de acessibilidade. Entendemos que, não só no caso do país mas também do Maio, a verdadeira alavanca para o desenvolvimento será seguramente o turismo e, sem a resolução do problema de acessibilidade externa, não podemos pensar em arrancar ou acelerar o desenvolvimento socioeconómico da ilha. A nível interno há infraestruturas necessárias (não suficientes) para arrancar, mas estamos numa ilha em que a sua dinâmica passa pelo fluxo de entrada e saída de mercadorias que passe pelo porto e aeroporto.

3.1.2. É uma ilha com uma cobertura de 100% de água dessalinizada, 100% eletrificada, com uma rede viária razoável, sem nenhuma localidade encravada, com uma rede de infraestrutura educacional (pré-escolar, básico, e profissional, incluindo o transporte escolar) que cobre todo o concelho e a mesma coisa podemos dizer em relação aos complexos desportivos. Os grandes ganhos estão relacionados com os ganhos nos setores básicos, mas continuamos com um grande problema, que é o problema nacional, que são o desemprego e pobreza, apesar de podermos constatar que em termos de pobreza o Maio tem uma das menores taxa de incidência a nível nacional.

3.1.3. Falta de recursos financeiros e recursos humanos

3.1.4. É uma ilha com grandes potencialidades em termos de recursos locais e densidade populacional ainda baixa, por isso, penso que temos tudo para dar um grande salto para o desenvolvimento sobretudo no que respeita a ordenamento do território.

3.2.1

		Pontos Fortes	Pontos Fracos	Comentários
A	Agricultura	x		
B	Investimento externo	x		
C	Artesanato	x		É fundamental no desenvolvimento do turismo
D	Saúde		x	Embora já tenhamos uma infraestrutura, existem dificuldades em termos consulta s especializadas.
E	Turismo e outros setores de prestação de serviço		x	
F	Pesca	x		Emprega mais de 200 famílias direta e indiretamente.
G	Infraestruturas (transportes, infraestrutura pública e turísticas)		x	
H	Instituições financeiras (ex: Micro-crédito)		x	Os bancos tradicionais não são acessíveis, por isso estamos a tentar desenvolver outros mecanismos de financiamento, criámos uma Caixa Poupança para colmatar as falhas neste setor.
I	Emprego		x	
J	Remessas dos imigrantes	x		

K	Investimento interno		x	
L	Educação e Formação Profissional	x		Apesar de ainda não termos uma infraestrutura de liceu.
M	Indústria (ex: fábrica de cimento e transformação de queijos, peixe, carvão)		x	
N	Cultura (festividades de 8 de setembro)		x	É uma grande potencialidade.
O	Pecuária	x		
P	Promoção Social	x		
K	Construção civil	x		Área que dá mais emprego.
R	Comércio		x	
S	Exportação		x	
T	Saneamento Básico			Satisfatório, apesar de não existir sistema tratamento de resíduos sólidos, mas neste momento temos mais de 90% de famílias com instalações sanitárias internas e uma recolha de resíduos a nível de todo o concelho. Há uma parte que podemos considerar forte, mas outra parte não, estamos numa cidade que não tem rede de esgotos nem tratamento águas residuais.
U	TIC	x		
V	Água	x		
X	Energia	x		
Z	Outros -			

3.2.2

		Ameaças	Oportunidades	Comentários
I	Emigração	x		Muitas vezes provoca a fuga de quadros
II	Investimento externo		x	
III	Remessas dos imigrantes		x	
IV	Conjuntura política do País		x	
V	Crise internacional	x		
VI	Espaço Económico do país (CEDEAO)		x	
VII	Proximidade geográfica a ilha a cidade da Praia		x	
VII	Imigração	x		
VIII	Parceria Especial entre Cabo Verde e União Europeia		x	
IX	Globalização	x		Não temos condições para competir com as grandes economias
X	Outros			

4.1.1 Como gestor público, presidente da câmara, no quadro da nossa intervenção, penso que temos dado um contributo significativo para o desenvolvimento da ilha.

4.1.2. O presidente da câmara tem muitas responsabilidades e penso que desempenha um papel muito importante. A sua capacidade de liderança e lidar com outras instituições é importante.

4.1.3. Acho que sim.

4.1.4. Respeitando às competências da câmara, ter uma atitude de concertação e de diálogo permanentes com a sociedade civil e outras esferas do poder, sobretudo, os serviços concentrados. Tentar atuar através de uma estratégia que tome em consideração, sobretudo, o desenvolvimento equilibrado e harmonioso de todo o concelho.

4.2.1. Uma ilha com uma taxa de desemprego inferior a 8%. Uma ilha onde podemos falar verdadeiramente do desenvolvimento sustentado. Uma ilha solidária e inclusiva.

4.2.2. Taxa de desemprego poderá rondar entre 8 e 10%. Poderá ter algum problema a nível de inclusão e poderemos não atingir todos objetivos do desenvolvimento do Milénio.

Entrevista nº 12

Nome	Teresa Tavares
Naturalidade/Local de nascimento	Freguesia de Nossa Sra. da Luz, ilha do Maio, Cabo Verde
Profissão atual	Engenheira florestal
Outras profissões/função/cargo	Vereadora da Câmara Municipal Maio¹²³
Atual local do trabalho	Ministério Desenvolvimento Rural/Câmara Municipal do Maio
Anos de ligação à ilha do Maio	Desde sempre

1.1.1. As estratégias que contribuem para o desenvolvimento de um país são: capacitação dos recursos humanos, construção de infraestruturas (transporte, infraestruturas públicas, comunicação), criação dos postos de trabalho para rendimento das pessoas.

1.1.2. A melhor estratégia de desenvolvimento de um país deve basear-se na capacitação das pessoas, assim serão capazes de gerir melhor os recursos de forma sustentável e maximizar os recursos económicos.

1.1.3. O conceito de desenvolvimento deve traduzir-se em bem-estar das pessoas, isto é, as pessoas têm de ter acesso a habitação condigna com água, luz e outros meios de conforto, emprego, acesso a saúde, educação, transporte e comunicação.

¹²³ Esta foi uma das primeiras entrevistas realizadas, ainda na fase de pré-teste e quase todas as respostas se mantiveram, no entanto, pouco tempo depois, ainda antes da ida ao terreno, a Teresa deixou de ser vereadora da CMM.

1.2.1. Na minha opinião, as opções para o desenvolvimento de Cabo Verde são: a capacitação dos recursos humanos, a infraestruturização do país, a promoção do turismo e o desenvolvimento da agricultura e da pesca. Embora tenhamos poucos recursos naturais, somos um país insular e o mar é a nossa maior riqueza.

1.2.2. Na minha opinião, antes de o governo elaborar o plano de desenvolvimento do país, deveria fazer um diagnóstico junto das comunidades das 9 ilhas habitadas do país. Nesta base elaborar um plano geral conforme a realidade e as necessidades de cada ilha.

1.2.3. Não respondeu.

1.2.4. Embora o governo e a Câmara Municipal estejam abertos para a comunidade, na minha ilha temos muito trabalho a fazer neste sentido. Sinto que a população é um pouco omissa. Após a criação das diferentes associações, algo melhorou, mas precisamos de muito trabalho para consciencializarmos que o desenvolvimento não depende só do governo, das câmaras municipais e dos organismos internacionais., mas sim que temos a nossa quota parte, que somos parceiros de desenvolvimento.

1.2.5. Não respondeu.

2.1.1. A câmara municipal do Maio, o governo de Cabo Verde, a câmara municipal de Loures - Portugal, o Instituto Marquês de Valle Flôr, a cooperação espanhola, a União Europeia, a Habitatàfrica - Canárias, a Habitat Cité – França, o Fundescam-Canárias, os privados (empresários nacionais e internacionais), as ONGs (associações) e a SDTIBM - Sociedade de Desenvolvimento Turístico das ilhas da Boa Vista e Maio.

2.1.2 A câmara municipal assegura o abastecimento da água à população, saneamento do meio, ambiente saudável, transportes rodoviários, promoção de desporto, construção de jardins infantis e seu funcionamento, apoio à educação (transporte escolar, propinas, subsídios, bolsa de estudos, cantinas escolares, materiais escolares aos alunos carenciados) arruamentos, habitação social, serviços de promoção social e saúde, criação e manutenção dos espaços verdes, proteção civil, promoção de atividades económicas (comércio, pesca, agricultura, pecuária, turismo), educação, promoção da cultura, sensibilização, informação das populações. A nível do governo central, este é responsável pela construção de escolas do Ensino Básico e Secundário e seu funcionamento, construção do porto, aeroporto, estradas, centro de saúde, funcionamento doutros serviços desconcentrados (finanças, correios, policia, tribunal), desenvolvimento rural, transportes aéreos e marítimo etc;. Os organismos internacionais desempenham um papel importante nas áreas de saneamento básico, água, habitação, formação profissional, jardins infantis, proteção civil, educação, sensibilização, formação das pessoas, pesca, agricultura e micro-crédito. Os privados promovem o desenvolvimento de turismo com construção de hotéis, residenciais, *resorts*, pensões, bares, restaurantes, agências de viagens, através dos

investimentos na pesca., na agricultura e na pecuária, através da criação de emprego e da promoção da cultura. As ONGs promovem o desenvolvimento conforme as suas vocações.

2.2.1. Sim. De 1975 a 1990 o governo, liderado pelo PAICV, quase nada fez para o desenvolvimento do Maio. Com a abertura política, em 1990, começou-se a dar alguns passos nesse sentido. Tendo em conta que na ilha, os eleitores tendem a votar no MPD (Movimento para a Democracia), quando este esteve na governação, na década de 90, deu-se um passo significativo na construção de infraestruturas fundamentais, como o porto, estradas, eletrificação, a rede de comunicações e construíram várias escolas. De 2001 a 2006, com a governação do PAICV, o Maio estagnou. Com muita reivindicação da população, a partir de 2006 até à atualidade, construiu-se um grande centro de saúde, concluiu-se o circuito de estradas, apostou-se no desenvolvimento rural, com a construção de obras de retenção e captação das águas das chuvas. Os problemas são vários, mas, atualmente, os mais gritantes são a falta de desenvolvimento do turismo, a necessidade de mudança da política de transportes marítimos e aéreos, a falta de um liceu condigno e o desemprego na camada jovem e mulheres.

2.2.2. A relação é um pouco deficitária. Há ministérios com que temos boas relações mas outros não.

2.2.3 Boa.

3.1.1 Já abordei no ponto 2 um bocado sobre o desenvolvimento do Maio. Temos um ponto forte, que é o facto de a ilha ter a vocação para o turismo de sol e praia. Existem vários estudos sobre esta potencialidade, nomeadamente um plano de ordenamento turístico da ilha, um estudo sobre as zonas de desenvolvimento turístico e um masterplan de um aeroporto adequado a procura do turismo. Estamos a cerca de 8 minutos da capital do país por via aérea, mas a situação das infraestruturas de transporte dificulta o avanço do turismo na ilha. Outra situação é a irregularidade do transporte marítimo da capital para ilha que traz muitas consequências negativas para população e para o Maio. Na minha opinião, outro grande problema é que a população não acredita muito em si, tem fraco espírito de empreendedor, há uma falta de coesão social e “muita politiquice”.

3.1.2. Os progressos mais importantes na ilha têm de ver com a construção de estradas, abastecimento de água, eletrificação, comunicação, saneamento, quantidade e qualidade de quadros formados (profissionais, licenciados, mestrados), habitação social e agricultura.

3.1.3. Os maiores obstáculos ao desenvolvimento da ilha são: a falta de infraestruturas de transportes nomeadamente marítimos, a mentalidade de boa percentagem da população (espírito pessimista), o interesse político por parte de alguma franja da população acima dos interesses da ilha, a falta de coesão social, a falta de rede de esgoto na Cidade administrativa da ilha, o desemprego...

3.1.4. As oportunidades para Desenvolvimento do Maio são: sol durante todo o ano e boas praias para turismo, agricultura, proximidade da capital do país, população aberta para mudança, morabeza, afabilidade da população, muitos quadros formados, reduzido número de crimes em relação aos outros concelhos do país.

3.2.1

		Pontos Fortes	Pontos Fracos	comentários
A	Agricultura	x		
B	Investimento externo	x		
C	Artesanato		x	
D	Saúde			+/-
E	Turismo e outros setores de prestação de serviço		x	
F	Pesca	x		
G	Infraestruturas (transportes, infraestrutura pública e turísticas)		x	
H	Instituições financeiras (ex: Micro-crédito)			+/-
I	Emprego		x	
J	Remessas dos imigrantes		x	
K	Investimento interno			
L	Educação			+/-
M	Indústria (ex: fábrica de cimento e transformação de queijos, peixe, carvão)		x	
N	Cultura (festividades de 8 de setembro)	x		
O	Pecuária			+/-
P	Promoção Social	x		
K	Construção civil		x	
R	Comércio		x	
S	Exportação			+/-
T	Saneamento Básico			+/-
U	Telecomunicação	x		
V	Água	x		
X	Outros -			
Z	Outros -			

3.2.2.

		Ameaças	Oportunidades
I	Emigração	Separação das famílias. Perda de identidade	Remessas de emigrantes Melhoria qualidade vida da população
II	Investimento externo		
III	Remessas dos emigrantes		Melhoria de qualidade de vida população Aumento da economia do país

IV	Conjuntura política do País	Divisão entre cidades	Democracia, governação segundo vontade do povo
V	Crise internacional	Desemprego Desaceleração da economia	
VI	Espaço Económico do país (CEDEAO)		
VII	Proximidade geográfica da cidade da Praia		Facilidade de acesso (circulação de bens e pessoas) Reduzido custo e transporte
VII	Imigração	Desemprego Degradação ambiental e urbana	Mais mãos de obra
VIII	Parceria Especial entre Cabo Verde e União Europeia		Facilidade de circulação de pessoas Redução de burocracia Aceleração da economia
IX	Globalização		Comunicação, informação tecnologias
X	Outros		

4.1.1. O contributo da minha área de formação para o desenvolvimento da minha ilha está relacionado com a criação e gestão da floresta, formação, sensibilização da população sobre a importância da floresta, o seu impacto para ambiente e sociedade, bem como a sua preservação. Como vereadora da C.M. Maio, dou o meu contributo nos seguintes setores: saneamento para criação de um ambiente saudável tanto para os habitantes do concelho como os visitantes, infraestruturação da ilha, gestão de transporte rodoviário e urbanismo, conforme rege o estatuto do município.

4.1.2. Acho que o meu papel no desenvolvimento do Maio é de extrema importância.

4.1.3. Sim. Porque as instituições funcionam com laços de interdependência.

4.1.4. Construir ou remodelar as infraestruturas de transporte, construir um centro cultural e outros edifícios de serviços desconcentrados (tribunal, polícia, conservatória entre outros), promover o turismo sustentável, apostar na formação dos jovens em diferentes níveis e setores, incentivar atividades geradoras de rendimento, como a construção de uma fábrica de conserva de peixe, uma unidade de produção de queijo, reforço da cooperativa de produção de sal iodado, melhorar condições da salina da ilha, melhoramento das raças caprina e ovina, incremento da agricultura a fim de criar postos de trabalho, sobretudo para mulheres e jovens. Sensibilizar a população no domínio da educação para a cidadania, o empreendedorismo, o ambiente e outras áreas afins.

4.2.1. Uma ilha próspera com mais infraestruturas, atrativa, segura, com bom ambiente natural e de negócios, com os projetos da SDTIBM implementados (mais hotéis, *resorts*,

bares, mais turistas, mas de forma sustentável), mais emprego, mais saúde, mais educação, a população com mais visão, mais qualidade de vida para todos os residentes.

4.2.2. Fico reticente, porque na minha opinião o grande pilar de desenvolvimento da minha ilha está a depender do governo central, ou seja, da infraestruturação, tendo em conta que a ilha tem uma vocação turística.

Entrevista nº 13

Nome	Victoriano Reis
Naturalidade/Local de nascimento	Nossa Sr^a da Luz, ilha do Maio,
Profissão atual	Técnico Profissional das Pescas
Outras profissões/função/cargo	Técnico Administrativo de Associação dos Pescadores do Maio- Presidente da Associação dos Pescadores do Maio
Atual local do trabalho	Associação dos Pescadores do Maio
Anos de ligação à ilha do Maio	Desde sempre

1.1.1. Não respondeu.

1.1.2. O recurso é necessário, mas a capacitação de pessoas é fundamental para iniciar o processo de desenvolvimento. Contudo, também, para desenvolver, é preciso seriedade no trabalho feito.

1.1.3. O dinheiro é importante, mas às vezes não chega a todos. Há muitos países considerados ricos, mas essa riqueza não alcança todos e assim as pessoas não sentem o bem-estar, por isso o desenvolvimento é quando o bem-estar atinge todos.

1.2.1. Não respondeu.

1.2.2. Não acredito ser mau que uma ilha seja responsável pelo seu desenvolvimento, tendo em conta sobretudo algumas desigualdades existentes, mas duvido que todas as ilhas tenham a capacidade de se desenvolver por si só. É preciso ter pessoas capacitadas.

1.2.3. Penso que se houver possibilidade devemos tirar o máximo proveito dos recursos internos e evitar o máximo, por exemplo, as ajudas externas. Isto porque as ajudas externas constituem dívidas para o país.

1.2.4. Se cada um de nós fizer um pouco, vamos avançar rumo ao desenvolvimento. É preciso que todos estejam envolvidos no processo de desenvolvimento. Mas acho que a população local (do Maio) está viciada em esperar pelos outros, sobretudo, pela Câmara Municipal. É preciso que cada um de nós dê o seu contributo junto dos outros atores para que possamos dar um passo em frente no desenvolvimento da ilha.

1.2.5. O país está a ganhar muito com o desenvolvimento dos recursos humanos. Cabo Verde tem apostado muito na formação dos seus recursos humanos o que é muito importante e espero que continue assim.

2.1.1. Acho que é toda a população do Maio.

2.1.2. O papel da população no desenvolvimento do Maio é fundamental, porque os outros atores trabalham por um tempo determinado, mas a população está sempre presente.

2.2.1. Sim, há muitas falhas. Por exemplo, o poder local e o poder central estão sempre a acusar-se um ao outro pelo não desenvolvimento do Maio. Há uma falta de solidariedade entre esses dois poderes e falta de seriedade para com o povo do Maio, porque nunca se sabe quem está dizer a verdade.

2.2.2. Há falta de solidariedade entre o poder central e local. Estão divididos pela cor política.

2.2.3. Democracia é boa, mas, às vezes, vezes, os assuntos da democracia são interpretados apenas sob o ponto de vista político.

3.1.1. Não podemos dizer que a ilha não se desenvolveu, mas estávamos (a população em geral) à espera que estivesse mais desenvolvida. Ficamos com a sensação que as outras ilhas de Cabo Verde estão a desenvolver-se muito mais rapidamente. Mas o Maio está diferente daquilo que era há 10 ou 15 anos.

3.1.2. Electricidade 24 horas em toda ilha, rede viária por toda ilha, distribuição de água para toda a população. A pesca e agricultura desenvolveram-se muito no Maio. A agricultura desenvolveu-se bastante graças aos diques construídos nos últimos anos.

3.1.3. Falta de cais com condições.

3.1.4 Fábrica de cimento, de que tanto se fala nas épocas das campanhas políticas assim como as indústrias de uma forma geral (porque tem agricultura, tem pesca, tem sal, cal, etc) poderiam contribuir para o seu desenvolvimento.

3.2.1

		Pontos Fortes	Pontos Fracos	Comentários
A	Agricultura	x		Gera muito emprego
B	Investimento externo			
C	Artesanato		x	
D	Saúde	x		
E	Turismo e outros setores de prestação de serviço		x	
F	Pesca	x		
G	Infraestruturas (transportes, infraestrutura pública e turísticas)	x		
H	Instituições financeiras (ex: Micro-	x		

	crédito)			
I	Emprego		x	
J	Remessas dos emigrantes			
K	Investimento interno			
L	Educação e Formação Profissional	x		
M	Indústria (ex: fábrica de cimento e transformação de queijos, peixe, carvão)	x		
N	Cultura (festividades de 8 de setembro)			
O	Pecuária	x		
P	Promoção Social	x		
K	Construção civil	x		
R	Comércio	x		
S	Exportação			
T	Saneamento Básico		x	Deveria existir rede de esgotos, pelo menos na cidade. Já se iniciou na localidade do Barreiro
U	TIC	x		
V	Água	x		
X	Energia	x		
Z	Outros -			

3.2.2

		Ameaças	Oportunidades	Comentários
I	Emigração	x		Pode ser um sinal de que a ilha não está bem e as pessoas têm de sair à procura de melhores condições
II	Investimento externo			
III	Remessas dos emigrantes		x	
IV	Conjuntura política do País			
V	Crise internacional			
VI	Espaço Económico do país (CEDEAO)			
VII	Proximidade geográfica a ilha a cidade da Praia	x		Por causa da falta de meios de transporte está longe. Antigamente até era mais bem servida, havia praticamente 2 caravelas que faziam a travessia 2 vezes por semana, Pedra Badejo-Maio.
VII	Imigração			
VIII	Parceria Especial entre Cabo Verde e União Europeia		x	
IX	Globalização			
X	Outros			

4.1.1. Tenho trabalhado para melhorar as condições de vida e de trabalho dos pescadores e das peixeiras da ilha. Sou o porta-voz, quem reporta as dificuldades da ilha. A pesca sem o lado da conservação, ou seja produção de gelo, é praticamente inexistente. Trabalhámos para que muitos jovens fossem beneficiados com o financiamento para a compra de um bote.

4.1.2. Sinto-me grato pelo trabalho feito, embora tenha consciência de que não é possível agradar a todos.

4.1.3. Sim, porque sou bem aceite pelo trabalho que tenho feito.

4.1.4. Dar continuidade aos projetos iniciados e espero que mais pessoas se queiram juntar a nós, para podermos tirar proveito de tais projetos.

4.2.1. Gostaria que daqui a uns anos tivéssemos um cais em condições que melhorasse pelo menos a ligação entre Maio e Praia.

4.2.2. Estou confiante que daqui a 11 anos já teremos um cais em condições.